

DOM PAULO EVARISTO

Cardeal Arns

Revista de Cultura
Teológica
30 anos

ESPECIAL

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

Donizete José Xavier

Wagner Lopes Sanchez

Agenor Brighenti

João Décio Passos

Alzirinha Souza

Maria Cecília Domezi

João H. Hansen

Antônio Sagrado Bogaz

Breno Martins Campos

Ceci Maria Costa

D. Angélico Bernardino Sândalo

Frei Betto

Luiz Carlos Mariano Da Rosa

Luís Felipe Carneiro Marques

Revista de Cultura Teológica

djxavier@pucsp.br

ISSN - Impresso 0104-0529

(última edição impressa n. 90 em 2017)

Eletrônico 2317-4307

Histórico do periódico

“No ano de 1960, foi lançado o primeiro número da Revista de Cultura Teológica. A revista seria mantida pelo patrimônio do seminário de São Paulo. Nos anos seguintes, sua publicação foi interrompida. No final da década de 1970, a revista voltou a ser publicada por Paulinas Editora, na série Teologia em Diálogo. O primeiro número da nova fase versou sobre os direitos humanos. Novamente a publicação foi interrompida no ano de 1985 e reativada em 1991.” (In: SOUZA, Ney (Org.). Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 612).

Missão: oferecer reflexão teológica de qualidade como subsídio para a pesquisa e a prática pastoral; Objetivos: promover a produção docente e discente; Público-alvo: professores e pesquisadores, alunos de teologia e público em geral que tenha interesse em temas de teologia.

A Revista de Cultura Teológica publica artigos de Doutores ou Doutorandos em co-autoria com seus orientadores; Comunicações de Mestres e Mestrandos em parceria com seus orientadores e Resenhas.

Journal History

“No ano de 1960, foi lançado o primeiro número da Revista de Cultura Teológica. A revista seria mantida pelo patrimônio do seminário de São Paulo. Nos anos seguintes, sua publicação foi interrompida. No final da década de 1970, a revista voltou a ser publicada por Paulinas Editora, na série Teologia em Diálogo. O primeiro número da nova fase versou sobre os direitos humanos. Novamente a publicação foi interrompida no ano de 1985 e reativada em 1991.” (In:

Revista de Cultura
Teológica

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

SOUZA, Ney (Org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 612).

Equipe Editorial

Editor Científico

Donizete José Xavier, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Editores Associados

Célia Maria Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Francisco Emílio Surian, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

Glaucio Alberto Farias de Souza, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), Brasil

Conselho Científico

Prof. Dr. Pe. Antonio Ignacio Madera, Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia

Prof. Dr. Pe. André Wénin, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica

Prof. Dr. Pe. Camille Focant, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica

Prof. Dr. Eric Gaziaux, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica

Prof. Dr. Geraldo L. Borges Hackmann, PUC-RS

Prof. Dr. Pe. Hermann Rodriguez Osorio, Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia

Prof. Dr. Pe. Jean Sinsin Bayo, Universidade Católica de Abidjan, Costa do Marfim

Prof. Dr. Pe. James Chukwuma Okoye, Universidade de Duquesne, Pittsburgh, USA

Prof. Dr. Pe. Mabundu Masamba Fidele, Universidade Católica do Congo Kinshassa

Prof. Dr. Pe. Mário de França Miranda, PUC-Rio

Prof. Dr. Pe. Ney de Souza, PUC-SP

Prof. Dr. Rainer Kessler, Universidade de Marburg, Alemanha

Prof. Dr. Pe. Ronaldo Zacharias, UNISAL

Conselho Redacional e Pareceristas

Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani, Faculdade de Teologia PUC/SP, Brasil

Prof. Dr. Pe. Denilson Geraldo, Faculdade de Teologia PUC/SP, Brasil

Prof. Dr. Côn. Antonio Manzatto, PUC-SP, Brasil

Prof. Dr. Pe. Boris Agustín Nef Ulloa, PUC-SP

Prof. Dr. Pe. Gilvan Leite de Araújo, PUC-SP, Brasil

Prof. Dr. Pe. Kuniharu Iwashita, PUC-SP, Brasil

Prof. Dr. Pe. Manoel Pacheco de Freitas Neto, Faculdade de Teologia João Paulo II (FAJOPA) - SP, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Furlin, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Prof^a Dr^a. Ir. Maria Freire da Silva, PUC-SP

Prof. Dr. Matthias Grenzer, PUC-SP

Prof. Dr. Pe. Ney de Souza, PUC-SP

Prof. Dr. Sergio Azevedo Rogerio Junqueira, IPFER, Brasil

Prof. Dr. Pe. Tarcísio Justino Loro, PUC-SP

Prof. Dr. Pe. Valeriano dos Santos Costa, PUC-SP

Prof. Dr. Waldir Souza, PUC-PR

Layout e editoração

Prof. Me. Francisco Emílio Surian, Universidade Católica de Santos - (UNISANTOS/SP)

Declaração de Direito Autoral

Os autores concedem à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Endereços Eletrônicos

<https://revistas.pucsp.br/culturateo>

E-mail: djxavier@pucsp.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	6
<i>Editorial</i>	11

Dossiê: Mística, profecia e pastoreio de D. Paulo Evaristo Arns em São Paulo

<i>Quem dizem que foi o Cardeal do Povo</i>	14
Agenor Brighenti	
<i>Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns</i>	37
João Décio Passos	
<i>A profecia na contemporaneidade à luz da referência de Dom Paulo, Profeta Arns</i>	56
Alzirinha Souza	
<i>Dom Paulo Evaristo Arns e a operação periferia</i>	76
Maria Cecília Domezi	
<i>Jamais outra vez - Revisitando a obra Brasil nunca mais, uma ode a Dom Paulo, cardeal dos maltratados</i> ...	94
João H. Hansen	
Antônio Sagrado Bogaz	
<i>Pássaros engaiolados e anjos assassinados: a dimensão profética da arte de Zuzu Angel e a luta de D. Paulo Evaristo Arns pelos direitos humanos (Brasil: nunca mais)</i>	114
Breno Martins Campos	
Ceci Maria Costa	
<i>Depoimento de Dom Angélico Bernardino Sândalo sobre Dom Paulo Evaristo Arns</i>	129
Dom Angélico Bernardino Sândalo	
<i>Depoimento de frei Betto</i>	131
Frei Betto	

Artigos

<i>Da justificação e a fé como evento escatológico enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de deus segundo a Teologia do apóstolo Paulo em Rudolf Bultmann</i>	135
Luiz Carlos Mariano Da Rosa	
<i>A forma ministerial “quase” repensada pelo Vaticano II</i>	162
Luís Felipe Carneiro Marques	

Apresentação

A Edição

Celebrando o centenário de nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns e a sua importância para a Igreja brasileira e latino-americana, a Revista de Cultura Teológica organizou esta edição especial em sua homenagem. Dossiê intitulado “Mística, profecia e pastoreio de D. Paulo Evaristo Arns em São Paulo” tem o objetivo de explicitar tanto quanto possível os principais aspectos de sua trajetória eclesial e o impacto de sua ação pastoral, em consonância com o Concílio Ecumênico Vaticano II e a Conferência de Medellín, cujas marcas são percebidas sobretudo na cidade de São Paulo.

O Dossiê compõe-se de seis artigos que, a partir de diferentes enfoques, mapeiam e sistematizam aspectos da atuação do Cardeal da esperança. Os autores propõem sob a ótica do tripé: mística, profecia e pastoreio, uma prática memorial que, muito mais do que mera recordação, é um exercício vivo da memória em que a história dilata a sua fenda.

Agenor Brighenti, com o artigo “Quem dizem que

Revista de Cultura Teológica

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduados em
Teologia - PUC/SP

foi o cardeal do povo”, recolhe depoimentos de pessoas que com ele conviveram, expressados por ocasião de sua morte. Caracteriza “quem dizem que foi o Cardeal do povo” em cinco aspectos: a) depoimentos relativos à sua pessoa e personalidade, como filho de colonos alemães, religioso franciscano e professor de teologia; b) depoimentos que revelam alguns traços de seu perfil de pastor, enquanto presbítero, depois bispo auxiliar e arcebispo; c) as notas dominantes de seu pastoreio profético à frente da Arquidiocese de São Paulo; d) Dom Paulo como apóstolo dos direitos humanos no seio de uma sociedade, sob o jugo da ditadura militar que assolou o país por 30 anos; e) breves registros de depoimentos de pessoas dizendo o que aprenderam de Dom Paulo, depois de terem com ele convivido.

João Décio Passos, em “Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns”, apresenta ao leitor que o Vaticano II abriu uma temporada de renovação que exigiu reconstruções dos perfis e funções dos diversos sujeitos eclesiais. A identidade episcopal foi reconstruída no interior das construções implicadas do *aggiornamento* conciliar. Como negociação entre modelos instituídos do passado e novas orientações do presente, foi uma identidade nova assumida pelos que aderiam de modo radical à eclesiologia conciliar. Na medida em que a recepção do Concílio avançava, novos modos de viver e exercer o ministério episcopal podiam ser visibilizados na América Latina. O arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, notabilizou-se como uma das figuras emblemáticas dessa renovação.

Alzirinha Souza, em seu artigo “A profecia na Contemporaneidade à luz da referência de Dom Paulo, Profeta Arns”, defende que, sob o impulso do Concílio Vaticano II, o profetismo “renasceu” na América Latina. A tomada de consciência da realidade latino-americana aliada ao nascimento de uma teologia autóctone, que viria a ser a teologia da libertação, impulsiona novas formas de fazer e viver o cristianismo no continente. Entre tantos nomes que entraram nessa nova dinâmica pastoral e teológica, certamente encontra-se D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, e sua característica inegavelmente profética traduzida em sua defesa ampla da dignidade humana. Contudo, atualmente tem-se a impressão de que a profecia desapareceu na América Latina. Por essa razão, mais que falar de D. Paulo,

porém mantendo-o como paradigma de profeta, o objetivo do artigo é retomar os elementos essenciais e re-situar os principais elementos da Profecia cristã alinhados ao momento atual. Inicia-se pela reflexão filosófica para, posteriormente, apresentar as razões teológicas do profetismo. Seguramente a pessoa e a vida de D. Paulo serão identificadas nessa reflexão.

Maria Cecília Domezi, em “Dom Paulo Evaristo Arns e a operação periferia”, desenvolve a ideia que, na década de 1970, sensível aos graves problemas da imensa periferia da cidade de São Paulo e num corajoso enfrentamento da ditadura militar, Dom Paulo Evaristo Arns lançou e animou uma ousada campanha que se chamou Operação Periferia. Consistia numa concreta e solidária troca de recursos, materiais e humanos, entre centro e periferia, com superação do assistencialismo e parceria com os movimentos sociais. Mas essa campanha acabou sendo canal aberto para uma profunda reforma da Igreja Local. Através das CEBs, da formação e multiplicação de lideranças leigas e de uma efetiva colegialidade eclesial desde a base, forjou-se um modo de pastoral urbana capaz de responder aos desafios de cada particularidade dessa megalópole dos contrastes.

João Hansen e Antônio Sagrado Bogaz, em “Jamais outra vez, revisitando a obra Brasil nunca mais, uma ode a Dom Paulo, cardeal dos maltratados”, aprofunda que, no final do itinerário das lutas para vencer as investidas do poder ditatorial que se instalara no país, como de resto em vários outros países da América Latina, um grupo de líderes religiosos e humanitários, que se dedicara à resistência contra os torturadores do sistema ditatorial e à proteção às vítimas do golpe de estado, maquiado por seus agentes como revolução, escreve uma obra de impressionante valor. A obra *Brasil, nunca mais* foi um marco neste período dramático de nossa história. Este artigo, Jamais outra vez, recupera o objetivo, conteúdo, autores e protagonistas destes acontecimentos, para que não fiquem impunes seus algozes e a memória de suas vítimas seja perpétua. A referência eleita para homenagear é a figura de Dom Paulo, Cardeal Arns, que figura como modelo para nossos pastores e nossa Igreja.

Ceci Maria Costa Baptista Mariani e Breno Martins Campos em “Pássaros engaiolados e anjos assassinados: a dimensão profética da arte de Zuzu Angel e

a luta de D. Paulo Evaristo Arns pelos direitos humanos (*Brasil: nunca mais*)” defende que, para Wassily Kandinsky (1866-1944), o artista verdadeiro é alguém que põe a vida em movimento, abre caminhos bloqueados, vê e faz ver o que ainda será. Assume a ideia de que a arte possui uma perspectiva profética, sendo assim, aborda a dimensão profética da obra artística da estilista brasileira Zuzu Angel (1921-1976). Tendo perdido seu filho Stuart Edgar Angel Jones (1946-1971), torturado e assassinado por agentes do regime ditatorial brasileiro, transforma sua arte em grito de protesto e realiza aquele que pode ser considerado o primeiro desfile de moda político da história. As roupas com estampas e bordados de pássaros engaiolados e anjos colocados na mira de tanques e canhões, para além do aspecto político em si, eram expressões de uma energia espiritual, que pode ser interpretada em correlação com a espiritualidade da libertação, encarnada na América Latina no âmbito das igrejas cristãs a partir da década de 1960. Em plena ditadura civil-militar no Brasil, os caminhos de Zuzu Angel se entrecruzaram com a vida e a obra de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns (1921-2016) – profeta da esperança e da resistência. O testemunho de ambos é um grito que ecoa na história: “Brasil, nunca mais”.

O Dossiê apresenta-nos dois ricos depoimentos de quem conviveu com D. Paulo Evaristo Arns em seu pastoreio. D. Angélico Bernardino Sândalo e Frei Betto nos brindam com seus testemunhos de quem compartilhou uma trajetória de “mística, profecia e pastoreio”, de “Esperança em Esperança”.

A seção livre apresenta, de Luis Carlos Mariano da Rosa, o artigo, “Da justificação e a fé como evento escatológico enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de Deus segundo a Teologia do apóstolo Paulo em Rudolf Bultmann”. O autor afirma que se a fé é uma concessão de Deus em um movimento que encerra a ideia de predestinação, tal caracterização não implica, contudo, uma operação que dispense o ser humano da responsabilidade do ato de decisão, mas consiste no fato de que a referida possibilidade mantém dependência absoluta da graça de Deus e, dessa forma, constitui um evento no qual a decisão não pode emergir senão como dádiva de Deus.

Por fim, Luís Felipe Carneiro Marques lança um olhar sobre a questão mi-

nisterial a partir do Concílio Vaticano II e aponta a necessidade de uma séria renovação em seu artigo “A forma ministerial “quase” repensada pelo Vaticano II”. Uma crise eclesiológica e ministerial inevitável demonstra que é necessário rever a teologia fundamental do ministério ordenado: “Essa revisão deve ser parte essencial de uma reforma da Igreja, pois um novo paradigma precisa de reflexões fundamentais”.

Prof. Dr. Donizete José Xavier

Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez

Coordenadores do Dossiê

Editorial

Cem anos do nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns

A Igreja na América Latina foi aquela que melhor recebeu o Concílio Vaticano II. De um lado, a Conferência de Medellín, realizada na Colômbia, no ano de 1968, foi o evento do episcopado latino-americano que procurou adaptar as inspirações e orientações conciliares para a realidade do continente. De outro lado, em cada país, a maioria das igrejas locais renovaram a sua atuação pastoral para acolher de forma criativa as reformas propostas pelo Vaticano II.

A opção por uma eclesiologia do Povo de Deus, que enfatizava o protagonismo das leigas e dos leigos, e a abertura para as realidades terrestres, mostrando que a comunidade cristã é parte da história e que pode contribuir com as mudanças sociais, foram algumas das características do pensamento conciliar.

Essas duas características foram assumidas por Dom Paulo, membro da Ordem dos Franciscanos Menores, em seu ministério episcopal à frente da Arquidiocese de São Paulo no período de 1970 a 1998. Mais do que isso, Dom Paulo fez do seu ministério um serviço à cidade de São Paulo colocando a Igreja a ser-

Revista de Cultura Teológica

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

viço das periferias, valorizando a participação das leigas e leigos nas decisões pastorais e imprimindo à Igreja da cidade uma dinâmica de mudanças onde o povo era o centro das preocupações da instituição.

A atuação de Dom Paulo em seus 28 anos como arcebispo mudou completamente o rosto da Igreja na cidade de São Paulo e deu à Arquidiocese de São Paulo um protagonismo nunca visto. Duas foram as marcas mais profundas: o diálogo com a realidade da periferia, onde está o povo mais sofrido, levando a presença da Igreja para essas regiões, e o envolvimento das comunidades na definição das prioridades e a elaboração dos planos de pastorais com participação de todos os segmentos da Igreja. Essas marcas faziam parte de um grande esforço de renovação da arquidiocese de São Paulo à luz do Concílio.

Mas o seu compromisso de renovação foi muito além das preocupações propriamente pastorais. Ele assumiu, com todas as consequências, a dimensão profética de sua missão como batizado e como ministro da Igreja Católica na dinâmica do diálogo com o mundo.

Desde os primeiros dias de seu ministério na Arquidiocese, ele corajosamente enfrentou as atrocidades do regime militar denunciando corajosamente as prisões ilegais, a tortura e as mortes ocorridas nos porões do DOI-CODI. Indistintamente defendeu presos políticos e fez da Comissão de Justiça e Paz instrumento de defesa dos direitos humanos e da democracia.

Foi uma voz profética em defesa da justiça, dos direitos humanos e da liberdade num momento em muitas vozes da sociedade civil foram silenciadas pela repressão. Mais de uma vez foi reconhecido internacionalmente pela defesa dos direitos humanos. Dom Paulo deu voz àqueles e àquelas que não tinham voz, e deu voz à periferia da cidade e deu voz às leigas e leigos que atuavam nas várias comunidades da cidade de São Paulo.

Quem pôde conviver com Dom Paulo, sempre ouvia dele duas expressões que o caracterizaram: “de esperança em esperança” e “coragem”. Dom Paulo era, de fato, um profeta da esperança, sempre animando o povo em suas lutas por melhores condições de vida, sempre valorizando o trabalho de pessoas e organizações da sociedade civil contra as injustiças e, sobretudo, contra os horrores da

ditadura militar.

Nos cem anos do nascimento de Dom Paulo, através deste Dossiê, queremos trazer à memória um bispo que colocou a sua vida a serviço do reino de Deus e a serviço da dignidade do povo. Um bispo que soube colocar em prática as grandes intuições do Concílio numa cidade desafiadora. Um bispo que, como tem insistido o Papa Francisco, colocou a periferia no centro de suas preocupações.

Prof. Dr. Donizete José Xavier

Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez

Coordenadores do Dossiê

Quem dizem que foi o Cardeal do Povo

Who says it was the Cardinal of The People

**Agenor Brighenti*

Resumo

No centenário do nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns, este artigo recolhe depoimentos de pessoas que com ele conviveram, expressados por ocasião de sua morte. Caracteriza “quem dizem que foi o Cardeal do povo” em cinco aspectos: a) depoimentos relativos à sua pessoa e personalidade, como filho de colonos alemães, religioso franciscano e professor de teologia; b) depoimentos que revelam alguns traços de seu perfil de pastor, enquanto presbítero, depois bispo auxiliar e arcebispo; c) as notas dominantes de seu pastoreio profético à frente da Arquidiocese de São Paulo; d) Dom Paulo como apóstolo dos direitos humanos no seio de uma sociedade, sob o jugo da ditadura militar que assolou o país por 30 anos; e) breves registros de depoimentos de pessoas dizendo o que aprenderam de Dom Paulo, depois de terem com ele convivido.

Palavras-chave: Bispo; Pastoral; Pobres; Profetismo; Direitos Humanos.

Abstract

On the centenary of the birth of Dom Paulo Evaristo Arns, this article gathers testimonies from people who lived with him, expressed on the occasion of his death. It characterizes “who they say was the Cardinal of the people” in five aspects: a) testimonies relating to his person and personality, as the son of German colonists, a Franciscan religious and professor of theology; b) testimonies that reveal some traits of his profile as a pastor, as a priest, then auxiliary bishop

*Doutor em Teologia pela Université du Louvain. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR). Contato: agenor.brighenti@pucpr.br

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
22.12.2021

Aprovado em
28.12.2021

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

and archbishop; c) the dominant notes of his prophetic shepherding at the head of the Archdiocese of São Paulo; d) Dom Paulo as an apostle of human rights within a society, under the yoke of the military dictatorship that devastated the country for 30 years; e) brief records of people's testimonies saying what they learned from Dom Paulo, after having lived with him.

Keywords: Bishop. Pastoral. Poor. Prophetism. Human rights.

Quem dizem que foi o Cardeal do povo? No centenário do nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns, recolho depoimentos de pessoas que com ele conviveram, expressados por ocasião de sua morte. É nesses momentos que fala também o coração, no reconhecimento e na gratidão a quem muito deu e de quem muito se recebeu. Na ocasião, juntamente com o teólogo espanhol Juan José Tamayo, organizamos um livro que reúne, em mais de 300 páginas, manifestações de toda ordem e de diferentes procedências – *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos pobres*, Ed. Paulinas, 2018. Há registro de depoimentos de seus bispos auxiliares, presbíteros da Arquidiocese de São Paulo, teólogos e pastoralistas, confrades, jornalistas, juristas e familiares.

Revisitando o livro, vou recolher aqui apenas algumas daquelas manifestações, em torno a cinco aspectos que podem dar uma visão aproximada da grandeza deste homem, como diz Pedro del Picchia, de tantos epítetos – bispo dos pobres, apóstolo dos direitos humanos, cardeal da liberdade, bispo dos oprimidos, cardeal dos trabalhadores, bispo dos presos, bom pastor, cardeal da cidadania... e como gostaria de ser lembrado – “amigo do povo”.

Em um primeiro momento, vamos recolher depoimentos relativos à pessoa de Dom Paulo, sua personalidade, caráter, estilo de vida, filho de colonos alemães, religioso franciscano, professor de teologia. Num segundo momento, estão reunidas algumas manifestações que revelam alguns traços de seu perfil de pastor, enquanto presbítero, depois bispo auxiliar de São Paulo e Arcebispo. É um olhar sobre sua pessoa, mas agora pelo viés do exercício do ministério pastoral na Igreja e na sociedade. Em seguida, sempre a partir do olhar de pessoas que

conviveram com Dom Paulo, registramos as notas dominantes de seu pastoreio profético à frente da Arquidiocese de São Paulo, por décadas e de maneira muito fecunda. Em um quarto momento, traremos à tona Dom Paulo como apóstolo dos direitos humanos no seio de uma sociedade, sob o jugo de sangrenta e truculenta ditadura militar que assolou o país por 20 anos. É em meio às adversidades de toda sorte que o “cardeal do povo” iria revelar-se como “o bispo que não conheceu o medo”, seja descendo aos porões da ditadura, seja subindo às diferentes esferas do poder para cobrar humanidade das autoridades, incluídos gerais na presidência da república usurpada. Terminaremos com breves registros de depoimentos de pessoas dizendo o que aprenderam de Dom Paulo, em que e de que modo ele influenciou ou mesmo deu nova direção à vida, depois de terem com ele convivido.

1. A personalidade de um bispo “que não conheceu o medo”

Com muita propriedade, dois dos bispos auxiliares de Dom Paulo registram aspectos muito peculiares da personalidade do bispo “que não conheceu o medo”, na expressão de Frei Betto. Um deles é Dom Mauro Morelli, nomeado bispo auxiliar de São Paulo pelo [papa Paulo VI](#) em [12 de dezembro](#) de [1974](#), recebendo a ordenação episcopal de [Dom Paulo Evaristo Arns](#), em [25 de janeiro](#) de [1975](#). Trabalhou com Dom Paulo até 1981. Para Dom Mauro, Dom Paulo foi um “franciscano enamorado da Senhora Pobreza e irmão de toda a criatura, historiador e profundo conhecedor da Teologia dos Padres da Igreja dos primeiros séculos” (MORELLI, 2018, p. 22). Um “padre da Igreja” na América Latina, no dizer do Pe. José Marins, especialista nos Santos Padres e como discípulo de Francisco de Assis, amante da pobreza e dos pobres.

Outro bispo auxiliar de Dom Paulo foi Dom Angélico Sândalo Bernardino, nomeado [bispo-auxiliar](#) de [São Paulo](#) pelo [Papa Paulo VI](#), em [12 de dezembro](#) de [1974](#). Recebeu a ordenação episcopal, pelo [Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns](#) e pastoreou na Arquidiocese até à sua divisão em várias dioceses em 1989. Dom Angélico destaca que Dom Paulo foi um homem que “amou profundamente a Igreja”. Apesar de tudo o que sofreu, “viveu em intensa comunhão com o Papa”. Testemunha que ele “guardou serenidade, paz, diante de incompreensões, perseguições, advindas de seto-

res da Igreja, inclusive, em determinadas ocasiões, da própria Cúria Romana” (SÂNDALO BERNARDINO, 2018, p. 26-27).

O frade dominicano Frei Betto, que contou com a defesa de Dom Paulo, dele próprio e seus companheiros durante a ditadura, diz que “se a história da independência do Brasil não pode ignorar Tiradentes, nem o movimento ecológico a Chico Mendes, a resistência à ditadura que nos governou 21 anos deve muito à figura ímpar de Dom Paulo”. Segundo ele, “o mesmo cuidado amoroso que São Francisco dedicava aos pobres e à natureza, Dom Paulo estendeu às vítimas da repressão” (FREI BETTO, 2018, p. 32).

Na ocasião de sua morte, em um jornal de Curitiba publiquei um artigo, que Dom Paulo, “como bom franciscano, nunca se fez notar por seus mais de cinquenta livros escritos, os trinta prêmios internacionais de reconhecimento por seu trabalho e ou os vinte títulos de doutor *honoris causa*, conferido pelas mais prestigiosas universidades nacionais e internacionais”. Destacava que “também não ameaçou sua sincera humildade, o doutorado obtido na prestigiosa Sorbone de Paris, onde estudou o pensamento dos grandes pensadores e pastores da Igreja no período patrístico” (BRIGHENTI, 2018, p. 44).

Fernando Altemeyer Junior, um dos colaboradores de Dom Paulo na década de 1980, frisa que ele “esteve à frente da arquidiocese da maior metrópole brasileira num dos períodos mais difíceis do país: a ditadura militar. O catarinense de estatura baixa se agigantava diante das atrocidades da repressão”. Lembra que “como o homem que levou a Igreja para a periferia, era duro na busca pela justiça social e pelos Direitos Humanos”. Ao mesmo tempo, “não perdia a leveza da vida”, pois “era divertido, jocoso, brincalhão, sagaz” (ALTEMEYER, 2018, p. 62).

João Décio Passos, por sua vez, a exemplo do modelo de pastor com *cheiro da ovelha* recomendado pelo Papa Francisco, Dom Paulo “foi impregnado pelo cheiro do povo da periferia, do suor dos pobres trabalhadores, do sangue dos torturados nas prisões da ditadura e dos miseráveis que dormiam nas ruas de megalópole”. Diante da preferência do Papa Francisco de uma Igreja enlameada por sair às ruas a uma Igreja limpa por ficar trancada na sacristia, “Dom Paulo nunca temeu sujar seu nome por causa da verdade”, tanto que “foi caluniado

pelos donos do poder e do capital, fecharam a Rádio 9 de Julho, censuraram o Jornal da Arquidiocese, difamaram sua pessoa e distorceram suas palavras”. Diante disso, frisa João Décio que “o pastor continuou sempre com voz firme e jamais arredou o pé do caminho do Mestre da verdade e da vida, do caminho dos simples e dos pobres, longe das honras e das glórias; seguiu firme pela *via crucis* que conduziria sem desvio à ressurreição de *esperança em esperança*” (PASSOS, 2018, p. 97-98).

O jornalista Mauro Lopes, recolhe o que Dom Paulo escreveu sobre seu lema e sua vocação no livro *Da esperança à utopia* (São Paulo, Sextante, 2001): “Qualquer coisa que tenha feito em minha vida ou ainda chegue a realizar explica o fato de eu ser padre. Fui por longos anos professor, mas sempre padre-professor, ao ensinar literatura, teologia ou didática. Escrevi livros e milhares de artigos mesmo antes da ordenação sacerdotal. Trazem a marca de padre. Amei muito na vida e passei por situações humilhantes, por calúnias graves e muito difundidas, mas sempre como padre ou porque desejei cumprir a missão que Cristo me confiou. Meu lema de bispo, arcebispo e cardeal – ‘De esperança em esperança’ – foi escolhido na época em que eu era simples padre. Nem me custa acrescentar: gostaria de ver as angústias e promessas do mundo com o coração de padre. E quando, um dia, o coração deixar de bater, que o amor encontre na vida eterna a mesma forma de ser padre, assim como Cristo, o eterno sacerdote, o dispuser” (LOPES, 2018, p. 119-120).

Frei Clarêncio Neotti, um dos últimos alunos de Dom Paulo em Petrópolis, registra que “ninguém na Província até hoje teve vida tão tumultuada dentro do carisma da paz, que nos é próprio”. Mas, ao mesmo tempo, “ninguém na Província até hoje teve vida tão rica de fatos e atos dentro de um período histórico como foi o pós-Concílio e os anos da ditadura militar no Brasil”. E continua: “ninguém foi modelo mais evidente de líder, quase diria de profeta, num tempo (que a história lamentará) de destruição das lideranças nascentes dentro da Igreja e dentro dos países latino-americanos”. Para ele, “a figura de Dom Paulo se torna ainda maior, gigantesca, num momento de escassez de balizas em todos os países do mundo e também no seio da mãe Igreja” (NEOTTI, 2018, p. 199-200). Frei Clarêncio recolhe também o depoimento de Fr. Patrício Sciandini, carmelita:

“com seu coração grande e paterno soube acolher a todos sem distinção. Não foi só o pai dos católicos, mas de todos os homens e mulheres de boa vontade. Não amou só os que estavam ao seu lado, mas, à imitação de Cristo, amou a todos. Incompreendido, tentou compreender. Todos concordam em reconhecer seu amor para com os pobres, pequenos e marginalizados” (NEOTTI, 2018, p. 297-298).

2. Dom Paulo, modelo de pastor

Junto da pessoa de Dom Paulo está o pastor, também com suas características e peculiaridades conforme o registro de manifestações por ocasião de sua morte. Dom Mauro Morelli, um de seus bispos auxiliares, diz que “o bispo catarinense Paulo Evaristo fora providencialmente escolhido para um pastoreio que exigiria firmeza na Fé, capacidade de leitura da realidade e determinação” (MORELLI, 2018, p. 22). Por sua vez, Dom Angélico Sândalo Bernardino, outro de seus bispos auxiliares, frisa que Dom Paulo, “nos longos anos da ditadura civil-militar, levantou, com firmeza inabalável, a voz profética em defesa da vida, da liberdade e da verdade. Acolhia e visitava presos políticos, dando-lhes conforto e esperança. Foi perseguido por seu amor à justiça, sendo bem-aventurado” (SÂNDALO BERNARDINO, 2018, p. 26). Destaca que “simples, acolhedor, bom pastor, marcou presença na Arquidiocese de São Paulo como o Arcebispo da comunhão e participação”. Formou com os Bispos auxiliares, verdadeiro ‘colégio episcopal’, em autêntica, edificante, comunhão de vida, pastoreio. Foi o pai acolhedor dos padres, religiosos, religiosas. Valorizou ao máximo a presença dos leigos, em especial, das mulheres na Igreja. Homem de amplo diálogo ecumênico, inter-religioso”. Conclui dizendo que “a exemplo do Mestre, se colocou a serviço de todos. Incentivou, com entusiasmo, a existência de Igreja missionária, começando pelas periferias, alargando-se para Itacoatiara, Igreja-irmã no Amazonas. Em testemunho de evangélica, franciscana, pobreza, vendeu o Palácio Arquiepiscopal, passando a residir em casa comum, despojando-se de condições principescas, fazendo-se irmãos de todos! (SÂNDALO BERNARDINO, 2018, p. 27).

Com relação ao seu perfil de pastor, para Leonardo Boff, “fica a memória

de um cardeal que sempre esteve do lado dos pobres e que jamais deixou que o grito do oprimido por seus direitos violados ficasse sem ser ouvido. Ele é uma referência perene do bom pastor que dá sua vida pelos pequenos e sofredores deste mundo” (BOFF, 2018, p. 37). O teólogo espanhol Juan José Tamayo diz que “cardeal Arns foi bispo e profeta, dimensões difíceis de compaginar em uma mesma pessoa”. Lembra que “o bispo costuma exercer o poder eclesiástico ao serviço da instituição religiosa que o elegeu e em aliança com o poder político”. Já “o profeta, ao contrário, é um visionário, que mostra ao hierarca a nudez que se esconde atrás de seus ornamentos sagrados, o vazio das pompas e vaidades sobre as que se assenta artificialmente, a falta de coerência entre o que prega e o que vive, a precariedade na qual está envolta sua suposta missão transcendente e, enfim, a falta de autoridade moral quando se distancia da ética das Bem-Aventuranças”. E esta é uma característica marcante de Dom Paulo como pastor, diz ele. (TAMAYO, 2018, p. 50)

Fernando Altemeyer Junior lembra que, pastoralmente, a grande marca de Dom Paulo foi “a chamada *operação periferia*, para a qual, decidiu que venderia o Palácio Episcopal, que era um museu totalmente obsoleto, mas que ao ser vendido possibilitou a compra de aproximadamente dois mil terrenos”, que “permitiu construir centros comunitários e, com isso, fazer uma verdadeira presença junto às milhares de pessoas migrantes – nordestinos, mineiros, paranaenses - que chegavam, durante os anos 1970, a São Paulo”. Segundo Fernando, “foi realmente uma ação pastoral, estratégica, pensada, lúcida e, sobretudo, firme de dom Paulo em inverter e colocar a periferia no centro, por assim dizer” (ALTEMEYER-LANCELOTTI, 2018, p. 63-64). Para acompanhar esta presença da Igreja nas periferias, Dom Paulo “realizou um governo colegiado com um conjunto de doze bispos regionais construindo uma Igreja sem fronteiras, aberta aos homens e mulheres cosmopolitas, a partir de um novo modo de pensar e agir inspirado na leitura libertadora da Bíblia, nos documentos do Ensino Social da Igreja e nas Assembleias Episcopais de Medellín e Puebla. Fez emergir a verdadeira Igreja Povo de Deus em marcha” (ALTEMEYER, 2018, p. 192). Como já foi mencionado, a “presença constante nas comunidades da periferia na defesa das mulheres, dos favelados, das crianças e moradores de rua lhe vale-

ram campanhas difamatórias contínuas por parte de policiais e agentes da direita brasileira” (ALTEMEYER, 2018, p. 193-194). Além disso, “sempre atento às causas concretas do povo brasileiro é ardoroso defensor da Reforma Agrária e da participação efetiva do povo na escolha de candidatos que defendam em suas vidas os verdadeiros anseios populares. Sempre e de maneira independente valorizou a participação dos leigos na vida política, sindical e associativa em bairros, associações e agrupamentos sociais em favor da cidadania e da comunicação” (ALTEMEYER, 2018, p. 196).

Para o padre Júlio Renato Lancellotti, o perfil de pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns pode ser resumido “na opção preferencial pelos pobres”. Ele “foi o primeiro a defender os doentes de Aids, quando criou a Aliança para a Esperança. Eu lembro do dia em que estavam questionando na Justiça a atuação da Casa Vida, uma casa que abrimos para as crianças com HIV e Aids. Nessa ocasião, dom Paulo fez uma procissão pelas ruas do bairro e abriu as portas da Casa Vida”, recorda. (ALTEMEYER-LANCELOTTI, 2018, p. 62).

Para João Décio Passos, o perfil do “grande Pastor Paulo Evaristo Arns, para o povo simplesmente Dom Paulo e para a Igreja latina, Cardeal Arns, pode ser resumido em algumas palavras não quantificáveis: santidade, profecia, sabedoria”. Frisa que “soube como poucos conviver com os projetos diferentes de Igreja que fizeram parte do governo de seus sucessores, sem fazer sombras sobre os mesmos e sem manifestar qualquer crítica ou discrepância”. Mas, tinha consciência “das mudanças de rumo que aconteceram na Arquidiocese depois de seu longo governo que implantara na Igreja local um rosto nítido, expresso em todas as suas frentes pastorais, em suas instituições e em seus sujeitos” (PASSOS, 2018, p. 91-92).

Pedro del Picchia lembra que Dom Paulo, “ao longo da vida, recebeu muitos epítetos: foi chamado de cardeal da liberdade, bispo dos oprimidos, cardeal dos trabalhadores, bispo dos presos, bom pastor, cardeal da cidadania, guardião dos direitos humanos e tantos outros. Mas já ao final da vida, quando lhe perguntaram como gostaria de ser lembrado, deu uma resposta singela: amigo do povo” (DEL PICCHIA, 2018, p. 109).

Frei Clarêncio Neotti, confrade de Dom Paulo, por ocasião de sua morte, resgatou “um depoimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, que foi seu bispo auxiliar, depois Arcebispo de Mariana, secretário geral e presidente da CNBB: ‘sua vida, fortalecida pela fé em Jesus Cristo, crescia na esperança e deu-nos sempre exemplo de coragem. Seu olhar estava voltado para construir a justiça e a paz, marcas do Reino de Deus. Sua incansável ação pastoral organizou planos de evangelização, criou novas comunidades nas periferias, promoveu a formação do clero, religiosas e leigos. Desenvolveu o trabalho vocacional, fomentou o diálogo ecumênico e inter-religioso, incentivou as pastorais familiar, de juventude e do mundo operário. Voltou sua atenção para as favelas e cortiços, o menor desamparado, a mulher marginalizada, as prisões e o povo da rua. Temos a impressão de estarmos diante do Apóstolo Paulo, do qual recebeu o nome: ‘Fiz-me tudo para todos’ (*1Cor* 10,22)” (NEOTTI, 2018, p. 226-227).

Frei Clarêncio recolheu também o depoimento de outro bispo auxiliar de Dom Paulo - Dom Antônio Celso de Queiroz. Na Missa exequial, que celebrou no dia 16 de dezembro disse: “a primeira impressão que a gente tinha era de homem sábio. Um homem que sabia de onde vinha e para onde ia. Não estava aqui simplesmente para representar um papel, mas estava aqui para cumprir uma missão. E como objetivo dessa missão estava sempre o povo de Deus. Sobre tudo sua parte mais pobre. Não precisava falar de Deus para dizer que estava realizando sua missão de pastor. Frisa que “ele deixou para nós aquela comparação belíssima, ‘a Esperança é irmã da Fé e irmã da Caridade’. São as três irmãs moças. Uma mais idosa, com mais juízo, é a Fé; outra mais ardorosa, é a Caridade; e a terceira, Dom Paulo faz brotar em nós essa terceira irmã, mais difícil porque é menor... a menininha irrequieta que nasceu em cada último Natal’. Que bela comparação. A pequena luz então, essa Esperança é tudo aquilo que nós desejamos, é tudo aquilo que Dom Paulo hoje possui”. (NEOTTI, 2018, p. 228-229).

De sua parte, Frei Clarêncio Neotti, olhando para Dom Paulo como pastor, destaca que ele “foi fiel discípulo de Jesus, centralizou no Senhor sua vida, fazendo-se servidor de todos. Homem de profunda vida de oração, servidor da verdade, da justiça, da liberdade. Pobre, filho de Francisco de Assis, governou a Arquidiocese levando-nos a intensa participação. Colocou seu ministério a servi-

ço de todos, com evangélica predileção pelos pobres, presos, sofredores, fazendo ‘cara dura como pedra’ (*Is* 50,7) em sua defesa. Conheceu perseguições dos poderosos deste mundo, sentindo dor maior diante de incompreensões e pressões advindas de irmãos na família eclesial” (NEOTTI, 2018, p. 227).

3. Marcas de um pastoreio profético

A personalidade de Dom Paulo, forjada pelo franciscanismo e a renovação do Concílio Vaticano II, em especial como ele foi recebido pela Igreja na América Latina, levou-o a plasmar com seu povo uma caminhada ou um modelo de pastoral muito peculiar, com sua marca, a marca da opção pelos pobres. Dom Mauro Morelli recorda que desde a primeira hora da recepção da renovação conciliar, na Arquidiocese de São Paulo, “um processo de planejamento pastoral foi inaugurado e instalado como exercício da colegialidade pastoral e da sinodalidade eclesial, instrumento de resposta adequada da evangelização às exigências e provocações da realidade dominada pela ferocidade do poder econômico. (MORELLI, p. 22). Na mesma perspectiva, Dom Angélico frisa que “as escolhas das prioridades pastorais sempre foram decididas com ampla participação de todo Povo de Deus, congregado em memoráveis Assembleias Arquidiocesanas” (SÂNDALO BERNARDINO, 2018, p. 27).

Leonardo Boff diz que “o que sempre me impressionou nele foram seu amor e seu afeto franciscano pelos pobres”. Lembra que “feito bispo auxiliar de São Paulo, ocupou-se logo com as periferias, fomentando as comunidades eclesiais de base e empenhando pessoalmente Paulo Freire” (BOFF, p. 36). Em meu texto publicado na oportunidade, frisei que os centros comunitários construídos nas periferias, “rompendo toda barreira entre sagrado e profano, entre fé e vida, hora eram Igreja, hora escola de alfabetização, de capacitação de mão-de-obra ou espaço da educação política, da organização e do empoderamento dos excluídos” (BRIGHENTI, 2018, p. 42).

O teólogo espanhol Juan José Tamayo diz que Dom Paulo “pertence à geração de bispos-profetas, que colocaram em prática o paradigma do cristianismo libertador da América Latina, na direção sinalizada pela Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín”. Segundo ele, inauguraram um

novo modelo episcopal, que inspirado-se José Comblin, resume nas seguintes características: “foram além da mera administração episcopal e consideraram que sua principal missão era testemunhar com a vida o Evangelho na sociedade; puseram sua atenção e dirigiram sua ação para além da Igreja local e exerceram sua influência libertadora fora dos limites diocesanos que tinham demarcados; viveram a colegialidade entre ‘bispos amigos’, assumindo as causas dos oprimidos, consolando-se e solidarizando-se em meio às perseguições e intimidações que vinham do Vaticano e dos poderes políticos, econômicos e militares; exerceram a liberdade pessoal como condição necessária para lutar pela libertação dos grupos humanos oprimidos, sem ceder às ameaças de punição; um ministério pastoral caracterizado e guiado pela opção radical ético-evangélica pelas pessoas e grupos empobrecidos; muitos deles foram objeto de perseguição dentro e fora da Igreja, sem com isso deixarem-se intimidar e alguns sofreram o martírio por amor à justiça. Essa foi a confirmação da verdade de sua mensagem e da autenticidade de sua vida; praticaram o ecumenismo, mas não de caráter doutrinal ou institucional, mas em suas atitudes evangélicas no seguimento de Jesus de Nazaré, o Cristo Libertador e na prática da justiça; provocaram divisões dentro do episcopado, do sacerdócio e dos fiéis por suas atitudes de solidariedade com o mundo da exclusão social, da marginalização étnico-cultural e da discriminação sexista”. (TAMAYO, 2018, p. 53-54).

Nesta perspectiva, para Fernando Altemeyer Junior, no caso da proposta pastoral de Dom Paulo, “a receptividade se dava na contradição, porque esse tipo de figura profética, sempre recebe apoio e também ódio”. Lembra que “a periferia via dom Paulo como o novo Paulo de Tarso, andando como nos tempos apostólicos, animando a fé popular; ele tinha essa mesma atuação no centro da cidade, onde há também periferias de cortiços, moradores de ruas, e nas cadeias. Mas, diz ele, “ao mesmo tempo, a burguesia, os ricos e poderosos, nutriam um ódio fidalgo por ele, justamente por conta do fato de ele não ter meias palavras; ele denunciava, metia o dedo na ferida e dizia quem estava pisando em quem”. E mesmo assim, “seguia com seus textos fortes e com suas falas no rádio sobre as obras em **São Paulo** e o crescimento da pobreza na cidade, nos anos 1970”. Lembra que Dom Paulo, inclusive, “ficou proibido de falar por mais de 20 anos

pela censura, porque o governo federal acabou roubando a Rádio Nove de Julho da Igreja Católica”. Mas dom Paulo “ficou fiel as suas causas e foi amado e odiado, amado pelos pobres e odiado pelos poderosos, o que lhe deu a marca de um bom pastor” (ALTEMEYER JUNIOR- LANCELLOTTI, 2018, p. 65-66). Júlio Lancellotti complementa que Dom Paulo “sempre quis uma Igreja aliada do povo, que estivesse junto do povo, não acima, nem separada”. O grande legado de dom Paulo foi “a opção preferencial pelos pobres; foi por isso que ele viveu, esse é seu legado e seu chamamento profético para todos (ALTEMEYER JUNIOR- LANCELLOTTI, 2018, p. 72).

- As pautas do pontificado de Francisco foram antecipadas emblematicamente em suas ideias e ações. Pode-se dizer que colhemos hoje na igreja universal o que aqui na América Latina foi sendo plantado depois do Vaticano II e em nome dele. D. Paulo personifica de modo emblemático o pastor que tem *cheiro de ovelhas* e que exerce a profecia e a misericórdia. Sua Igreja foi às periferias sociais e existenciais, foi, de fato, a Igreja que se suja por sair na direção do outro, a Igreja que coloca a acolhida antes da norma objetiva e o amor antes e acima da regra. A era D. Paulo passou, mas ressurgiu, agora, de modo inequívoco nas palavras, nos gestos e nas programáticas de Francisco. Isso significa que o paradigma eclesial adotado por D. Paulo Evaristo deve ser resgatado com toda urgência, na fidelidade ao Evangelho, mas também na fidelidade ao Magistério de Francisco. A memória de sua era deverá alimentar os ideais e práticas de Igreja atuais, deverá deixar de ser memória e ser ação concreta. O caminho já foi feito e muitos ainda se lembram de como caminhar. (PASSOS, 2018, p. 94).

Pedro del Picchia põe em relevo a “Operação Periferia”, com a qual, segundo ele, sobretudo com a venda do palácio episcopal, Dom Paulo “jogou os costumes principescos de seus antecessores pela janela”. Como também “surpreendeu os religiosos que o serviram na Cúria paulista ao sentar-se com eles às refeições”. Estava inspirado “no que ouviu de seu pai ao contar-lhe que queria ser padre: [você] ‘sempre será filho de colono e de seu povo’. Por isso, “agindo como tal, investiu em trabalho comunitário, foi às periferias, voltou-se para os migrantes e espalhou Comunidades Eclesiais de Base pelos quatro cantos da cidade”. Ao mesmo tempo, “revitalizou o estudo doutrinário entre os religiosos e

fez da evangelização um objetivo constante em todas as ações da Arquidiocese, até nos presídios” (DEL PICCHIA, 2018, p. 113). E lembra o fato doloroso quando “surpreendentemente, sofreu seu maior revés no período da restauração democrática do país. Numa iniciativa cujas motivações mais profundas são até hoje mal explicadas, o papa João Paulo II fracionou a arquidiocese em seções menores e, por consequência, com menos poderes. Antes que o fato fosse consumado, o cardeal se queixou pessoalmente ao Papa, que negou ter dado a ordem. Porém, “como Dom Paulo deixa claro em suas memórias, nada dessa magnitude acontece sem autorização expressa do pontífice” (DEL PICCHIA, 2018, p. 115).

Camila Moraes, jornalista de *El País*, recolheu na ocasião da morte de Dom Paulo, um depoimento de João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento Sem Terra. Segundo Stédile, sem Dom Paulo, “os movimentos sociais careceriam de guia”. Lembrou que “a maioria dos movimentos que hoje existe, MST, MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra, Cimi, nasceram orientados por sua sabedoria, que pregava: em tempos de ditadura, Deus só ajuda quem se organiza. Então fomos nós organizar” (MORAES, 2018, p. 122-123). Nesta mesma perspectiva, o jornalista Clovis Rossi lembrou que “a arquidiocese se tornou uma espécie de pátio dos milagres, pela quantidade de deserdados políticos que abrigou, como primeiro porto de arribação na fuga das ditaduras”. Nessa condição, “desfilaram por ela as histórias terríveis que só podem contar aqueles que são arrancados subitamente de suas casas, de suas famílias, de seus países, pelo único crime de pensarem de forma diferente dos donos de turno do poder” (ROSSI, 2018, p. 140).

O confrade de Dom Paulo – Frei Clarêncio Neotti – afirma que é “impossível resumir o trabalho de Dom Paulo na Arquidiocese de São Paulo: seus programas pastorais e suas exigências, seu modo de pastorear uma cidade formigueiro, num tempo de ditadura militar e num tempo de novas balizas plantadas pelo Concílio Vaticano II, trabalhar harmoniosamente com dez bispos auxiliares é assunto para pesquisadores e muitas teses acadêmicas”. Frisa Frei Clarêncio que “bem disse o Papa Francisco ao saber da morte de Dom Paulo: “intrépido pastor,

que no seu ministério eclesial se revelou autêntica testemunha do Evangelho no meio do seu povo, a todos apontando a senda da verdade, na caridade e do serviço à comunidade em permanente atenção pelos mais desfavorecidos”. E termina o Papa: “dou graças ao Senhor por ter dado à Igreja tão generoso pastor” (NEOTTI, 2018, p. 224).

4. O apóstolo dos direitos humanos

Grande parte do ministério pastoral de Dom Paulo deu-se sob a ditadura militar, que se prolongou no país por mais de 20 anos. Países vizinhos, em especial Uruguai, Argentina e Chile passaram por situação ainda mais dura. Sua defesa corajosa de presos políticos, a liberdade de organização e o enfrentamento com as autoridades policiais e militares imprimiram uma marca importante na vida e na ação de Dom Paulo. Recorda Leonardo Boff, que “como era o tempo do regime militar, especialmente dura em São Paulo, logo ele assumiu a causa dos refugiados vindos do horror das ditaduras da Argentina, do Uruguai e do Chile”. Ao lado de sua lida pastoral nas comunidades eclesiais, “missão especial foi visitar as prisões, ver as chagas das torturas, denunciá-las com coragem e defender os direitos humanos violados barbaramente” (BOFF, p. 36). Para Frei Beto, “o livro - *Brasil: Nunca mais* - é uma radiografia irresponsável da ditadura, graças à iniciativa de dom Paulo e do pastor Jaime Wright, que promoveram uma devassa nos arquivos da Justiça Militar”. Um trabalho de envergadura, pois “analisaram o conteúdo de mais de um milhão de páginas de processos políticos”. Ressalta Frei Betto que apesar da “anistia ter evitado que torturadores paguem por seus crimes, graças a esses dois pastores, não se apagarão da memória brasileira o terror de Estado e o sofrimento de milhares de vítimas” (FREI BETTO, 2018, p. 32-33).

Em meu artigo na ocasião, eu dizia que “deixou-nos a apóstolo dos direitos humanos, dos direitos sociais, dos sem direitos, das minorias invisibilizadas pelo mercado que prescinde dos que não produzem e nem consomem”. Que “partiu o defensor da liberdade de expressão, em pleno regime de exceção”. Liberdade também “para sua Rádio Nove de Julho, silenciada pela ditadura militar ou para seu jornal *O São Paulo*, costumeiramente editado com

páginas em branco, registrando o protesto contra a censura do regime, que teimava em amordaçar a utopia dos libertos do medo que paralisa e acovarda (BRIGHENTI, 2018 p. 42). Frisei que “tal como dizia Santo Agostinho ao seu povo – “*com vocês, sou cristão; para vocês, sou bispo*” – Dom Paulo, com o povo brasileiro foi militante da causa dos excluídos e, com os cristãos, foi profeta de um mundo onde caibam todos, expressão na intra-história do Reino definitivo. (BRIGHENTI, 2018, p. 44).

O jurista Fábio Konder Comparato foi um dos que colaboraram estreitamente com Dom Paulo neste campo. Ele lembra que Dom Paulo, “em 1972, criou a Comissão Justiça e Paz, da qual tive a honra de ser um dos membros fundadores”. Diz que “durante aqueles anos de regime de terror, nossa missão principal consistia em anotar pormenorizadamente todos os fatos relativos à prisão de opositores políticos ao regime. Periodicamente, tais fatos eram levados por Dom Paulo ao conhecimento do General Comandante do II Exército, de modo a desfazer a costumeira explicação oficial de que tais pessoas haviam desaparecido sem deixar vestígios, ou que haviam morrido em tiroteio com as forças policiais”. Registra que “documentos guardados pelo Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, mostram que Dom Paulo tomou a iniciativa de liderar um movimento internacional de denúncia dos crimes contra a humanidade, praticados pelos dirigentes militares em nosso país. Não foi, portanto, surpreendente que em pouco tempo Dom Paulo tenha se tornado o maior adversário do regime militar aqui instalado”. Conscientes disso, “os chefes militares buscaram fechar um cerco em torno dele, cerceando seus pronunciamentos através dos meios de comunicação social. Em represália, “fecharam a *Rádio 9 de Julho* e instalaram a censura na redação do jornal *O São Paulo*, ambos pertencentes à arquidiocese (COMPARATO, 2018, p. 86-87).

Para João Décio Passos, “seu lema episcopal “de esperança em esperança” (*ex spe in spem*) norteou, de fato, sua vida como farol e como método”. Para ele, “nenhuma crise o fez recuar e perder o ânimo. Seu episcopado foi testado a fogo no crisol dos tempos de chumbo do Brasil. Sua voz denunciou os desmandos, as injustiças e as perseguições do regime ditatorial, agregou os dispersos e deu rumo aos que reconstruíram a democracia. Sofreu perseguições e calúnias, não

somente da parte dos donos do poder e dos inimigos da liberdade e da justiça, mas também de pares de dentro da Igreja”. Assim, “de esperança em esperança caminhou sem cessar e jamais se furtou da verdade que devia ser dita”. Ressalta João Décio que “como todo profeta, não angariou consenso e unanimidade nem dentro e nem fora da Igreja. Viveu antes de tudo pela profecia, dispensou as honras e os privilégios que lhe pudessem render a posição de Cardeal, perante a sociedade e perante a Cúria romana” (PASSOS, 2018, p. 92-93).

Pedro del Picchia registra que Dom Paulo “como padre, bispo e cardeal, lutou pela liberdade, ficou ao lado dos trabalhadores e dos oprimidos, combateu em defesa dos direitos humanos, mas foi, sobretudo, exatamente como gostaria de ser lembrado, um amigo do povo. Nesta condição, subiu morros, frequentou favelas, incursionou pelas periferias e enfrentou os generais da ditadura para dar proteção a perseguidos políticos —de religiosos a operários, de advogados a jornalistas. (DEL PICCHIA, 2018, p. 109-110). Lembra que “são dessa época seus grandes confrontos com os generais da ditadura. Enfrentou os sucessivos comandantes do II Exército (hoje Exército do Sudeste), sediado em São Paulo, e até presidentes da República”. Recorda que “num encontro com o presidente Emílio Garrastazu Médici, a conversa encerrou-se aos berros”. Frisa que “foi Médici quem decretou, depois, em 1973, a cassação da rádio Nove de Julho, tradicional emissora da Igreja em São Paulo”. Diante disso, Fernando Altemeyer diz que “mesmo assim dom Paulo falou pelas rádios comunitárias, pelos folhetos alternativos, pelo jornal arquidiocesano como protetor dos movimentos sociais e das comunidades eclesiais de base” (Altemeyer, p. 192). Do mesmo modo, desafiou as autoridades civis de São Paulo, de governadores afinados com a ditadura a secretários de Segurança e delegados de polícia, tentando preservar a vida e assegurar os direitos fundamentais dos presos políticos” (DEL PICCHIA, 2018, p. 113-114).

Camila Moraes recolhe o depoimento do ex-presidente Lula na ocasião, que ressaltou a luta do cardeal contra a violência das várias ditaduras militares na América Latina: “nossa América perdeu a voz destemida que enfrentou ditaduras truculentas e o braço amigo que abrigou centenas de refugiados que eram perseguidos nos países vizinhos”. (MORAES, 2018, p. 124-125).

5. O que aprendi com Dom Paulo

O pastoreio de Dom Paulo, se mudou a Igreja em sua Arquidiocese e também a sociedade, é porque também mudou a vida das pessoas. Em especial os que tiveram o privilégio de trabalhar com ele, de estar presentes em espaços de convivência, articulação, formação e celebrações. Dom Paulo influenciou muito o seu presbitério, apoiando-os nos processos pastorais em condições difíceis, assim como investindo em uma formação esmerada e pluralista dos mesmos, também em universidades europeias alternativas ao lugar comum das instituições acadêmicas de Roma. Pe. Antônio Manzatto, formado na Universidade de Louvain é um deles. Testemunha que “aprendi com ele como ser padre, como fazer a ligação entre o estudo acadêmico da teologia e a prática pastoral, como colocar a preocupação com os pobres, os amados de Deus, em primeiro lugar na atividade eclesial”. E continua: “aprendi o valor da Igreja local e a importância da formação do presbitério, e por isso não foi surpresa saber que, em seu testamento, ele ainda se lembra dos padres da Arquidiocese de São Paulo, para quem construiu a Casa São Paulo e a quem deixa seus bens pessoais. Aprendi a trabalhar em equipe, a confiar nas pessoas, a pensar uma igreja com efetivo protagonismo dos leigos, pois todos somos batizados”. E termina: “aprendi que o amor é compromisso, e que é preciso caminhar de esperança em esperança, com coragem sempre, mesmo quando os ventos se fazem contrários. Hoje sei que temos mais alguém que, junto de Deus, vela por nós” (MANZATTO, 2018, p. 48).

Fábio Konder Comparato também dá um testemunho da influência de Dom Paulo, também em sua vida pessoal: “permito-me falar de minhas relações pessoais com Dom Paulo, pois ele transformou minha vida, operando aquilo que no linguajar cristão tradicional costuma ser denominado conversão”. Diz ele: “em 1972, eu atuava como professor de direito e advogado. A família de meus pais habitava uma casa em frente ao Palácio Pio XII, que era, à época, a residência episcopal. Surpreendentemente, lá fui chamado por D. Paulo, sendo convidado para integrar a Comissão Justiça de Paz da arquidiocese. Muito embaraçado, respondi que não me considerava um bom católico, no sentido de cumprir religiosamente os deveres eclesiásticos, para aceitar tal convite. Dom Paulo olhou-me firme nos olhos para dizer serenamente: “Isso não tem a menor importância;

quero apenas saber se o Sr. está disposto a atuar em defesa das vítimas do regime militar em vigor”. Graças a essa lição, passei a compreender que a essência da verdadeira vida cristã não está no cumprimento dos rituais religiosos, mas em servir o próximo, sem nada procurar ou esperar para si próprio. Ou, como ensina a sabedoria budista, nas palavras do Dalai Lama, “quanto mais nos importamos com a felicidade de nossos semelhantes, mais felizes nos sentimos”. Não creio que tenha cumprido fielmente essa lição, mas de qualquer modo mudei o rumo de minha vida” (COMPARATO, 2018 p. 88-89).

O jornalista Clóvis Rossi diz que “desde moleque, imaginava um dia escrever um texto com o título – Dom Paulo Evaristo Arns, um tipo inesquecível. Cumpro hoje esse sonho, ao escrever sobre ele, o único personagem público realmente inesquecível, das centenas que conheci em mais de meio século de jornalismo. Acompanhei-o, à meia distância, nos diferentes momentos de sua [luta contra a ditadura](#), mas tornei-me fã incondicional quando me pus a trabalhar sob o guarda-chuva da Arquidiocese de São Paulo na defesa dos perseguidos políticos do Cone Sul - uruguaios, argentinos, chilenos, paraguaios, bolivianos” (ROSSI, 2018, p. 139-140).

Frei Clarêncio Neotti recolheu um depoimento de Fernando Altemeyer, que dá conta do impacto de Dom Paulo na vida das pessoas: “seu testemunho pessoal motiva novos testemunhos. Dom Paulo não deixa ninguém sossegado. O Evangelho que o incomoda, brilha e borbulha, nas suas palavras e em seu olhar perspicaz. Este Pastor sabe que somos filhos da memória perigosa da cruz. Este frei franciscano planta em cada coração a grandeza do amor e a audácia do visionário. Crê na esperança, pois bebe cada manhã de seu poço. Ele sabe, porque experimenta na fonte inesgotável do amor, que cada um de nós é outro Cristo para seus irmãos. Sabe que quanto mais água se tira do poço divino mais pura e cristalina a fonte se revela” (NEOTTI, 2018, p. 298).

Finalmente, o próprio Frei Clarêncio, aluno e confrade de Dom Paulo, traz à memória fatos marcantes da vida de Dom Paulo que o impactaram, tal como também acontece na vida de Plínio Arruda Sampaio. Recorda que “na memorável Missa da Gratidão, de maio de 1998, em que Dom Paulo se despediu de seu

povo que abarrotou a Catedral, ecoou a voz do leigo e grande líder católico Dr. Plínio de Arruda Sampaio, em emocionante discurso ao Pastor que deixava a cátedra. Ele listou a gratidão dos bispos, dos padres que Dom Paulo comandou e formou, dos religiosos e religiosas, das pessoas consagradas, do povo da periferia, do trabalhador, da dona de casa, dos jovens, dos aposentados, das pessoas humildes das Cebs, dos migrantes, dos sem casa, das crianças e adolescentes, dos injustiçados, dos presos políticos e dos comuns, dos intelectuais que ficaram sem cátedra, e dos teólogos que tiveram a coragem de explorar as fronteiras do conhecimento de Deus, chegando a sofrer incompreensões no interior da própria Igreja. Destacou que a Arquidiocese de São Paulo recebeu do Cardeal Arns tudo o que se pode esperar de um bispo: direção, exemplo, compreensão, coragem, dando graças ao Senhor por ele ter sido a porta que não ficou fechada, a voz que não ficou calada e o gesto que renovou a esperança”. E termina Frei Clarêncio: “a respeito desta lista tão extensa, o Cardeal Lorscheider escreveu: ‘O que nele mais impressiona é a sua simplicidade, modéstia, calma, serenidade, otimismo, esperança, lucidez, orientado por uma fé profunda e um amor pastoral imenso pelos que a Providência lhe confiou em sua qualidade de Pastor’” (NEOTTI, 2018, p 298-299).

Concluindo depoimentos

Dom Paulo Evaristo Arns pertence a uma geração de bispos, “filhos” da renovação do Vaticano II e “pais” da tradição libertadora latino-americana, considerados nossos “Padres da Igreja” na América Latina. Eles assumiram com convicção e determinação as intuições básicas e eixos fundamentais do Concílio, no contexto de um subcontinente marcado pela exclusão e a injustiça institucionalizada, inaugurando um novo modo de ser Igreja, que tem nas CEBs “a célula inicial da estruturação eclesial” (*Med* 6,1). Inauguraram também um novo perfil de santidade, alicerçado no “Pacto das Catacumbas” e na memória dos mártires da tradição eclesial libertadora. Ricardo Antoncich designa-os - “mártires das causas sociais” - que têm em Dom Romero o primeiro deles, assim reconhecido e canonizado. Alguns foram mártires na morte, mas todos os mártires em vida, constituindo a herança mais preciosa que a Igreja na América Latina oferece ao mundo inteiro.

Dom Paulo integra a lista de nossos “santos padres”, que transcendem a seu tempo e, certamente, continuarão inspirando os cristãos e os cidadãos comprometidos com um mundo inclusivo de todos, por séculos. Só em nosso país, junto com nosso “cardeal do povo”, como não mencionar bispos da grandeza e santidade de Dom Helder Câmara, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Antônio Fragoso, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Waldir Calheiros, Dom Tomás Balduino, Dom José Gomes, Dom José Maria Pires, Dom Adriano Hipólito, dentre tantos outros. Na América Latina, esses nossos “santos padres” são faróis que apontam para a renovação do Vaticano II e a tradição eclesial libertadora. Entre eles, os bispos mártires - Mons. Oscar Romero (El Salvador), já mencionado, e também Mons. Enrique Angelelli (Argentina) y Mons. Juan Girardi (Guatemala). E bispos cujo testemunho transcende suas Igrejas Locais como Mons. Manoel Larraín (Chile), Mons. Eduardo Pironio (Argentina), Mons. Raúl Silva Henríquez (Chile), Mons. Luís Bambarén (Perú), Mons. Leonidas Proaño (Equador), Mons. Marcos McGrath (Panamá), Mons. Samuel Ruiz (México), Mons. Mendes Arceo (México), etc. Eles se inscrevem na tradição dos grandes bispos profetas do período colonial como Bartolomé de las Casas e Toribio de Mongrovejo.

Na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, a Igreja teve a ventura de ver implementado um perfil de bispos, alinhados ao Vaticano II e à tradição eclesial libertadora, quase todos oriundos de engajamento na Ação Católica e em processos pastorais junto aos setores mais desfavorecidos da sociedade. Sobre tudo os pontificados de João XXIII e de Paulo VI, impulsionaram no continente uma Igreja samaritana e profética, inserida no mundo em uma perspectiva de diálogo e serviço. Nomeava-se bispos, antes de tudo pastores, mas com outra característica que explica sua transcendência e referência para além de seu tempo: eram geralmente também teólogos, formados nas melhores universidades da Europa e do continente. Por isso, foram pastores de visão de futuro, que tinham uma leitura aguda da realidade de seu tempo, que sabiam falar e escrever, ouvir e tomar posição, contribuindo para a formação de uma opinião pública na Igreja e na sociedade em favor da causa dos pobres. Os presbíteros e o laicato formado neste tempo caminhavam na mesma perspectiva. A vida religiosa, em especial a

vida consagrada feminina, destacava-se pela sua inserção nos meios populares. E tudo isso, apesar da oposição dos segmentos mais abastados da sociedade e inclusive da repressão por parte dos regimes de exceção, implantados pelas ditaduras militares que imperaram em nossos países por anos e anos.

Nas décadas seguintes, com o final das ditaduras, quando se esperava que a Igreja pudesse avançar com liberdade de pensamento e de ação, em especial durante os dois pontificados que precederam o atual, entrou-se em um gradativo processo de involução eclesial em relação à renovação do Vaticano II, em especial à tradição libertadora. Décadas em que J. I. González Faus qualifica de “noite escura” e que redundaram em um novo perfil de bispos e de presbíteros, assim como de leigos e leigas, em uma postura apologética frente ao mundo e nostálgicos de um passado sem retorno, expressões típicas de um projeto de Igreja alinhado à neocristandade.

Com a Conferência de Aparecida e o pontificado reformador de Francisco, há o resgate da renovação do Vaticano II e da tradição eclesial libertadora, ainda que não se perceba reflexos diretos nas orientações do episcopado, no perfil dos novos bispos e muito menos na linha de formação e no perfil dos novos presbíteros. Entretanto, processos esperançadores estão em curso na Igreja hoje. Na América Latina tivemos o Sínodo da Amazônia e a criação da CEAMA, que está elaborando um plano de implementação de suas decisões, assim como a realização Primeira Assembleia Eclesial, que se propõe retomar Aparecida. Em âmbito universal, está em curso o Sínodo dos Bispos sobre a sinodalidade da Igreja, por primeira vez realizado a partir das Igrejas Locais. Com ele, oxalá se redescubra a preciosa herança de bispos da envergadura de Dom Paulo Evaristo Arns e que fizeram do Vaticano II, no dizer de João Paulo II, um advento para o terceiro milênio.

Referências

ALTEMEYER JUNIOR, F. – LANCELLOTTI, J. R. “Um bispo com uma palavra adequada para seu momento histórico”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 61-73.

- ALTEMEYER JUNIOR, F. “Filho do Concílio Vaticano II. Frei Paulo Evaristo Cardeal Arns”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 189-197.
- BOFF, L. “Dom Paulo Evaristo Arns. Mestre, intelectual e amigo dos pobres”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 35-39.
- BRIGHENTI, A. “Dom Paulo Evaristo Arns. A voz dos sem voz e sem vez”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 41-44.
- BRIGHENTI, A. -TAMAYO, J. J. “Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres”. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018.
- DEL PICCHIA, P. “Morreu o cardeal de muitos epítetos”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p.109-116.
- FREI BETTO. “O homem que não conheceu o medo”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 29-33.
- KONDER COMPARATO, F. “Dom Paulo mudou o rumo de minha vida”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 85-89.
- LOPES, M. “Morre Cardeal-profeta”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 117-120.
- MANZATTO, A. D. “Paulo Evaristo, modelo de pastor”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 45-48.
- MORAES, C. “Morre Dom Paulo Evaristo Arns. O cardeal da esperança”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 121-125.
- MORELLI, Dom Mauro. “De esperança em esperança, sem se abater”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 21-24.
- NEOTTI, Frei Clarêncio. “Dom Paulo Evaristo Arns, ofm. *Forquilha, SC, 14.09.1921 +São Paulo, SP, 14.12.2016”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 199-306.
- PASSOS, J. D. “Pastor com cheiro de ovelha”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 91-100.

- ROSSI, C. “Dom Paulo Evaristo Arns. Um tipo inesquecível”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 139-141.
- SÂNDALO BERNARDINO, Dom Angélico. “Paulo Evaristo, irmão e amigo!”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 25-28.
- TAMAYO, J. J. “Cardeal Arns. Nas trilhas da teologia da libertação”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 49-56.
- TAMAYO, J. J. “Epílogo”. In: *Dom Paulo. Testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos Pobres*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2018, p. 307-313.

Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns

Conciliar Renewal and Episcopal Identity: The
Original Profile of Paulo Evaristo Arns

**João Décio Passos*

Resumo

O Vaticano II abriu uma temporada de renovação que exigiu reconstruções dos perfis e funções dos diversos sujeitos eclesiais. A identidade episcopal foi reconstruída no interior das construções implicadas do *aggiornamento* conciliar. Como negociação entre modelos instituídos do passado e novas orientações do presente, foi uma identidade nova assumida pelos que aderiam de modo radical à eclesiologia conciliar. Na medida em que a recepção do Concílio avançava novos modos de viver e exercer o ministério episcopal podiam ser visibilizados na América Latina. O arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, notabilizou-se como uma das figuras emblemáticas dessa renovação.

Palavras-chave: Aggiornamento; Igreja; Episcopado; Identidade; Ministério

Abstract

Vatican II opened a season of renewal which required reconstructions of the profiles and functions of the various ecclesial subjects. Episcopal identity was reconstructed within the implicit constructions of the conciliar *aggiornamento*. As a negotiation between instituted models of the past

*Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Livre Docente em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Editor da Editora Paulinas. Contato: jdpassos@pucsp.br

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
26.10.2021
Aprovado em
28.12.2021

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

and new orientations of the present, it was a new identity assumed by those who adhered radically to the conciliar ecclesiology. As the reception of the Council progressed new ways of living and exercising episcopal ministry could be seen in Latin America. The Archbishop of São Paulo, Paulo Evaristo Arns, became one of the emblematic figures of this renewal.

Keywords: Aggiornamento; Church; Episcopate; Identity; Ministry

Introdução

Os bispos não nascem prontos de suas nomeações e ordenações, ainda que certos padrões comportamentais possam induzir essa percepção. Ao contrário, vão se tornando pastores, segundo os padrões que adotam como valores performativos de suas missões/identidades. Na verdade, todas as funções são construídas nesse processo mais ou menos contínuo, a depender de fatores externos ou internos relacionados a cada sujeito concreto. Isso significa dizer que as identidades são construídas e não fixas; ao contrário, elas podem ser reconstruídas/reconstruídas com o passar do tempo. A igreja do pós-concílio passou por um processo de construção identitária de seus projetos e sujeitos, o que adquiriu fisionomias concretas em cada realidade. A construção de novas identidades eclesiais adquiriu dinâmicas muitas vezes intensas e visíveis, na medida em que as orientações conciliares eram recepcionadas pelas igrejas locais. O ministério episcopal participou desse processo, na exata medida da sensibilidade de cada pastor para com o *aggiornamento* conciliar, uma vez que o padrão anterior permanecia fornecendo referências para o exercício da função e para as próprias personalidades episcopais.

A renovação desencadeada pelo Vaticano II provocou impactos diferenciados nas igrejas e nas funções eclesiais treinadas na rotina tridentina. Muitos bispos refizeram não somente suas vidas pessoais, mas também os próprios perfis de seus ministérios, respondendo aos desafios oferecidos pela teologia do episcopado presentes nos documentos conciliares, particularmente na *Lumen Gentium* e *Christus Dominus*. Ainda no calor da hora conciliar, o conhecido Pacto das Catacumbas significou um primeiro esforço de estabelecer parâmetros concretos

para o exercício desse ministério em consonância com o espírito conciliar. Após o encerramento do grande evento, iniciou-se a fase de recepção, o que, em boa medida, significava conclusão prática ou a construção concreta do Concílio em cada realidade eclesial. As decisões conciliares não foram uniformizadas canonicamente como fora feito em Trento. A era conciliar significava concretamente uma fase de construção de um modo renovado de ser igreja por todo o povo de Deus. Os sujeitos eclesiais foram reconstruindo-se em suas funções e renovando suas identidades nas diversas localidades e frentes de ação. O novo se mostrava nos projetos e nas próprias personalidades a esses diretamente associadas.

A presente reflexão situa a pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns nessa dinâmica de construção identitária, no contexto da América Latina, do Brasil e de São Paulo. Um novo perfil de bispo foi sendo construído pelo continente afora em sintonia com os marcos identitários disponíveis, feitos de referências anteriores e posteriores ao Concílio, e em sintonia orgânica com os projetos de igreja que tomavam forma em cada realidade. Como ocorreu com outras dimensões da vida eclesial, o ministério episcopal se refez sem fórmulas precisas e fixas, mas na abertura criativa às provocações renovadoras do Concílio. O Cardeal Arns desponta como figura original que vai se tornando cada vez mais nítida e pública, na medida em que o *aggiornamento* conciliar avança e constrói marcos referenciais para a vida ministerial por meio dos magistérios locais e das opções eclesiais da igreja local.

1. Em busca de novo modo de ser bispo

Não parece haver dúvidas de que nos tempos conciliares muitos bispos renovaram em suas vivências pessoais em suas práticas pastorais o que se compreendia ser esse ministério, segundo as orientações conciliares. Os processos de *aggiornamento* conciliar geraram *aggiornamenti* ministeriais em muitas igrejas locais, de modo particular na América Latina. Essas renovações revelam, por certo, uma ligação direta entre projetos de igrejas locais e exercício do ministério episcopal. Permanece válida em termos pastorais a orientação de Inácio de Antioquia que liga diretamente a presença do bispo com a presença da igreja. Novos modos de ser igreja se deram concomitantemente a novos modos de ser

bispo. Nesse sentido, pode-se dizer que os bispos proeminentes da renovação só podem ser entendidos de modo orgânico com suas igrejas locais. “A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”, explica Cucho (1999, p. 177). Portanto, é de dentro de sistemas sócio eclesiais concretos que se pode falar em identidades episcopais que se renovam. Não pode haver Pedro Casaldàliga sem a realidade amazônica de São Félix, Leonidas Proaño sem os índios de Riobamba e Paulo Evaristo sem a megalópole de São Paulo etc. Nesses contextos os bispos se localizam e são percebidos em seus papéis.

Os dados históricos revelam essa realidade identitária social e eclesial. Entretanto, não se pode incorrer na ingenuidade de pensar em uma mudança estrutural geral na igreja. A renovação do ministério episcopal não foi nem automática e canônica e nem geral. Muito ao contrário, após o Vaticano II o que se observou foi uma variedade de experiências que produziram o novo e reproduziram o passado dentro do mesmo corpo eclesial. As razões dessa diversidade serão comentadas logo abaixo. Aqui vale localizar as figuras renovadoras do ministério episcopal como um fato histórico visível e instigante para o que foi compreendido como exigência decorrente das renovações conciliares.

Personalidades episcopais renovadoras emergiram nos quadrantes de planeta e, de modo expressivo, na América Latina. A lista desses seria deveras grande e revelaria, de fato, figuras com perfis distintos e raros que vivenciaram a missão do pastor com grande radicalidade, mostrando-se original perante os perfis instituídos e consolidados no imaginário eclesial anterior. Os velhos príncipes da igreja deram lugar a muitos pastores identificados com os pobres e empenados em viver de maneira coerente a função do serviço ao povo de Deus. Dom Paulo Evaristo Arns foi um desses pastores. Nomeado para a função em 1966, há menos de um ano de encerramento do Concílio, foi aos poucos tornando-se referência de um modo novo de exercer o episcopado, na medida em que tomavam forma os projetos de renovação conciliar na igreja de São Paulo e que, os desafios sociais e políticos decorrentes da conjuntura política nacional se tornavam patentes nas estratégias repressoras do regime ditatorial. A matéria prima construtora dessa identidade advinha antes de tudo do Concílio e de suas

recepções na América Latina, de modo particular das decisões da Conferência de *Medellín*. Foi em nome do serviço aos seres humanos que afigurou e cresceu o bispo defensor dos direitos humanos, identificado com as causas dos pobres e empenhado a organizar um estilo de igreja participativa que envolvia de modo sinodal todos os sujeitos eclesiais.¹

A identidade episcopal estava em construção, tanto quanto as renovações eclesiais; tratava-se, de fato, de encontrar os modos mais coerentes de vivenciar as renovações conciliares pautadas por dois movimentos fundamentais: a fidelidade às fontes evangélicas e a sintonia com a realidade presente. As formas consolidadas da instituição episcopal – bem definidas canônica, política e esteticamente – situavam entre esses dois polos constitutivos da renovação conciliar (KÜNG, 1999, p. 130-149). A busca da fidelidade ao Evangelho e aos seres humanos concretos havia sido não somente um método de trabalho conciliar, mas se apresentava como princípio e método de toda renovação a que a igreja estava empenhada. Ser pastor fiel ao Concílio significava agora estar referenciado pelo pastor que veio para servir e não para ser servido (Mc 10, 45; GS 3) e empenhado em acolher os desafios advindos da realidade presente, de modo particular os clamores dos pobres. O bispo assim como toda missão da igreja localizava-se entre essa origem (as fontes do evangelho) e esse fim (o serviço à humanidade). As igrejas locais potencializadas pela autonomia decorrente de sua própria condição de presença da igreja universal buscavam as formas mais coerente de encarnar os propósitos conciliares e, juntamente com elas, os seus pastores. Havia, de fato, uma identidade a ser construída para a qual não bastavam os velhos padrões, seja da geopolítica de raiz romana para o conjunto da organização eclesial, seja da hierarcologia do poder sagrado para o exercício episcopal.

2. A construção das identidades

As identidades são sempre vivenciadas como papéis pessoais ou coletivos

1. Sobre as diversas facetas do perfil pessoal e ministerial de Dom Paulo conferir: WALDIR-TICÃO. *Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns*; pastor das periferias, dos pobres e da justiça. São Paulo: Casa da terceira idade Tereza Bugolin, 2015; BRIGHENTI, Agenor-TAMAYO, Juan J. (Orgs) *Dom Paulo: testemunhos e memórias sobre o Cardeal dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 2018.

em determinado contexto social; aí, elas são construídas e reconstruídas constantemente sempre em uma relação de trocas com outras de características distintas (CUCHE, 1999, p. 183). Como processo de construção, as identidades são formas de conciliar as objetivações instituídas – em valores e padrões – a as vivências presentes que as interiorizam e exteriorizam de modo mais ou menos direto e coerente. Isso significa que se trata sempre de um processo de construção que conta com disposições para conservar (repetir, reproduzir) e para inovar (ao interiorizar, assimilar ou rejeitar). Berger e Luckmann explicaram essa regra dos processos de construção social (2014). Portanto, no interior de um grupo social haverá sempre os mais ou menos ajustados no processo de socialização, segundo aquilo que se coloca como objetivação para o conjunto dos mesmos. As sociedades passam por transformações, na medida em que esse conjunto vai sendo refeito com novos modos de objetivação-interiorização-exteriorização ativados concomitantemente por indivíduos e grupos em suas dinâmicas relacionais e de influência mútua. As mudanças ocorrem, portanto, em um confronto de objetivações estabelecidas que vão sendo trocadas por outras, seja pela força de sujeitos e movimentos de mudanças. Não ocorre mudanças nas objetivações de modo repentino, mas, antes, em um processo que se distinguem as dimensões culturais (novas ideias), sociopolíticas (sujeitos envolvidos no movimento de mudança) e institucionais (as traduções das novas ideias em normas). A força dos sujeitos se associa diretamente à força das novas ideias que se mostram como relevantes para a preservação das instituições. A organização política dos sujeitos constrói gradativamente a viabilidade do novo e os meios de torná-lo realidade objetiva para todos e, por seguinte, regra para todos. Nessa dinâmica as mudanças ocorrem necessariamente antes de tudo no campo das ideias e, somente, depois chegam às instituições, embora não haja sequer garantias de que os projetos cheguem a ser efetivamente institucionalizados (CASTELLS, 2015, p. 353).

As objetivações oferecidas pelo Vaticano II expressam de modo preciso essa dinâmica das transformações sociais: elas aconteceram no campo das ideias e dos valores, criaram uma nova cultura eclesial, porém não foram traduzidos direta e imediatamente em novas regras capazes de formatar de modo canônico as identidades e os papéis no interior da igreja. Por essa razão, é necessário obser-

var uma inevitável luta por construção de identidades eclesiais, luta que poderia ser tipificada como identidades tradicionais em confronto com identidades de projeto (CASTELLS, 2001, p. 24-25), sendo que cada qual se referenciava por um conjunto de objetivações adotadas como normas comuns de vida. Se a teologia do laicato saiu redefinida do Concílio, a teologia do episcopado conservou ambiguidades que exigiram negociações teóricas e práticas nos tempos pós-conciliares. De fato, o resultado imediato foi uma negociação de modelos que se deu já no interior das discussões da assembleia conciliar e, evidentemente, nos textos aprovados: a) negociação entre teologia da hierarquia e teologia do povo de Deus; b) negociação entre teologia do papado e do episcopado; c) negociação entre funções de poder e de serviço; d) negociação entre ministério leigo e ministério ordenado. Os ajustes teóricos resultaram em uma síntese formal que pode ser observada como um sistema teológico coerente no qual se encaixam no conjunto da vida eclesial as diversas formas de ministérios, deixando, porém, diversidades não resolvidas no tocante às funções práticas desses distintos ministérios dentro da velha moldura eclesiástica tridentina e do Vaticano I. As sistematizações teóricas esconderam em sua suposta síntese, distinções de natureza teológica, estrutural e funcional. A teologia da colegialidade não recebeu a devida tradução organizacional, a função do serviço episcopal não foi igualmente traduzida em novas regras de vida e de exercício ministerial, a função do leigo permaneceu inserida em uma estrutura dependente dos clérigos. Um corpo institucional marcadamente burocrático e hierárquico permaneceu intacto e preservando-se como ordenamento legítimo, muitas vezes evitando e, até mesmo, contrapondo-se às renovações ministeriais.

Na era conciliar, a construção da identidade episcopal como qualquer outra se fez com matérias disponíveis do passado e do presente; portanto com elementos conservadores reproduzidos de valores e práticas já estabelecidas e com novas teologias que exigiam novas formas de viver aquele ministério. Foi precisamente nessa zona de negociação entre o antigo e o novo que o ministério episcopal pós-conciliar conheceu suas renovações, ambiguidades e conflitos. As identidades são, de fato, processadas numa posição de relação, quando um polo identitário se reconhece sempre em relação a outro com o qual está em contato.

Identidade e alteridade são duas realidades inseparáveis. Nesse sentido, as novas identidades episcopais só poder ser reconhecidas em relação às antigas e vice-versa (CUCHE, 1999, p. 183).

3. Demarcadores identitários

As identidades são sempre construídas com elementos disponíveis do passado e do presente, envolvendo valores, poderes, imagens e estratégias (CASTELLS, 2001, p. 23). Trata-se de uma dinâmica regular dos processos de transformação social, no caso socio-eclesial, quando o novo se distingue e se confronta com o velho. Se nos processos de mudança social se dá como estratégia do possível, no *ethos* católico a negociação entre o passado e presente é, de fato, ainda mais evidente e necessária pelo caráter normativo da doutrina da tradição. A igreja se entende como transmissora fiel da *traditio*, de uma verdade herdada como herança do passado a ser transmitida no presente, sem rupturas e sem deformações (THEOBALD, 2015, p. 97-154). É no âmbito dessa norma que o novo é assumido como forma renovada do antigo, jamais como inédito, ainda que, na verdade, o seja. O Vaticano II abriu uma nova fase nessa compreensão em que incorporar o novo torna-se um ato legítimo e necessário para a igreja. Vale lembrar o ensinamento programático de João XXIII ao inaugurar o Concílio

Uma coisa é a substância do « depositum fidei », isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência, na sua elaboração (...). (In KLOPPENBURG, 1963).

A renovação estava instituída como necessária no âmbito da tradição. O desafio era, de fato, encontrar os modos de fazê-la, o que orientou as reflexões e decisões conciliares com relativa clareza e segurança, mas conheceu dias difíceis na fase de recepção na luta entre preservação e renovação em cada realidade particular (FAGGIOLI, 2013).

A identidade episcopal desafiada pela renovação não estava concluída nos textos conciliares, assim como nenhuma outra identidade a ser construída.

Disponha, com efeito, de referências antigas e novas, em franco prejuízo das novas em relação às antigas, tendo em vista não somente a instituição canônica do ministério e o sistema eclesiástico estruturado hierarquicamente, mas também a longa temporalidade do modelo que atravessara a história sem mudanças significativas. Após o Concílio, por certo, não houve grandes dúvidas sobre a identidade episcopal, ao mesmo no que constituía sua essência como sucessor apostólico e seu status jurídico como governador da jurisdição local. Foi, de fato, nessa zona de segurança que as renovações aconteceram, regidas mais pelas decisões voluntárias de cada qual, do que por um consenso coletivo que se impunha como regra renovadora.

a) Identidade episcopal pré-conciliar

A igreja pré-conciliar pode ser definida como sinônimo de hierarquia. A história que construiu e solidificou essa consciência é de longa temporalidade e as identidades constituídas em seu interior carregam camadas diversas de teologias e contextos históricos. Desdobrar esses aspectos exigiria tempo e páginas. Por ora basta lembrar que, no tocante, ao ministério episcopal o que chegou até o Vaticano II foi marcadamente definido como poder sagrado: a) caráter sacerdotal consolidado desde o século III como fundamento teológico do ministério (PARRA, 1991, p. 143-155); b) concepção de *potestas* assimilada do direito romano (TABORDA, 2012, p. 113-15). Em suma o bispo exerce uma função sacerdotal que liga Deus e a humanidade recebida no ato de ordenação e exerce a função individual governando uma igreja local. Essa função foi lida filosoficamente como estado particular ontologicamente distinto do estado laical. O Vaticano I reafirma essa condição e a coloca em uma relação de subalternidade ao Romano Pontífice. Cada bispo exerce um poder local que, depende, porém do poder central e máximo do Papa.

Essa identidade constituída e por séculos consolidada como “o modo de ser bispo” parece ter prevalecido em sua estética geral, na regulamentação canônica e no próprio exercício ministerial, não obstante às mudanças na teologia do episcopado trazidas pelo Concílio. Vale a esse respeito não somente a preservação de disposições canônicas pré-conciliares, mas a própria psicologia da conservação

tende a suplantar o desconforto da construção do novo. “A bem da verdade, onde que que uma forte identidade tenha sido concretizada, e onde quer que ela esteja em vias de ser exterminada, uma disposição conservadora irá se fazer presente” (OAKESHOTT, 2020, p. 126). Ademais, os mecanismos reprodutores da função episcopal permaneceram intactos (QUINN, 2002). Foi no interior e a partir da identidade episcopal constituída havia séculos que o novo se instaurou como decisão nem sempre confortável à instituição por parte de muitos prelados.

b) Ensinaamentos conciliares

Na doutrina conciliar o ministério episcopal tem seu significado e missão próprios como serviço ao povo de Deus exercido em cada igreja particular e em comunhão com o sucessor de Pedro. Tem seu fundamento direto na missão delegada por Jesus Cristo aos Apóstolos (GS 21-24;27).

“Como vigários e legados de Cristo os bispos governam as igrejas particulares” (GS 27) e não devem ser considerados meros representantes do Papa em suas dioceses: “E porque gozam de um poder que lhes é próprio e com toda razão são chamados de chefe dos povos que eles governam, não dever ser considerados vigários do Romano Pontífice” (GS 27). O mesmo parágrafo sintetiza que se trata de um poder que é “próprio, ordinário e imediato”. O Concílio ensina ainda que essa função original e autônoma não tem significado de poder político principesco, como se entendia na cosmovisão da cristandade. Trata-se de um poder que é exercido unicamente como serviço; “...para edificar sua grei na verdade e na santidade, lembrados de que quem é o maior deve portar-se como o menor, e o que manda como quem serve (Cf. 22, 26-27)”

c) O Pacto das Catacumbas

A consciência de que a igreja é servidora da humanidade e, de modo especial dos pobres, tomou forma cada vez mais clara na assembleia conciliar, embora não tenha merecido uma nota específica sobre a questão. A Constituição *Gaudium et Spes* deixou consignado em seu Proêmio esse ensinamento. Essa percepção teológica foi assumida como projeto por um grupo de padres conciliares que a selaram em um pacto celebrado no dia 16 de novembro de 1965

na Catacumba de Santa Domitila. O *Pacto das Catacumbas* (BEOZZO, 2015), como ficou conhecido, estipulou em seus 13 pontos os parâmetros para a vivência do ministério episcopal na perspectiva da pobreza e da opção pelos pobres. Embora sem caráter normativo para o conjunto da Igreja, esses parâmetros desenhavam uma identidade episcopal que exigia ruptura com a imagem e a práxis de poder (*potestas*) em função do serviço, identificação com os pobres e abandono das pombas, das riquezas e privilégios, opção pelos pobres por meio de gestos e posturas de solidariedade e abandono de hábitos e gestos que ligassem aos ricos. O item 1 abre o Documento dizendo: “Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo o que se segue (Cf. Mt 5,3;6,33;820)”. E o item 13 encerra assumindo o compromisso perante as igrejas particulares: “Tornados às nossas dioceses respectivas, daremos a conhecer aos nossos diocesanos a nossa resolução, rogando-lhes ajudar-se por sua compreensão, seu concurso e suas preces. JUDE-NOS, DEUS A SERMOS FIÉS!”. A radicalidade do *Pacto* exigia, de fato, uma completa mudança dos modos de exercer o ministério episcopal e, por decorrência, uma completa mudança de hábito nos modos de viver a vida pessoal e pastoral. A teologia do serviço de inspiração e fonte evangélica fornecia as razões e os rumos desse exercício a ser construído na nova era conciliar, antes e acima de qualquer teologia ou imagem que aludisse a um tipo de poder superior.

d) Conferência de Medellín

A II conferência do Episcopado latino-americano recepcionou o Vaticano II em sintonia com a realidade vivenciada pelos povos do continente. Uma nova identidade eclesial foi ao mesmo tempo assumida e impulsionada. Nessa perspectiva de sensibilidade à realidade histórica e de opção pelos pobres a função do bispo fez, de fato, a síntese entre o espírito conciliar da igreja servidora da humanidade e, de modo especial dos pobres, com as posições assumidas no *Pacto das Catacumbas*. No item 14 das Conclusões denominado Pobreza da Igreja, os bispos iniciam o parágrafo afirmando eu “Episcopado latino-americano não pode ficar indiferente perante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza...” (1) E

reconhecem a necessidade de conversão dentro das contradições constatadas, afirmando que “chega até nós as queixas de que a jerarquia, o clero, e os religiosos são ricos e aliados dos ricos” (14,1-2). No número 7 apresentam as exigências evangélicas da vida de pobreza por parte dos pastores:

Cristo, Nosso Salvador não apenas amou os pobres, mas “sendo rico se fez pobre”, viveu na pobreza, concentrou sua missão no anúncio da libertação dos pobres e fundou sua Igreja, como sinal dessa pobreza entre os homens (...) a presente situação exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito da pobreza (...) (14,7).

Medellín dá um passo adiante ao relacionar pobreza à que a igreja é chamada a vivenciar e situação de empobrecimento da América Latina. Entendem os bispos que pobreza não é simplesmente um “espírito” a ser adotado, mas identificação com a causa dos pobres. Por essa razão a pobreza “sinal e compromisso”. Sinal do valor dos pobres aos olhos de Deus e compromisso de solidariedade com os que sofrem (7). Contudo, nem o *Pacto das Catacumbas* e nem *Medellín* parecem ter percebido as consequências políticas da opção pelos pobres, o que logo se traduziu em conflito e exigiu, por conseguinte, resistência profética por parte dos bispos que assumiram essa opção, sendo que, alguns, pagaram com a própria vida o preço da nova identidade assumida.

Esses marcos identitários renovadores foram, ao mesmo tempo, pontos de chegada e pontos de partida de novas possibilidades de construções de identidades eclesiais acolhidas e provocadas pelo movimento conciliar. O *aggiornamento* sonhado por João XXIII assumia formas dentro da instituição milenar estruturada no modelo organizacional episcopal, mas sempre tensionada pelo serviço evangélico. Os bispos empenhados nessa mudança contavam, portanto, mais com o élan renovador advindo do Concílio que propriamente com uma imagem nova que se apresentasse concluída ou com uma normatização canônica. Dependeria, na verdade, de cada qual o esforço de encontrar os modos de exercer o serviço na simplicidade e na identificação com os pobres. Por dentro da arquitetura episcopal estabelecida muitos pastores se dedicaram a essa tarefa de reconstrução identitária; interiorizaram em suas práticas e hábitos os ideais

da renovação em franco confronto com a postura clássica do poder e puderam mostrar para a sociedade um jeito novo de ser bispo.

4. O perfil episcopal arnsiano

O bispo Paulo Evaristo Arns situa-se no centro do propósito fundador e fundante do Vaticano II que provoca permanentemente o encontro entre passado e presente, entre valores e práticas tradicionais herdadas do cristianismo e valores e práticas oriundas do mundo moderno. O citado discurso de João XXIII pautava de modo direto esse desafio e o processo conciliar se encaminhou por esse itinerário tenso e criativo (GS 4,11 e 44). Essa tensão que busca síntese antes, durante e depois do Concílio, reproduz a própria vocação do cristianismo que desde suas origens optou pela via histórica rejeitando, a via gnóstica centrada na salvação realizada por meio da ideia (HARRY, 2014, p. 15-35). As sínteses eclesiais foram construídas sempre nessa tensão entre modelos do passado e modelos do presente, criando situações inéditas para as zonas de conforto eclesiais. A conservação do passado e, como bem sinaliza Oakeshott, é sempre mais segura que a assimilação do novo, por natureza imprevisível e arriscada (2020, p.115-124). As novas identidades episcopais que emergem nas igrejas locais revelavam essas tensões não somente na práxis ministerial, mas também nas próprias personalidades que se destacam com seus projetos eclesiais. Os padrões eclesiásticos clássicos habitaram em seus corpos bem estruturados elementos novos, para muitos desestruturador das verdades essenciais a serem preservadas. O novo vestido de antigo ou vice-versa caracterizaram os bispos da era conciliar e revelaram as tensões inerentes às novas construções. Os impactos estéticos foram vários, porém de menor importância que as mudanças de postura que caracterizavam esses personagens: alguns retiram por completo o traje eclesiástico, outros o simplificaram e outros o mantiveram; todos, porém, incorporaram um novo modo de ser pastor tendo como marca a superação da mentalidade e da postura de poder em prol do serviço. Paulo Evaristo não havia participado diretamente do evento conciliar e nem da celebração do Pacto das Catacumbas. No entanto, sua vida e ministério encarnaram de fora clara e coerente essas referências e revelaram a possibilidade de construção do novo no âmbito do antigo.

a) O frade menor Cardeal

Dom Paulo Evaristo Arns manteve sob os trajes cardinalícios o pastor de serviço radical aos desvalidos, sem concessões às pressões advindas dos poderes políticos e eclesiásticos. De frade franciscano menor eleva-se como bispo auxiliar que ensaia uma postura crítica perante os perseguidos da ditadura e consolida-se como bispos dos pobres e dos direitos humanos. Sua personalidade vai agregando de modo cada vez mais natural e demarcado o perfil episcopal desenhado pelo Pacto das Catacumbas, agregando, porém, ao ministério uma dimensão profética inédita. Desfaz a fronteira diplomática do eclesial e do político, apresentando-se como pastor dos seres humanos humilhado social, política e economicamente. Não teve medo das ambiguidades e das contradições inerentes à postura profética e assumiu a dianteira nacional de defesa dos direitos humanos, quando os tempos de chumbo pesavam sobre a não e ameaçava com a morte os opositores. Por certo é necessário constatar que a própria biografia do filho de agricultores de Forquilha segue um curso que expõem para o olhar retrospectivo o perfil do futuro bispo: a origem simples rural, a mística franciscana, a formação humanista, o doutorado em Paris, a pastoral nas favelas de Petrópolis, o bispo auxiliar na zona norte de São Paulo não são meras fases de uma vida, mas fornece as bases para o que assumiu como modo de ser e de viver o ministério como serviço. A vida lhe proporcionou conhecimento e sabedoria, auridas da mística e da academia, permitindo-lhe discernimento e sagacidade política nos confrontos com os poderes ditatórias, sensibilidade para com os sofredores e acolhida das diferenças culturais e religiosas.

b) Traços de um ministério pastoral

O pastor que cuida das ovelhas inspirado pelo evangelho, o serviço à humanidade afirmado pelo Vaticano II, concretizado na opção pelos pobres e na defesa da liberdade e dos direitos humanos, ganhou estatura gigante no Cardeal franciscano. Sua pessoa e ministério sintetizavam qualidades e posturas que nem sempre se encontram em um personagem investido de poder eclesiástico e cobrado por muitos a manter neutralidade social e política em nome de um suposto irenismo ou de uma teologia da comunhão eclesial. Como outros de sua geração,

Dom Paulo se destacou da multidão comum de bispos da era conciliar que, cada vez mais, incorporaram os velhos papéis estabelecidos, na medida em que a renovação conciliar era reinterpretada (LIBÂNIO, 1984). A vida e a obra de Dom Paulo testemunham uma opção que revela a síntese de dimensões nem sempre conciliáveis, mas que em sua personalidade se expressavam com espontaneidade e coerência, tais como:

1ª. *A relação complementar entre a tradição cristã e as ciências modernas*: o frade doutor em letras clássicas e patrologia pela secularizada Sorbone transitava epistemologicamente entre esses territórios com grande naturalidade; repetia a importância do contato com o pensamento moderno naquela *alma mater* e dialogava com maestria com os profissionais das diversas áreas e, de modo, prazeroso com os meios de comunicação. A relação entre fé e razão encontrou em seu ministério um lugar que foi além da clássica moldura escolástica e possibilitou trânsitos para si e para os seus assessores e profissionais das instituições de ensino sob sua responsabilidade.

2ª *A síntese sacerdócio-profecia*: esses tipos de liderança eclesiástica bem descritos por Pierre Bourdieu na forma de oposição, encontrou em Dom Paulo os modos de articular e conviver como posturas do mesmo pastor. Se o sacerdote existe para preservar a estrutura e o profeta para renovar (2003. p. 60-90), essas posturas operaram no Cardeal dos pobres sem conflitos e dramas. A profecia fluía por dentro do sacerdócio ministerial e dava-lhe a própria razão de ser da função exercida. Não salvou a função eclesiástica com concessões às urgências da justiça e soube como poucos renovar sem negar a longa tradição.

3ª *A mística e a militância*: será inútil buscar em Dom Paulo linhas divisórias que separem as dimensões mística e política. O que os teóricos costumam distinguir, no pastor que cuida dos pequenos se encontra inseparável. Seu redil vai além das fronteiras eclesiais e confessionais; identifica-se com o humano ao qual é impelido a cuidar. Sem fronteiras canônicas e políticas avançou sobre os lobos que a ameaçavam com as armas da razão e da fé e com as estratégias políticas, em cima dos altares, nos meios de comunicação e nas tribunas políticas. A mística do serviço à humanidade na imitação do Cristo pastor foi sua trilha

permanente, sem os medos comuns que acompanha as figuras públicas. A denúncia destemida dos mecanismos opressores e geradores de pobreza foi assumida como missão pastoral e tornou-se emblemática para muitos dos seus pares e linha de frente para ateus e crentes defensores dos direitos humanos.

4ª *Pobreza e opção pelos pobres*: a mística franciscana da pobreza de que era signatário o acompanhou por toda vida nos gestos e nos hábitos de simplicidade. Vivenciou esse dom na perspectiva do *Pacto das Catacumbas* e de *Medellín* – como relação inseparável entre vida de pobreza e opção pelos pobres. Não cedeu às possibilidades de vida principesca ou burguesa e não fez concessões a tudo o que advinha de consequências sociais e políticas da opção pelos excluídos e desprotegidos. Saiu do Palácio episcopal e assumiu as periferias como território primordial da evangelização; defendeu os pobres e os perseguidos políticos como ovelhas de seu rebanho.

5ª *O realismo e a esperança*: foi o clima e a mola indutora de sua vida marcada por conflitos dentro e fora da igreja. Não é necessário relembrar a saga heroica de Dom Paulo no que se refere às calúnias e retaliações por ele sofrida, desde às ameaças de morte pelos profissionais da ditadura militar até a divisão da arquidiocese em um processo arbitrariamente imposto. O realismo perante as conjunturas e problemas era expresso na crítica contundente que não fazia concessões. Oferecia profeticamente as denúncias às contradições sociais e políticas e o anúncio de que o novo era possível. Nunca desistiu e nunca perdeu a esperança, sabedor que era das consequências políticas de suas declarações e ações. Seu lema episcopal *De esperança em esperança* se fez valer, de realidade em realidade no dia a dia de seu longo ministério.

Esses não são mais que alguns traços de uma personalidade complexa que se destacou no episcopado nacional como ícone da renovação e como postura de defesa dos direitos sociais e das liberdades. O Cardeal Arns viveu suas convicções sem medo do conflito e com extraordinária liderança dentro de seu rebanho diocesano e na sociedade brasileira que buscava os caminhos de democratização ceifados pelo regime ditatorial. Soube tecer a si mesmo em meio aos desafios advindos da realidade e com os valores do evangelho, sem conformar-se ao que

se impunha como papel tradicional para os líderes eclesiais.

Considerações finais

As identidades pessoais e profissionais são construídas dentro das objetivações sociais na dialética entre interiorização e exteriorização dos valores e modelos por elas instituídos como padrão e norma. O Vaticano II instituiu novas objetivações eclesiais: feitas de valores e sujeitos que se empenha na causa do *aggiornamento* da igreja no mundo atual. As renovações no âmbito das ideias desafiaram os sujeitos a novas formas de vivência e organização. O episcopado constituiu, evidentemente, um dos itens da renovação, o que gerou uma leva de personagens renovados no decorrer dos anos a que sucederam a conclusão do evento. Paulo Evaristo Arns foi um desses personagens autoconstruídos dentro das novas referências, em franca negociação com os parâmetros anteriores que formatavam de modo inequívoco a personalidade episcopal.

E, na medida em que as decisões conciliares sofriam reveses, os bispos renovados eram, cada vez mais, colocados sob a suspeita de correção pastoral e até teológica. Não faltaram estratégias de intervenção que visavam trazer de volta a velha identidade episcopal, marcadamente baseada na *potestas* e na dependência direta ao Pontífice, sob os aspectos jurídicos, pastorais e até mesmo de uma uniformidade estética.

Longe de constituir realidades consolidadas e imutáveis, as identidades são construções permanentes que se dão no interior das trocas sociais e simbólicas (CUCHE, 1999, p. 183). O Concílio se encontra em plena recepção e no interior dessa dinâmica os esforços de reconstrução das identidades episcopais. O Papa Francisco reconhece essa urgência em sua Exortação programática *Evangelii gaudium*. Na igreja em saída o bispo há que sair da estabilidade ontológica do poder e buscar uma identidade baseada no serviço. A renovação do ministério episcopal nasce do evangelho e da fidelidade à realidade local e é parte da “renovação eclesial inadiável” (27). A ligação vinculante entre bispo e igreja (povo de Deus) é retomada por Francisco como caminho e meta da renovação que brota do Concílio. A identidade episcopal não constitui um poder em si mesmo desvinculado da comunidade eclesial, mas se faz no exercício da comunhão com

a mesma e na inserção serviçal no interior do rebanho que o ajuda a encontrar os caminhos coerentes do pastoreio (31).

Na América Latina, essa renovação inadiável da igreja se fez juntamente com muitos pastores. As orientações e práticas do Papa Francisco hoje fazem justiça às opções de vida de pastoreio de Dom Paulo. O que fora visto como estranho e heterodoxo pelo staff curial romano, se encontra hoje instalado no trono de Pedro. O que serviu de escândalo para os donos do poder político e do dinheiro é hoje transformado em ensinamento comum da igreja. Por certo, na perspectiva do método conciliar, nenhum sujeito eclesial se encontra acabado, mas, ao contrário, em permanente construção, alimentado pelas fontes do Evangelho e pelos desafios advindos da realidade presente. As faturas renovadoras do Vaticano II continuarão chegando aos clérigos bem alojados em suas posições hierárquicas e incomodando os defensores das distinções ontológicas entre os sagrados e profanos.

Referências

- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas*; por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BERGER, Peter-LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*; tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CELAM, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Conclusões de Medellín. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- FAGGIOLI, Massimo; *Vaticano II*; a luta pelo sentido. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- HANRY, Michel. *Encarnação*. Uma filosofia da carne. São Paulo: É realizações, 2014.
- KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II*, V. 2. Petrópolis: Vozes, 1963.

- KÜNG, Hans. *Teologia a caminho*; fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- LIBÂNIO, J. Batista. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984.
- OAKESHOTT, Michael. *Conservadorismo*. Belo Horizonte: Áyiné, 2020.
- PARRA, Alberto. *Os ministérios na Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- QUINN, John R. *Reforma do papado*; indispensável para a unidade cristã. Aparecida: Santuário, 2002.
- TABOREDA, Francisco. *A Igreja e seus ministérios*; uma teologia do ministério ordenado. São Paulus: Paulus, 2012.
- THEOBALD, Christoph. *A recepção do Concílio Vaticano II*. Vol. I, Acesso à fonte. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

A profecia na contemporaneidade à luz da referência de Dom Paulo, Profeta Arns

Prophecy in contemporaneity in the light of
Dom Paulo's reference, Prophet Arns.

** Alzirinha Souza*

Resumo

Sob o impulso do Concílio Vaticano II, o profetismo “renasceu” na América Latina. A tomada de consciência da realidade LA aliada ao nascimento de uma teologia autóc-tona que viria a ser a TdLib impulsiona novas formas de fazer e viver o cristianismo no continente. Entre tantos nomes que entraram nessa nova dinâmica pastoral e teológica, certamente encontra-se D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, e sua característica inegavelmente profética traduzida em sua defesa ampla da dignidade humana. Contudo, atualmente tem-se a impressão de que a profecia desapareceu na América Latina. Por essa razão, mais que falar de D. Paulo, porém mantendo-o como paradigma de profeta, temos por objetivo nesse artigo retomar os elementos essenciais e re-situar os principais elementos da Profecia cristã alinhados ao momento atual. Iniciaremos pela reflexão filosófica para, posteriormente, apresentar as razões teológicas do profetismo. Seguramente a pessoa e a vida de D. Paulo serão identificadas nessa reflexão.

Palavras-chave: D. Paulo Evaristo; Profeta; Profecia; pastoral; Igreja Latino-americana

* Pós Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora e pesquisadora do ANIMA Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e do Núcleo de Estudos Comunicação e Teologia e do Instituto São Paulo de Ensino Superior (ITESP). Contato: alzirinharsouza@gmail.com

Revista de Cultura Teológica

Texto enviado em
06.01.2022

Aprovado em
19.01.2022

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

Abstract

Under the impulse of the Vatican Council II, prophetism was “reborn” in Latin America. The realization of the Latin American reality combined with the birth of an autochthonous theology, which would become the Liberation Theology, boosts new ways of making and living Christianity on such continent. Among so many names that have entered this new pastoral and theological dynamic, there is certainly Monsignor Paulo Evaristo Cardinal Arns, and his undeniably prophetic characteristic translated into his wide defense of human dignity. However, today one has the impression that the prophecy has disappeared in Latin America. For this reason, rather than speaking of Cardinal Arns, but maintaining him as a prophet’s paradigm, we aim to retake at this article the essential elements and re-situate the main elements of Christian Prophecy aligned with the present moment. We will begin with philosophical reflection to later present the theological reasons for prophetism. Surely the person and the life of Cardinal Arns will be identified in this reflection.

Keywords: Paulo Evaristo; Prophet; Prophecy; pastoral; Latin American Church

Introdução

A tarefa que me foi solicitada para esse texto se compreende em algo aparentemente muito fácil. Falar de Dom Paulo como profeta e com “P” maiúsculo é quase uma redundância. Muitos autores já escreveram sobre essa sua característica e muitos que ainda trabalham na Igreja de São Paulo e que puderam compartilhar de sua prática, a frente da mais representativa Arquidiocese do Brasil a sua época, diga-se bem, em momento histórico decisivo da vida política do país.

Em definitivo, D. Paulo, não poupou esforços para levar a cabo e com todas as consequências que isso poderia representar, para manter-se em coerência com o propósito que assumiu: viver o Evangelho em sua mais alta radicalidade. Com doçura quando em sempre, com firmeza quando necessário, valendo-se unicamente da “autoridade” de Cristo, advinda da mais alta forma de vivência do Evangelho.

Para tanto, igualmente cercou-se de gente, com “G” maiúsculo. Seja de seus bispos auxiliares, que mantinham junto ao Arcebispo a mesma coerência e vivência, seja na proximidade do povo de Deus o qual defendia com tanto zelo.

Aliás, é de se imaginar que para viver com D. Paulo, não poderia estar em outra sintonia que não fosse a dele. E muitos sabidamente se aproximaram em primeiro momento. Porém, em segundo momento, ou mudavam de postura ou se afastavam tal como o jovem rico que interpela a Jesus. Para o Povo de Deus não foi diferente. D. Paulo não lhes ensinava primeiramente o Evangelho, antes lhes ajudava a recuperar a identidade de pessoas amadas por Deus, e por esse caminho os ajudava a recobrem o protagonismo de suas vidas. Recuperava com eles a pedagogia de Deus que recupera a centralidade do humano e a vivência em sua amizade, antes de qualquer doutrinação e “liturgização” existente. E é bom que se lembre que ao celebrar nas favelas, nas vielas da periferia de São Paulo, essas duas últimas não eram sua preocupação. Celebrava com o que era possível, em dignidade certamente, mas sem as mantas e rendas, uma vez que sua preocupação era a vida do povo que apresentava a Deus em suas celebrações e a boa homilia que os levasse a manter-se perto de Jesus mesmo na mais alta dificuldade. Por isso, transitou entre ricos e pobres, suscitando a uns e outros a ação de transformação de seus mundos e por ela sua reunificação. Mundos que não se conhecem, terminam por ter medo uns dos outros. A distância cria pré-conceitos e medo, contra os quais D. Paulo lutava.

Certamente, o diferente nunca foi problema para ele. Mantendo sua coerência de vida centrada e impulsionada pelo Evangelho, não hesitava em unir forças com aqueles que, como dizia Karl Rahner, eram os “cristãos anônimos” de sua época. O sentido maior de seus valores era exercitado nas diferenças. Assim, se uniu aos que desejavam lutar pelos direitos humanos em todos os níveis, aos que formaram a Comissão de Justiça e Paz, aos que denunciavam as torturas nas masmorras da ditadura. Unia-se, mesmo que não estivesse “unido”, e estes casos se davam pela tentativa de diálogo com os completamente distintos de si.

Exercia dessa forma seu “poder cardinalício”, da mesma forma que Jesus: como serviço. Consciente de que o serviço agrega pessoas, as coloca em vistas de um valor maior, D. Paulo não nos poupou de momentos raros. Recebia as pessoas em sua casa nas horas mais não convencionais possíveis, sentava-se na sacristia da Catedral da Sé para conversar tranquilamente com os que lhe procuravam, ia a presídios com a mesma naturalidade com que ia aos militares

ou às periferias da cidade de São Paulo. Serviço, em sentido estrito, em forma de seguimento de Jesus, tem como consequência imediata a união de pessoas, a partilha de alegrias e sofrimentos de todos.

De fato, estudou na Sorbonne, e gostava de repetir aos amigos com “orgulho santo”: seu orgulho de ter estudado na Sorbonne. Não por ser a Sorbonne (ou até por sê-la), mas porque mesmo ali em ambiente francês, secularizado ao extremo fazia questão de dizer quem era e a que veio através de seu hábito franciscano, com o qual assistia às aulas e transitava em meio a seus colegas dos quais adquiriu o respeito e a amizade.

Contudo, hoje temos a sensação de que os Profetas com P maiúsculo se foram. Tempos secularizados, individualizados e líquidos nos sequestram o principal item da profecia: o cuidado, a consideração e a visibilização do outro. Profecia exige deslocamento do cuidado de si, para entrar no cuidado do outro. Essa é uma sensação ou será a constatação da intencionalidade da perda da visibilidade profética? Seguramente, o tempo histórico de D. Paulo favorecia essa visibilidade, tempos austeros de ditadura, de crise econômica e social. Contudo, se nos perguntarmos sobre a realidade de hoje, apenas não mudaram os atores sociais? Ainda que em contextos distintos, a crise política, social e econômica não só lamentavelmente permanece como se somou a estas a crise moral endêmica em que vivemos. Se Dom Paulo soube ser profeta em seu contexto, cabe a cada um de nós cabe ser dentro do tempo histórico que lhe cabe.

Por essa razão, mais que falar de D. Paulo, porém mantendo-o como paradigma de profeta, temos por objetivo nesse texto retomar os elementos essenciais e re-situar os principais elementos da Profecia cristã alinhados ao momento atual. Iniciaremos pela reflexão filosófica para, posteriormente, apresentar as razões teológicas do profetismo. Seguramente, identificaremos a pessoa e a vida de D. Paulo nessas reflexões.

1. O Cristianismo em sua essência

Buscar a essência de algo é buscar a razão que temos de nos sentir parte desse algo. Se a perdemos, provavelmente nos desligaremos, afastaremos ou continuaremos ligados de forma indiferente a esse algo. Enfim, as três proposições

nascem de uma só razão: a perda do amor primeiro. No tocante ao Cristianismo, três filósofos trabalharam de maneira mais incisiva sobre “o quê” viria a ser o elemento substancial, ou o amor primeiro que nos vincula e determina o exercício de ser cristãos (ãs).

Começaremos pelo clássico de Feuerbach “*A essência do Cristianismo*” onde relaciona notadamente Teologia e Antropologia. Para ele não há diferença entre o Sujeito e a essência humana e a divina; ao contrário essas se identificam. Essa obra é a repetição dessa afirmação: “teologia é antropologia”, através do sentido positivo que demanda a consciência da fé, não é nada mais que autoconsciência do ser humano que se faz objeto para si mesma, e em sentido negativo demonstra que uma cisão entre as duas vertentes produz evidentes consequências. (FORTE, 2003, 181). Reduzir a consciência de Deus à consciência de ser humano, somente poderia gerar o que chamará de “*amor infeliz*”. Amor, porque na perspectiva de seu pensamento não podia fazer elogio maior do cristianismo do que ver nele a cabal expressão da condição humana e, infeliz, porque essa cabal presença do humano na religião cristã é esfaqueada e rompida, de modo que a religião, que deveria ser somente autoconsciência do humano, é apresentada como consciência infeliz que surge diante do objeto divino concebido como transcendente e separado deste. Desta maneira o maior elogio passa a ser o desprezo, onde a teologia é totalmente tragada pela antropologia, resume-se a uma mentira, um sortilégio da inteligência e coração a procura de garantias superiores.

Tomando em consideração sua perspectiva, Deus é tomado como o íntimo do ser humano revelado, o seu “eu” expresso, e a religião é o solene desvelar-se dos tesouros escondidos no ser humano. Nesse sentido, a essência divina não é outra coisa que a essência mesma do Ser Humano purificada, livre dos limites do indivíduo, objetivada. Dirá o autor: “o amor de Deus por mim não é outra coisa senão o meu amor divinizado” (FORTE, 2003, 183). Deus é a correspondência dos desejos e sentimentos, é aquele que é bom e justo e que satisfaz o desejo pessoal de homens e mulheres. A oração é adoração de si, a encarnação é uma “lágrima de compaixão divina, portanto apenas a manifestação de uma essência dos sentimentos humanos, logo essencialmente humana” (FORTE, 2003, 184). Em resumo, o Cristianismo em sua melhor parte dirá Feuerbach, é uma “inven-

ção do coração humano”.

Ora, dentro dessa completa auto-referencialidade humana e afastada da realidade concreta, uma vez que cria a sua própria, poderíamos nos perguntar: se Deus é resultado de mim mesmo, de minhas projeções e desejo, onde fica a necessidade do cuidado do outro? Se é invenção humana, poderia cada humano criá-lo a partir de suas projeções e fraquezas? De fato, Feuerbach tendo querido mostrar o essencial acaba por revelar a sua fraqueza ao constatar que Deus também poderia ser negação dos desejos, aprisionamento ao invés de libertação, esse poderia ser um Deus que se volta contra sua criatura? Dificilmente esse Deus se adequaria ao de um Profeta.

Entre outras questões, a que nos prende aqui é que a teoria de Feuerbach, longe ser uma relação com o outro, a religião pensada nessa perspectiva não deixa de ser unicamente a representação de sujeito mesmo e seus desejos, sendo Deus para ele uma necessidade de suprimento do que lhe falta e em nenhum momento lhe falta o “outro”, uma vez que esse outro é si mesmo. Dentro desses padrões de compreensão de cristianismo, poderiam nascer profetas?

Contrariamente ao “amor infeliz”, Harnack anuncia o cristianismo do “amor tranquilo”, na tentativa de reconciliar fé e razão, Deus e humano, cristianismo e modernidade, sem nenhuma paixão maior. Se Jesus veio para “incendiar” (Lc 12,44), para tirar homens e mulheres de sua zona de conforto e transformarem por suas ações suas realidades e o Espírito de Deus, dinamiza, desloca, recentra; Harnack tranquiliza.

Em suas aulas sobre “*A essência do Cristianismo*”, no auge do Iluminismo em 1899-1900, são o resultado do final do Séc. XIX, liberal e burguês, onde busca na pessoa de Jesus a possibilidade de reconciliação de todos os parâmetros de turbulência de sua época. Jesus, dirá o autor, “abre a perspectiva para um vínculo entre seres humanos que não seja ordenado por leis, mas regido pelo amor e no qual o inimigo é vencido pela mansidão” (FORTE, 2003, p.190). Sem dúvida, um ideal digno, porém tão elevado que nem mesmo a humanidade acredita que poderá um dia alcançar. Mesmo atualmente poderíamos perguntar àqueles que têm o “espírito mais elevado” dotados de sensibilidade mais aguda e porque não

dizer “profética”, se ainda acreditam nessa possibilidade de transformação. Para Harnack “O Evangelho é uma mensagem social dotada de sagrado rigor e de uma força avassaladora (...). Mas esta mensagem se acha ligada ao reconhecimento do valor infinito da alma humana e encontra sua sede na pregação do Reino de Deus” (FORTE, 2003, 192), que seguramente não será no processo da história.

De fato, a idéia de uma religião sublimada pela razão e deslocada ao coração se apresenta hoje em dia, e leva as pessoas a uma forte acomodação, dependência e manipulação, mas os profetas que ali “nascem” apresentam-se unicamente como intermediadores da esperança de homens e mulheres junto à distorção de Deus. Ora, em sua concepção de Cristianismo, como idéia de religião do coração em que Deus fala a alma e a torna plena de amor, é inteligível para a função estrita do profeta que é estar em contato com as realidades, denunciá-las e assumir as conseqüências desse anúncio.

Poderíamos nós imaginar D. Paulo fazendo uma projeção de si junto a Deus, ou tranquilizando através de um cristianismo desencarnado? Difícil tarefa.

Por último, e contrapondo os dois autores anteriores, Romano Guardini em sua obra “*A essência do Cristianismo*”, pensa que o equívoco dos dois autores foi limitar o Cristianismo a um aspecto parcial, seja interioridade contra exterioridade, antropologia contra teologia, amor contra fé. Reduzir o Cristianismo a binômios contrasta com sua consciência mais profunda, porque este não pode ser entendido condicionado por pressupostos unicamente naturais (FORTE, 2003, p.199). Para Guardini, aquilo que é cristão não pode ser derivado de origens mundanas, pois esse modo elimina por completo sua particularidade.

Dirá Guardini: “o Cristianismo não é uma teoria de Verdade ou uma interpretação de vida. Ele é também isto, mas não está aí seu núcleo essencial. Este é constituído por Jesus de Nazaré, por sua concreta existência, por sua obra, por seu destino, ou seja, por uma personalidade histórica” (FORTE, 2003, 200). Alguém é cristão quando, aceita incondicionalmente em sua vida o Outro descartando o mito moderno da soberania do sujeito. Pode ser que para alguns essa “dependência” pareça um retrocesso em frente a emancipação do humano do iluminismo. Porém ao contrário dos primeiros que aceitavam questionar as sub-

jetividades modernas, para Guardini a essência do Cristianismo consistia na implosão desse pressuposto para o qual não é o valor do humano a medida de Deus, mas a Pessoa do Verbo Encarnado que é a medida do Ser Humano. A ideia de “um universal concreto e pessoal”, que era inconcebível à razão moderna, era a base do pensamento de Guardini, que se coloca frente a pretensão da razão absoluta e sua inquestionável objetividade. (FORTE, 2003, 201).

Ora, o que faz Guardini é guardar a relação entre cristianismo e história. O fato do primeiro ser composto por uma verdade transcendente, não elimina o fato de que essa é dita dentro de uma história concreta, onde é comunicada à mente e ao coração dos seres humanos e é compreensível a eles. E a história escolhida por Deus para comunicar-se é a de Jesus de Nazaré. Dirá Guardini: “Tudo aquilo em sentido cristão nos vem de Deus e da mesma forma tudo aquilo que em sentido cristão vai de nós para Deus deve passar por Ele. O caminho do Cristão é a própria pessoa de Jesus que é também verdade e vida (Jo 14,6)” (FORTE, 2003, p. 203). O autor coloca Jesus como o conteúdo e a medida do agir cristão em sentido absoluto. O bem em toda ação é Jesus. Para ele o que falta efetivamente no pensamento de Feuerbach e Harnack e em suas interpretações é o escândalo que desloca, impulsiona e realiza. Em suas teorias tudo se acha reconciliado e reduzido ao primado humano.

Contudo, Guardini se detém unicamente em Jesus como modelo e prática humanas. Certamente este é um dado chave, que no desenvolvimento da Teologia será essencial, sobretudo na Teologia Latino Americana. Contudo, o paradigma da prática de Jesus, sua forma específica de vida, que assumiu para si em obediência à realização do projeto de Deus, inclui igualmente assumir suas consequências até o final. E a reflexão sobre o “amor paradoxal” de Guardini excluiu a conclusão e o ápice da vida Jesus que se revela no “Amor crucificado” (FORTE, 2003, p. 204).

Mesmo compreendendo que Guardini (1968) encontra-se em momento histórico influenciado pela contraposição racional e por K Barth com seu “excesso” da centralidade cristológica, não se pode limitar a pessoa de Jesus a uma verdade e paradigma de prática pessoal. Ele não pode ser representado por um modelo

que leva unicamente a uma espécie de ideologia. Seguramente, à medida que é revelação de Deus na história o ouvimos, contudo devemos fazê-lo de forma a assumir todas as consequências da atualização de sua prática no momento histórico em que vivemos. Finalmente, sua linha de pensamento mostra que o risco está em conceber Jesus de forma tão universal que a torne a-histórica.

Seguiram na história da Teologia outros autores que refletiram o tema da essência do cristianismo tal como Willian Hamilton que publicará “*A nova essência do Cristianismo*” em 1966, no auge do início da morte de Deus na Modernidade. E como análise global do mesmo tema há ainda Bruno Forte, em “*A essência do Cristianismo*” publicado em 2003, pelo qual também pautamos nosso texto. Títulos muito semelhantes e por vezes idênticos para perspectivas bastante diversas.

Contudo, deixemos nossa reflexão nos três primeiros e busquemos tentar visualizar a pessoa de D. Paulo fazendo projeção de Deus, ou apaziguando o mundo de forma sentimentalista ou excluindo de sua fé a Cruz de Jesus. Tarefa difícil, dado seu testemunho que revelou inúmeras vezes sua postura de assumir seu ministério como serviço a favor dos pobres, a partir de uma prática de Jesus que leva a consequências nem sempre desejadas, a combates que devem ser assumidos sem a certeza da vitória, mas tal como Jesus o realizou impulsionado pelo Espírito de Deus na certeza da presença de Deus em sua vida.

2. Profetismo em história

Igual que em termos filosóficos, na Teologia a caminhada e a compreensão do profetismo e o que o compõe não foi linear. Não pretendemos aqui dissertar com detalhes toda sua trajetória, mas propor elementos essenciais que traga a luz compreensão desta. O fazemos notadamente para que seja base de compreensão para o item seguinte de nosso texto que tratará do profetismo na América Latina, onde se situa D. Paulo Evaristo.

O Concílio Vaticano reabilitou os carismas entre os quais o Profetismo. Em sua reflexão o Espírito Santo age na Igreja a partir de duas vertentes: o magistério e os carismas. Ora, durante muitos séculos não se falou em profetismo na Igreja, porque durante séculos o papel da ação do Espírito ficou restrito à

hierarquia e ao seu trabalho de condução do povo de Deus. Por isso, o regaste do Espírito Santo com ação universal, realizado pelo Concílio ampliando-o aos carismas foi essencial (LG,4).

Mesmo se o Concílio não explica o papel da profecia, confundindo-o com o papel do Magistério (LG,25), revelando um significado muito distante do bíblico, nessa mesma constituição (LG,31) esse cita a missão profética dos leigos, referindo-se ao papel de seu testemunho no mundo. Permanece distante do sentido bíblico, uma vez que reduz esse profetismo ao ato de ensinar como reforçado em *Apostolicam Actositatem* (AA). Da mesma forma, mesmo sem falar a palavra profecia, *Unitatis Reintegratio* (UR) chama a atenção da necessidade da crítica profética da Igreja pelos que estão dentro e fora dela (UR,4), da necessária reforma contínua da Igreja justamente porque ela é constituída por pessoas (UR,6).

Sabidamente, Deus dá o carisma independente da função eclesial que a pessoa ocupa na Instituição. De fato, o Espírito Santo atua livremente sobre todos os cristãos, e os carismas que dele procedem, não tem direcionamento do humano.

José Comblin em seu estudo sobre a profecia (COMBLIN, 2009), ressalta que entre todos, Paulo o Apóstolo, destaca a profecia, como o que é o mais útil para Igreja. O Espírito orienta a sua Igreja também pelos profetas e é essa a afirmação do Vaticano II que abre uma etapa absolutamente nova para o futuro da Igreja (COMBLIN, 2009, 10). Nesse sentido, não está entre as tantas preocupações do profeta brigar por lugar na hierarquia, ou eliminá-la. Antes, sua preocupação maior está em reconhecer na realidade a compreensão de cada momento, já que a revelação não mostra como o Evangelho deve ser vivido em cada momento da história. Estes devem ser descobertos e é o Espírito que mostra o caminho por diversos meios, inclusive através dos Profetas. Não sem razão, o Credo afirmará: “O Espírito que falou pelos profetas” e não afirmará o Espírito que foi dado aos que pertencem a Hierarquia.

Por isso, para Comblin, o papel do profeta não consiste em enunciar ou explicar a doutrina revelada, mas está em descobrir e dizer como se aplica essa revelação em determinada situação e em determinado lugar e tempo. Ele é dotado de sensibilidade para perceber o que está acontecendo, “perscrutar os sinais

dos tempos”, identificando onde está o pecado e por onde pode vir a salvação e a ordenação em qualquer grau, não confere essa sensibilidade. Esse dom não é adquirido ou desenvolvido ou até mesmo permanente. O carisma é dado pelo Espírito para o tempo determinado por ele.

Profecia e profetas revelam características próprias vindas do Espírito. Se a primeira se dá pela continuidade da história, a segunda se dá para toda a vida, isto é permanentemente. Nesse sentido, profecia não é opcional, não é puro discurso e nem desistência fácil. A profecia se constitui em ação pública e de visibilidade, em política e pública e por isso o mais importante está em que o profeta não fala apenas por palavras, mas fala com toda a sua vida. Ser profeta por inteiro dá credibilidade à profecia.

A segunda característica é a que o profeta se dirige ao povo e presta-lhe um serviço. Este não é preso as estruturas eclesiais ou políticas e, ainda que eventualmente pertença a elas, não as exclui de seu reconhecimento positivo ou negativo. Por isso denuncia a corrupção, seja do povo de Deus, seja das instituições.

Colocando-se face aos dois, arrisca-se a despertar a ira de ambos. Por isso a terceira característica é o risco da perseguição, o maltrato que pode sofrer e por vezes, de forma intensa que pode levar a própria morte. Por consequência, o profeta vive em permanente insegurança, porque não sabe o que vai acontecer e a experiência de seus predecessores invariavelmente, mostra os riscos de sua missão. Anunciar a fidelidade de Deus a seu povo e exigência de reciprocidade a essa fidelidade é também sinal de fortalecimento da minoria, que se mantém fiel a Deus e a si mesmo.

Comblin destaca ainda que ao longo da história da profecia e das diversas perspectivas eclesiológicas revelaram dois tipos de profetas: o verdadeiro e o falso, e essas características ajudam a identificá-los. A história da profecia é influenciada por contextos eclesiológicos e cada época revela essas diferenças. Contudo, o critério primeiro se dá pelo parâmetro da proximidade com o real significado da profecia nos textos bíblicos. O AT revela em toda sua história que os profetas de Israel sempre foram a principal referência e constituíram o modelo do profetismo. Na teologia católica pós-tridentina, os profetas do AT perderam

efetivamente espaço na reflexão original e a realização de milagres e sinais passou a ser o parâmetro para identificação de profetas e finalmente foram postos na função do anúncio do evento da chegada do Messias. A apologética tridentina influenciou e reduziu o papel dos profetas a sinais e previsões, sem relações concretas com a realidade de seu tempo.

Ora, os estudos exegéticos, baseados no método histórico-crítico, permitiram o redescobrimento do sentido da profecia em especial na América Latina. Associado à mudança do modo de presença de Igreja no continente, a profecia assumiu seu real valor na teologia LA. Resgatou-se as relações entre os profetas do AT e a nova atividade de Igreja no continente. Com efeito, isso não quer dizer que toda a Igreja latino-americana tenha assumido essa perspectiva, porém não se pode negar que os profetas foram lidos e comentados nas Cebs, porque davam apoio às atividades públicas das comunidades. Essa mesma leitura teve como consequência direta o alargamento da compreensão da historicidade de Jesus. A visão profética de Jesus era sua atividade histórica e pública em meio ao povo.

Claro está que “evento Jesus” não elimina nem substitui a importância dos profetas do AT, ao contrário, os ilumina e desvela suas mensagens e imagem. Seguramente no NT, Jesus aparece como profeta: realiza gestos e muitas de suas palavras somente se compreende dentro da lógica da profecia. É isso que nos permite afirmar que a lógica se inverte: é Jesus quem nos permite salientar o valor permanente dos profetas do AT.

A diversidade dos ministérios

Nas primeiras comunidades fica clara a diversidade dos ministérios. Além de presbíteros, diáconos e bispos, apresentam-se também os profetas. E isso nos permite questionar e reforçar a compreensão da liberdade de ação do Espírito de Deus. De outra parte, isso questiona também a estrutura vertical na qual a Igreja se configurou. Onde nesta hierarquia encontram-se os profetas, se esses não são nomeados e nem recebem o seu poder de uma hierarquia instituída?

À medida que a Igreja se integrou a estrutura romana, oficialmente os profetas desapareceram. A essa integração preservou-se a classe do clero dedicada à

religião, ao culto e às normas. Nessa estrutura o clero assumiu o papel de sagrado, como donos de gestos e das palavras sagradas e isolando-se cada vez mais do Povo de Deus. Segundo Comblin, “com o tempo, uma casta que se renova por cooptação, sem nenhuma intervenção do povo” (COMBLIN, 2009, 17) e acrescento eu, para o povo. A relação de dependência com o Império pagou o alto preço da perda da profecia.

O desaparecimento da ordem dos profetas permitiu o aparecimento de personalidades, que mesmo sem o título, reassumiram de fato o papel dos profetas. No Séc. IV, houve bispos tais como S. João Crisóstomo, S. Gregório Nazianzeno, São Basílio e Santo Ambrósio, que tiveram atuação semelhantes a dos profetas, sendo defensores da justiça e dos pobres, enfrentando autoridades e as classes dirigentes do Império. Posteriormente, podemos citar Francisco de Assis e Domingos de Gusmão. A partir da contestação ao modelo eclesial vigente, sobretudo a riqueza do clero, ambos chamam à Igreja ao retorno à realidade, ao cuidado com o destinatário central do evangelho: o pobre.

Aliado a esses, de certa forma aparecem também os reformadores. Não se pode negar que a Reforma teve como um dos primeiros impulsos, a contestação da riqueza, vista como fontes de todos os vícios e corrupções na Igreja. Pergunto-me se necessitariam ter deixado a Igreja mãe? Não podemos responder, mas também não podemos negar a legitimidade de suas denúncias. O endurecimento por parte de João XXII (1316-1334) e a condenação dos Franciscanos Espirituais, agrava a perseguição aos movimentos de pobreza, tendo esse termo sido eliminado da hierarquia. Finalmente os herdeiros profetas da Idade Média foram expulsos da Igreja, não foram ouvidos e considerados heréticos. Após Trento, durante mais de 300 anos deixou de existir na Igreja a preocupação com a justiça e os pobres (COMBLIN, 2009, 24).

A colonização da América Latina ainda registra indícios dessa compreensão. Ainda que chegassem aqui missionários franciscanos e dominicanos, e os primeiros chegaram antes de Trento, a Igreja encontrou-se durante 250 anos na dependência das monarquias, que a reduziram à função de legitimar a dominação colonial e a de criar uma cultura nova, centrada no ambiente tridentino, destinada

a esmagar as culturas dos povos colonizados.

Contudo, houve missionários que souberam elevar a voz em favor desses povos. Foram poucos em relação a quantidade dos que chegaram no continente, é verdade, mas seus gestos iluminaram posteriormente o pensamento da Igreja da Libertação de Medellín. São eles, Bartolomeu de las Casas, Antonio de Montesinos, Vasco de Quiroga, João de Zumárraga, e o primeiro bispo mártir Antônio Valdivieso (PB,8), que lutaram contra a cobiça e a violência dos conquistadores.

No dinamismo da História, a Igreja não entendeu a mudança de contexto que se abre no Séc. XIX, com o nascimento da Indústria e a formação de um proletariado, dominado em situação de quase escravidão. (COMBLIN, 2009, 26). Ela estava preocupada por demais em não perder os privilégios, face ao risco da ruptura Igreja x Estado e com a manutenção da igualdade de um único modelo de Igreja pelo mundo. Segundo sua perspectiva, as esmolas resolviam a questão dos pobres. Os profetas que surgiram nesse período quase todos foram condenados pela Igreja. Leigos como Frederico Ozanam, e alguns da hierarquia, como o padre belga Daens, que acabou excomungado pelo Bispo de Gant.

Na América Latina a industrialização começou mais tarde, é verdade, mas aí também a Igreja chegou atrasada. Os operários acharam antes o socialismo que substituiu a Igreja que os havia abandonado. Pio X acaba por fazer aliança com a burguesia de seu tempo contra o mundo socialista. Cria a Democracia Cristã alimentada pela Ação Católica, do tipo franco-belga, é dizer Ação Católica especializada, alimentada pelo método de trabalho de Joseph Cardijn. Após a Segunda Guerra mundial, alguns católicos quiseram mais que a Ação Católica. Contudo, Pio XII tornou impossível toda a transformação da Igreja, e sua herança tornou quase impossível a recepção e o alcance das reformas propostas no Vaticano II (O' MALLEY, 2008,135).

Porém, como os carismas e o dinamismo da Igreja são de propriedade do Espírito e não de homens e mulheres, esse agiu novamente às vésperas e durante o Concílio. Houve vozes verdadeiramente proféticas como a Henri Godin, que publicou *France un pays de mission?* , houve teólogos com vocação profética

que fizeram o Concílio, tais como Yves Congar, M-D Chenu, entre outros que condenados por Pio XII foram resgatados por João XXIII, que a sua vez, também foi um profeta. (O" MALLEY, 2008,141).

Ainda que o Vaticano II não possa ser considerado um Concílio profético, nele se manifestou outras vozes como a do cardeal Lercaro de Bolonha que vez apelos brilhantes em favor dos pobres, o que levou a constituição do *Grupo da Igreja dos Pobres* (SAUVAGE, 2017, 520) no Concílio capitaneados por D. Helder, D. Ancel (França) e D. Himmer (Belga), que teve como gesto mais significativo o *Pacto das Catacumbas*.

Um fato, porém, é determinante: os verdadeiros profetas referem-se sempre aos pobres e à convivência com que a Igreja se coloca a favor dos poderosos. Esse é o parâmetro determinante para distinguir o verdadeiro profeta. Não há profetismo em uma Igreja acuada pelo poder, ou associada a ele. Nesse caso o que há é traição à prática de Jesus e ao humanismo de Deus.

Ao contrário de todos os humanistas (filosóficos gregos e teológicos escolásticos), Deus mesmo nos dá sua definição e a nós, somente resta nos submetermos a seu critério. Os textos mostram que os pobres, os que buscam a João Batista e depois a Jesus, são os que estão à parte da sociedade por diversos motivos, inclusive o econômico (COMBLIN, 1974,84). E é a eles, que desde o AT Deus ouve seu clamor e que no NT Jesus se dirige prioritariamente. A partir do humanismo de Deus, se pode afirmar que o Evangelho cristão é uma boa nova para os seres humanos em situação específica: aos que estão em situação de escravidão, de menosprezo, fora da sociedade Afirma Comblin: "Ora, o horror da escravidão não gera a liberdade. A liberdade é uma aspiração nova na humanidade" (COMBLIN, 1998, 21).

E Jesus se dirige a eles não somente porque têm pouco, mas é justamente o fato de terem pouco é que os fazem ser abertos a sua mensagem. O pouco ou nada que têm, permite ver no Nazareno o que muitos outros personagens bíblicos, a exemplo de Nicodemos, um Doutor da Lei, não conseguiu enxergar: a nova forma de vida e de relações fraternas. Enxergar o projeto de Jesus exige mudar o olhar, tirar as capas de proteção cultural, religiosa e cultural para enxer-

gar o outro, prioritariamente ao que está à parte da sociedade.

No contexto atual é necessário perguntar, uma vez que o pobre não irrompe do nada na história, senão que emerge dentro de situações históricas conflitivas. Ou no dizer de Susin:

O pobre irrompe na história, é novo sujeito social histórico. É escandaloso, porque eles não são, assim como o pobre bíblico, a viúva, o estrangeiro e o órfão. Eles são o reverso da história. São um lugar teológico, antes de ser um sujeito eclesial, porque revelam Deus na cruz, revelam Deus Keinótico. Mas ele não é somente pobre: eles têm Palavra para poder afirmar sua subjetividade e alteridade. São fonte de outras riquezas e de outros mundos culturais. Enquanto pobres, são reveladores do Reino de Deus, em quanto outros que têm palavra, linguagem e experiência, sobre a afirmação do Reino de Deus, enquanto esvaziamento, são a mais keinótica, profunda e escandalosa Revelação de Deus (SUSIN, 2012).

Ora, se Deus e Jesus o fazem, por que deixamos nós de fazê-lo? A modernidade matou a profecia, ou ela nunca foi tão necessária e nós a deixamos de lado? Não nos faltam no Séc. XX homens e mulheres que impulsionados pelo ES souberam se valer de sua voz profética. Foi a geração de bispos que surgiu na América Latina na segunda metade do Século XX. Esses acabaram, sem nenhuma intenção, por formar ao que Comblin denominou “Os Santos Padres Latino-americanos” (COMBLIN, 2009, 203) tendo como principais: D. Oscar Romero (El Salvador); os Jesuítas assinados na UCA entre os quais Ignácio Ellacuría, D. Enrique Angelelli (Argentina); D. Juan Girardi (Guatemala); D. Carlos Horacio Ponde de Leon (Argentina); nosso D. Hélder Câmara; D. Leonidas Proaño (Equador), Sérgio Mendes Arceo (México), Manuel Larraín (Chile); Alberto Hurtado s.j (Chile). E os leigos, Clotário Blest (Chile); Adolfo Perez Esquivel (Argentino) Rigoberta Manchú (Guatemala). Muitos outros poderiam ser citados e cada um a seu tempo soube enxergar em seu contexto a necessidade de defesa dos sem defesa. Entre eles, e seguramente iluminado por seus testemunhos, encontramos D. Paulo Evaristo, o qual por sua vida nos mostra ser referência profética contra toda a violação dos direitos humanos, e não somente para a cidade de São Paulo.

3. Os profetas da atualidade

Um ponto comum em toda a história da profecia é que os profetas se levantam do meio dos pobres. Isso não quer dizer, como vimos nos exemplos anteriores, que tenham nascidos pobres, mas sim, que tenham tornado-se solidários a eles. É a vocação que é profética e não a situação de origem. A solidariedade, a aproximação, o esforço pela compreensão do contexto é o que faz a base da profecia e o exercício do profeta, e não sua condição de origem. Aliás, deixar uma condição de origem rica para entregar-se aos pobres é por si só um gesto profético. E é importante que se deixe claro também, que nem todos que se instalam no mundo dos pobres tornam-se automaticamente um profeta, contudo a vocação profética somente pode surgir em seu meio.

O desafio encontra-se então em “como” estar no meio dos pobres. É isso que descobre um profeta. Pobre é o que não falta nesse mundo, e pelo que vemos não temos nenhuma perspectiva de solucionar essa questão. Desde o século passado, esses começaram a ser gerados pela condição econômica: eram os que ficavam fora do processo de modernização e futura globalização da AL, e na sequência por questões políticas: eram os excluídos da sociedade por condenar sistemas políticos que avalizavam os sistemas econômicos. A divisão do mundo em classes não é bem o problema. Porém, a pretensão de dominação de uma classe a outra é o que gera a exclusão. Se existissem classes distintas, mas solidárias, talvez não houvesse excluídos.

Desde a época em que D. Paulo expressava seus gestos proféticos na defesa dos pobres e presos políticos em uma realidade dividida entre pobres e ricos até hoje tivemos poucos avanços na AL. O continente continua constituído por grandes cidades divididas em subcidades que revelam grandes contrastes entre pobreza e riqueza. Os bairros ricos têm toda estrutura ao passo que as periferias, sem nenhuma condição, seguem crescendo, ainda que em menor ritmo que nos anos 60, quando de sua constituição. Ainda há o povo que insiste em ficar no campo, continua sem assistência adequada, ao passo que grandes latifundiários vivem de sua exploração com todo conforto. Em definitivo, evoluímos pouco dos anos 80 aos 2017.

E o papel da Igreja hoje? E aqui me refiro a realidade onde D. Paulo Evaristo viveu e profetizou juntamente com seus bispos auxiliares, a maior parte de sua vida, como Arcebispo e Cardeal (05/05/1966 a 15/04/1988) e onde, até mesmo em sua retirada, se comportou como um verdadeiro profeta, passando a profetizar em oração.

Ora, se essa Igreja desde sua partida aparentemente instalou-se em um andar superior da realidade, de onde sairão os profetas? Se a nova configuração eclesiológica desde então, tende a atender primeiros aos que já têm todas as condições; aos movimentos que fechados em si mesmos praticam mais as orientações dos fundadores do que o Evangelho de Jesus; se seus responsáveis aparentemente dão testemunho de uma vida contrária a dos pobres e somente lhes encontram em condições e situações muito especiais, de onde virão efetivamente os profetas? Se a vida deixa de ser celebrada nos cultos e esses se tornam simples referências simbólicas, onde os pobres encontrarão Deus? Será necessário neste espaço de Igreja local, repensar com urgência, o sentido entre Igreja e Evangelho de Jesus? Em limitando a consciência profética hoje, como ficará a profecia no futuro? Ou como afirmará Comblin: “Com efeito, hoje a força da Igreja está concentrada ao redor de dois pólos: os movimentos e as paróquias. (...) Os movimentos estão implantados no mundo dos incluídos. Toda sua forma de ser revela a perfeita adaptação à cultura dos incluídos. Por ser emanção da cultura dominante, os movimentos não têm comunicação com o mundo dos excluídos, mesmo que seu discurso multiplique as profissões de boa vontade”. (COMBLIN, 2000,12). São muitas as perguntas decorrentes do abandono dos pobres por parte da Igreja.

O profeta é a voz dos que não têm voz, e essa somente pode vir do contato com os pobres. A voz deve falar o que a realidade demanda, deve anunciar a essa realidade, a possibilidade de transformação real pelo Evangelho através de ações conjuntas com os pobres. A voz do profeta deve dar aos pobres a consciência de quem têm condição de reconstruir seus espaços e sua identidade. Afinal, o quê Jesus deu aos pobres de seu tempo a não ser uma identidade que lhes permitia seguir de outra forma? Aliás, os pobres podem falar por si sós, mas honestamente falando: sozinhos foram alguma vez escutados? Vide as realidades gritantes que se encontra nas periferias da cidade de São Paulo.

A missão do profeta foi a missão de Jesus: despertar a esperança. Creio eu que não por acaso, D. Paulo Evaristo escolheu seu lema Episcopal: “*De esperança em esperança*” (Ex spe in spem - Sl 70,1) e, através dela deixar emergir o Reino de Deus na realidade, através da ação solidária, dos olhos proféticos que enxergam mais ao longe, da autoridade ganha no segmento de Jesus.

Conclusão

Como dissemos ao início do nosso texto, não pretendíamos relatar a vida profética de D. Paulo Evaristo em sua literalidade, mas retomar os principais elementos da profecia e do profeta para neles o identificarmos. Contextualizando com os demais textos que compõem essa publicação, não há como não relacioná-lo a história de vida e vivência cristã de D. Paulo Evaristo.

Sua marca foi deixada na história da Igreja e na histórica política do País, pois não diferenciava fé e vida, não as separava. Ao contrário, as vivia plenamente entendendo a ambas como composição de integridade das dimensões humanas as quais todos fomos chamados a viver, mas prioritariamente os pobres, aos quais atendeu com palavras de esperança em seus encontros, acolheu com abraço sincero, incentivou à esperança e, sobretudo, verdadeiramente os amou.

Referências

- COMBLIN, J. *A maior esperança*, Petrópolis, Vozes, 1974, p. 84.
- COMBLIN, J. *Humanité et libération des opprimés*. In : *Revue Concilium* 175 (1982), p. 122-131.
- COMBLIN, J. *Vocação para a liberdade*, São Paulo, Paulus, 1998.
- COMBLIN, J. *A Igreja e o mundo dos excluídos*, In : *Revista Vida Pastoral* 211 (2000), p. 12.
- COMBLIN, J. *A profecia na Igreja*, São Paulo, Paulus, 2009.
- FORTE, B. *A essência do cristianismo*, São Paulo, Vozes, 2003.

SUSIN, L. C. *Resistência das alteridades como possibilidade de pluralismo*. Conferência pronunciada em 08/10/2012 em São Leopoldo – Brasil - no Congresso Continental de Teologia Latino Americana. Disponível em: <http://www.ustream.tv/channel/congresoteologicobrasil>. (Acesso em em 06/05/2017).

O'MALLEY, J. *L'événement Vatican II*, Bélgica, Lessius, 2011.

SAUVAGE, P. *Gênese, évolution et actualité de la théologie de la libération*. In : CHEZA M.; MARTÍNEZ, L.; SAUVAGE, P. *Dictionnaire Historique de la Théologie de la libération*, Bélgica, Lessius, 2017.

Dom Paulo Evaristo Arns e a operação periferia

Dom Paulo Evaristo Arns and the periphery operation

**Maria Cecília Domezi*

Resumo

Na década de 1970, sensível aos graves problemas da imensa periferia da cidade de São Paulo e num corajoso enfrentamento da ditadura militar, Dom Paulo Evaristo Arns lançou e animou uma ousada campanha que se chamou Operação Periferia. Consistia numa concreta e solidária troca de recursos, materiais e humanos, entre centro e periferia, com superação do assistencialismo e parceria com os movimentos sociais. Mas essa campanha acabou sendo canal aberto para uma profunda reforma da Igreja Local. Através das CEBs, da formação e multiplicação de lideranças leigas e de uma efetiva colegialidade eclesial desde a base, forjou-se um modo de pastoral urbana capaz de responder aos desafios de cada particularidade dessa megalópole dos contrastes.

Palavras-chave: operação periferia; Cardeal Arns; opção pelos pobres; pastoral urbana; colegialidade; reforma eclesial

Abstract

In the 1970s, sensitive to the serious problems of the immense outskirts of the city of São Paulo and in a courageous confrontation with the military dictatorship, Dom Paulo Evaristo Arns launched and animated a daring campaign called Operation Periphery. It consisted of a concrete and solidary exchange of resources, material and human, between the center and the periphery, overcoming assistance and partnership with social movements. But this campaign ended up being an open channel for a profound reform of

*Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professora da História da Igreja no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Contato: cecdom50@gmail.com

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
06.01.2022

Aprovado em
19.01.2022

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduados em
Teologia - PUC/SP

the Local Church. Through CEBs, the formation and multiplication of lay leaders and an effective ecclesial collegiality from the base, a way of urban pastoral was forged capable of responding to the challenges of each particularity of this megalopolis of contrasts.

Keywords: operation Periphery: Cardinal Arns: option for the poor; urban pastoral: collegiality: ecclesial reform

Introdução

Como se explica, da parte da Igreja Católica, uma verdadeira revolução da ação pastoral numa caótica megalópole como São Paulo e justamente durante os anos de terror da ditadura militar no Brasil?

Obviamente essa revolução se explica pela aceleração do *aggiornamento* lançado pelo Concílio Vaticano II, bem como pela originalíssima recepção do mesmo Concílio na América Latina quando, na Conferência de Medellín, em 1968, o episcopado de todo o continente abraçou decisivamente a perspectiva da justiça social, fez opção pelos pobres e enveredou-se na senda da libertação integral.

Entretanto, temos de acrescentar como outro fator de grande importância o especial carisma e a dedicação do quinto arcebispo dessa gigantesca cidade. Falamos de Dom Paulo Evaristo Arns, um dos bispos latino-americanos da geração de Medellín. Uma de suas grandes e corajosas iniciativas foi a campanha que ele denominou Operação Periferia. Para além de esgotar-se em seu objetivo enquanto campanha emergencial, essa iniciativa favoreceu uma virada irrevogável na concepção e na ação pastoral da Igreja Católica na cidade de São Paulo.

Podemos dizer que as grandes intuições e as práticas desse cardeal arcebispo anteciparam em mais de quatro décadas diversos pontos do programa de reforma da Igreja lançado pelo Papa Francisco. Isso pode ser entendido também a partir da sensibilidade pastoral de Bergoglio que, trazendo na bagagem do seu humanismo evangélico experiências e influências de iniciativas pioneiras da Igreja dos Pobres na América Latina e no Caribe, como bispo de Roma deixa que elas influenciem seu pastoreio na universalidade da Igreja.

Assim, uma rememoração da Operação Periferia concebida e animada por Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo será oportuna para quem adere ao programa de reforma eclesial proposto por este papa que afirma: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças...” (*Evangelii Gaudium*, 49). De fato, a Igreja da Operação Periferia é aquela que se desloca para as periferias geográficas e existenciais e se insere na realidade cotidiana dos excluídos, oprimidos e sofredores; que atua em parceria com as organizações e as pessoas solidárias com os pobres; que assume a defesa dos direitos humanos a ponto de sofrer difamação, perseguição, repressão militar e até martírio.

Esta reflexão revisita um trabalho editado pela Paulus que, há pouco mais de duas décadas, era uma busca de compreensão da Operação Periferia na perspectiva da reviravolta da pastoral urbana ocorrida na megalópole paulista sob a liderança de Dom Arns (DOMEZI, 1995). Singelo e limitado, mas pioneiro, aquele trabalho se fez a partir de importantes fontes primárias, como o jornal semanário da arquidiocese de São Paulo durante toda a década de '70, além de muitos papéis mimeografados e de outras fontes. Foram particularmente importantes os testemunhos recolhidos da viva voz de diversos sujeitos da Operação Periferia, mulheres e homens do laicato, padres, religiosas, bispos, inclusive o próprio Cardeal Arns. Vale lembrar a ajuda de Maria Ângela Borsoi, eficiente e fiel secretária do Cardeal Arns, para o acesso ao seu acervo particular.

Através do jornal *O São Paulo*, bem como pelas narrativas testemunhais e por outras fontes, pudemos constatar como a celebração anual de *Corpus Christi* dava visibilidade à nova configuração da Igreja que se arrojava na Operação Periferia. Na Praça da Sé, nem o escancarado aparato militar repressor impedia a coragem de uma imensa comunhão de comunidades vivas que, na parceria com múltiplos movimentos transformadores da sociedade, traziam desde as manchas urbanas periféricas um novo modo de ser Igreja.

Mudava o paradigma da exposição do Corpo de Cristo no cibório cintilante por uma Igreja autocentrada e clericalista. Agora ali estava o corpo eclesial por

inteiro, em comunhão, com seu senso comum da fé, inserido num corpo social todo chegado e clamoroso, e na missão de humanizar a cidade e o mundo.

O arcebispo que trouxe a periferia para o centro

A cidade de São Paulo já se ia agigantando desordenadamente quando, em 1942, Dom Duarte Leopoldo e Silva animou o Congresso Eucarístico Nacional que encheu o Vale do Anhangabaú com meio milhão de pessoas. Este segundo arcebispo faleceu no ano seguinte, por um acidente de avião (*O São Paulo*, 1993, p. 1).

Seu sucessor, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, preocupou-se com o acelerado aumento das periferias e consequente explosão populacional. Em 1951, este primeiro cardeal de São Paulo lançou a campanha denominada “Uma igreja em cada bairro”. O objetivo era o de prover assistência espiritual da Igreja Católica nos novos e longínquos bairros, além de providenciar para o grande contingente de pessoas ali desamparadas meios de amparo, educação para a vida social e instrução. Em 15 anos foram erigidas em São Paulo mais de 100 novas igrejas paroquiais com suas obras anexas de educação e assistência social (*Boletim Eclesiástico*, 1951, p. 204-209).

Porém, as lacunas não foram preenchidas e não houve respostas adequadas às novas necessidades. Já não tinha eficácia o velho modo de pastoral católica da cristandade que se pretende hegemônica. Caducava o modelo de instrução religiosa e sacramentalização presas na tradicional compreensão da estrutura paroquial como centro de dinamismo para o progresso, a moral e o civismo. E mesmo na boa vontade de conseguir atendimento aos direitos do povo, a paróquia pensada como centro de convergência acabava estagnada em meio às novas dinâmicas de mobilidade urbana. Assim, parece não ter alcançado o efeito desejado o cálculo feito pelo cardeal Motta em 1960, de distribuir uma média de 10 mil “almas” para cada paróquia (ver *Crônica Eclesiástica*, 1959, p. 994-995).

A Arquidiocese era desafiada por graves problemas causados pelo modo perverso e funesto como se erigiu o principal centro industrial da América Latina. Com o processo de industrialização, a partir de 1950 foi introduzido na Grande São Paulo um novo padrão periférico de expansão urbana com estas caracterís-

ticas: favorecer a especulação imobiliária sem a mediação do Estado; dispersar a classe trabalhadora; manter a habitação unifamiliar, construída pelo próprio trabalhador num sobre trabalho não pago, distante do local de trabalho e sem infraestrutura. Na década de 1980, a nova especialização da pobreza passaria a ser marcada por maior concentração dos grupos de baixa renda em cortiços nas áreas centrais da cidade (KOWARICK & ANT, 1994, p. 83-89).

No entanto, numa cidade em tamanha expansão, logo encareceram assustadoramente os lotes urbanos e o transporte público. Consequentemente, na década de 1970 decaía a aquisição da casa própria, enquanto a população favelada crescia em cerca de 30 por cento ao ano (*Folha de São Paulo*, 13/07/1980). Acrescente-se que, desde 1958, a consolidação do novo padrão de acumulação capitalista industrial fazia-se na ideologia do “milagre brasileiro” e forçando o êxodo rural. São Paulo tornou-se um caso exemplar de cidade periférica capitalista, industrializada sob a égide de um modelo dependente-associado que excluiu a muitos dos benefícios do progresso (KOWARICK & CAMPANARIO, 1994).

Era o caso mais típico de urbanização caótica. Cerca de 13 milhões de vítimas do provocado êxodo rural ali chegaram na década de 1960, e na década seguinte mais uns 15 milhões e meio. Eram migrantes vindos de todas as partes do país, especialmente do Norte e do Nordeste (FASE, 1992, p. 69).

São Paulo ganhou um exacerbado contraste entre acumulação e pobreza. Com formas disparatadas de ocupação do solo, seu traçado ficou desconexo. Os agentes desse centro concentrador do capitalismo brasileiro criavam um mercado de ilusões para alimentar a fantasia das multidões que jamais poderiam subir na escala social, ao mesmo tempo em que bloqueavam a iniciativa social e política das classes trabalhadoras (CAMARGO, 1976, p. 14-22. 59-61). Tudo isso se agravou muito mais, com sucessivas perdas salariais, inflação e o terror da ditadura militar.

Diante desse quadro, é importante lembrar que Dom Arns, quando empossado como arcebispo de São Paulo em 1º de novembro de 1970, já vinha de uma importante experiência de ação pastoral inovadora.

Durante toda uma década ele conviveu com os favelados nos morros de

Petrópolis, no Rio de Janeiro. Desfrutou da amizade e deixou-se impregnar pela solidariedade daquela gente exposta a toda sorte de perigo, inclusive o das enchentes que traziam destruição, soterramento e morte. Os favelados, de tão familiarizados com o franciscano que os visitava regularmente, a todo padre que lá chegava gritavam de um morro para outro chamando-o de frei Evaristo (BETTENCOURT & MARKÚN, 1979, p. 56-58).

Em 1960, do alto do Corcovado, a vista de todo um complexo de favelas agarradas aos morros impressionou o arcebispo de uma outra metrópole, Milão. Tratava-se de Montini, futuro papa Paulo VI, que vendo aquele cenário exclamou: “Parece uma coroa de espinhos cingindo a cidade bonita”. Estava com seu amigo Dom Helder Câmara, que o levava a visitar a favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro (*O São Paulo*, 5/02/1972, p. 7). Cerca de dez anos depois, em sua encíclica *Octogesima Adveniens* (8-10), Paulo VI referiu-se ao deslocamento populacional provocado como um “êxodo rumo aos tristes amontoados dos subúrbios onde não se encontra nem alojamento”, e chamou a periferia de “moldura de miséria”: “Novos proletariados começam a aparecer (...) e vão acampar nos arrabaldes, molduras de miséria que começam a importunar, numa forma nada silenciosa de protesto, o luxo gritante demais das cidades do consumo e do esbanjamento”

De 1966 a 1970 Paulo Evaristo Arns foi bispo auxiliar do Cardeal Rossi em São Paulo, ficando responsável pela Região Norte. Ali criou e incentivou uma experiência pioneira no novo dinamismo pastoral que se afirmaria em toda a arquidiocese. Era a Missão do Povo de Deus, uma escola de novos ministérios eclesiais e em especial do ministério da Palavra, assumido principalmente por pessoas leigas das camadas populares. Liderava essa missão um grupo constituído ao redor de Dom Paulo, com representatividade do Povo de Deus conforme o Vaticano II: entre 10 e 15 pessoas leigas de diversas idades, 3 padres e 3 religiosas. Visitaram as 50 paróquias da Região, despertando o espírito inovador que propagou as sementes das CEBs. Da nucleação de um laicato consciente e ativo, que saía para visitar as famílias em suas casas, nasceram as Semanas da Palavra, momentos formativos em dinâmica comunitária, com a assessoria dos biblistas Frei Gilberto Gorgulho e Ana Flora Anderson. Ali desabrochavam e se

desenvolviam lideranças do meio popular (DOMEZI, 1995, p. 206-209).

Desse modo, Dom Arns iniciava sua tarefa como arcebispo trazendo consigo toda uma periferia em novo dinamismo. Eram muitas pessoas da base da sociedade e da Igreja, com quase nada de escolaridade, que entravam no chamado “mutirão” dos pequenos grupos e das pequenas comunidades eclesiais. O acesso à bíblia, em comunidade e na troca de conhecimento, favorecia-lhes a tomada da palavra.

E como Dom Arns também já se destacara na Região Norte por sua intrépida e eficaz solidariedade com os presos políticos, a cidade passava a ter um arcebispo apartado da “tradição seráfica da Igreja paulistana”, o primeiro religioso a apoiar publicamente a luta contra o esquadrão da morte e o primeiro na defesa da dignidade da pessoa humana (BICUDO, 1985, p. 50). Seguiria tomando as dores das vítimas da repressão militar com crescente coragem, mas promovendo e defendendo os direitos humanos com toda a largueza e profundidade da opção pelos pobres, consagrada na Conferência de Medellín. De fato, por seu modo de deslocar a periferia para o centro das atenções e das práticas, colocava na pauta dos direitos humanos todos os direitos dos pobres e dos trabalhadores.

No entanto, o arcebispo franciscano que se apresentava na catedral de São Paulo dizendo: “Aqui estou, pequeno de estatura, limitado e consciente das limitações...”, era também um erudito de grande porte. O jornal *The New York Times* (3/02/1973) assim apresentaria a biografia desse bispo de uma das maiores dioceses católico-romanas do mundo, um linguista e perito em problemas urbanos:

Ele é baixo, rosto redondo, sorri frequentemente, irradia vitalidade e energia. Fundou uma rede de agrupamentos de leigos que ajudam no trabalho pastoral e se envolvem nos problemas comunitários. Tem, repetidamente, se pronunciado contra as injustiças sociais e não agradou, pois, o regime militar. No ano passado, denunciou os métodos empregados pela Polícia. Interessou-se pelos problemas as grandes cidades durante seus estudos de pós-graduação em Paris. Recentemente, fez uma viagem pelos Estados Unidos...

No mesmo ano, o *Radiogiornale* da Rádio Vaticano (11/09/1973, foglio C-6) iria noticiar: “O arcebispo, cardeal Paulo Evaristo Arns, vendeu sua resi-

dência e o parque circunstante para ajudar as pessoas que vivem nos barracos da cidade...” Decidiu não residir no luxuoso Palácio Pio XII cercado de belo parque, mas numa casa simples e situada no meio do povo. O dinheiro da venda do palácio episcopal ele destinou à Operação Periferia, facilitando às CEBs a aquisição de 1200 terrenos para a construção de centros comunitários. Eram locais para discutir problemas, organizar-se para reivindicar direitos, celebrar a fé religiosa, fazer promoção humana e oferecer treinamento profissional (DOMEZI, 1995, p. 32).

Uma campanha emergencial que faz a Igreja reformar-se

No Brasil, há mais de 50 anos se realiza anualmente a Campanha da Fraternidade. Iniciada em 1962 na arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, em 1964 passou a ser lançada pela CNBB em todo o Brasil, no período da Quaresma. Essa campanha consolidou-se como um projeto nacional e tem persistido em sua originalidade: a penitência quaresmal proposta como fraternidade vivida em gestos concretos; o serviço a favor da vida como resposta aos problemas e desafios do país; a conscientização favorecida pelo método ver-julgar-agir. Ao longo do tempo houve adesão de outras Igrejas cristãs (VANZELLA, 2009).

Dom Arns aproveitou a ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade de 1972, com seu *slogan* “Descubra a felicidade de servir”, para lançar a Operação Periferia. Em sua alocação radiofônica, em 12 de fevereiro, convocou a todos, cristãos e pessoas de boa vontade, para uma cruzada de mobilização de pessoas e de recursos em favor dos marginalizados da cidade. A curto prazo propunha-se mobilização e treinamento de pessoal, enquanto também se iriam providenciando recursos e instrumentos de promoção e desenvolvimento global. A longo prazo esperava-se alcançar todo o país com a vivência fraterna e o espírito solidário. A Arquidiocese de São Paulo ofereceria serviços às regiões ainda mais abandonadas, reforçando as iniciativas das dioceses naquelas regiões (DOMEZI, 1995, p. 165-166).

Tratava-se de uma resposta missionária aos apelos do Concílio Vaticano II. A Igreja tinha que sair para fora e chegar a todos os lugares onde se exigia sua presença e ação. E era uma concretização da opção pelos pobres, como insistia Dom Paulo: “Só seremos Igreja de Cristo se nos voltarmos como Ele, decidida-

mente, para os pobres” (ARNS, 1972; O São Paulo, 26/02/72, p. 3).

Entretanto, essa conversão ao mundo dos pobres incluía a mudança de eixo da missão, pela adesão ao dinamismo novo que vinha das pequenas comunidades cristãs da periferia.

É importante lembrar que, na fase entre 1970 e 1978, enquanto a repressão militar impedia qualquer ação de peso dos operários das fábricas com suas organizações, os bairros da periferia tornaram-se espaço de resistência e articulação de um movimento social embrionário, de crescente resistência. Inúmeros núcleos de trabalhadores passaram a reunir-se nas casas e em sacristias de igrejas, numa conscientização cada vez maior que fazia rejeitar o clientelismo e o autoritarismo do Estado (KOWARICK & BONDUKI, 1994, p. 157-158).

Mesmo de forma fragmentária, as organizações populares nos bairros solidificaram os grupos de base caracterizados por laços diretos de solidariedade imediata entre as pessoas, de modo que a conscientização se fazia num clima de mútua confiança. Ali estavam associações comunitárias, pequenos grupos políticos, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães, grupos de jovens, grupos de oposição sindical, grupos de tendências estudantis (BRANT, 1980, p. 13-18).

Em meio a essa efervescência, as CEBs eram parceiras importantes na organização popular, atuando especialmente no apoio aos desempregados, presos e perseguidos pela ditadura, bem como na articulação de todo um conjunto de práticas. Essas pequenas comunidades eclesiais contribuíam eficazmente para a valorização das pequenas iniciativas reivindicatórias e para a solidariedade imediata, continuada na discussão dentro do aprendizado do dia a dia. E porque reforçavam a visão global da pessoa humana, contribuíram para que a consciência de classe, antes restrita ao espaço das fábricas, se abrisse a todas as pessoas. Além disso tudo, as CEBs traziam para a celebração de fé os fatos e as práticas de resistência (TELLES, 1994, p. 265-267).

Abrir-se a esse novo dinamismo, entretanto, era também entrar num caminho de reforma da Igreja Local no seu todo, em atitude de conversão pessoal e coletiva e na mística do agir em comunidade em favor de comunidades. E

entrar no espírito da Operação Periferia era entrar na reconstrução da Igreja viva a partir das pessoas empobrecidas e perifizadas que se tornavam sujeitos de transformação social e eclesial.

Só uma Igreja sem medo de “acidenttar-se” entra nesse processo. O encorajamento veio do carisma marcante do cardeal arcebispo que jamais dissociou os projetos grandes e ousados da gente considerada “pequena”, com suas pequenas comunidades eclesiais e suas redes de pequenos movimentos sociais transformadores. Entretanto, ele próprio se deixava encorajar pela juventude rebelde ao regime autoritário, bem como pela força de múltiplos movimentos sociais que interpelavam a Igreja para um novo jeito de missão.

A esperança estava em seu lema, mas também no aparelhamento da porção de Igreja a ele confiada, que passava a exercer colegialidade desde a base leiga e economicamente pobre. Ao seu redor, uniam-se as forças vivas do clero e do laicato e se experimentava a fraterna alegria da ação conjunta, mais alargada por um fértil ecumenismo e diálogo inter-religioso, bem como pelo diálogo e parceria com humanistas, inclusive os que se diziam ateus.

Por isso, a Operação Periferia foi bem discutida e ganhou um projeto traçado cuidadosamente, com estes objetivos: 1º.) formar comunidades conscientes e participativas, comprometidas na promoção integral da pessoa humana; 2º.) descobrir e treinar lideranças locais, formadoras e animadoras de comunidade; 3º.) construir centros comunitários em cada bairro, onde o povo possa reunir-se e organizar suas atividades; 4º.) criar e coordenar recursos humanos e materiais a serviço das comunidades periféricas, com espírito missionário, na integração e no intercâmbio entre centro e periferia; 5º.) realizar projetos pilotos nos setores pastorais, com atividades que integrem os recursos locais e os de toda a cidade (DOMEZI, 1995, p. 168).

Um dos aspectos da originalidade desse empenho estava no reconhecimento e valorização de um grande contingente de pessoas do meio popular, com sua simplicidade e sua luta diária pela sobrevivência. De todo canto do imenso cinturão periférico da cidade vinha o novo impulso dos serviços ministeriais exercidos por mulheres e homens do laicato na Igreja, e da Igreja para a cidade e o

mundo. Em pouco tempo, de seu meio saíram representantes de cada região da arquidiocese que, ao redor do cardeal arcebispo, constituíram-se num aparelhamento para o exercício da colegialidade ampla e desde a base. Eram cerca de 500 pessoas conscientes de sua “cidadania” batismal, mulheres e homens do laicato juntamente com seus bispos regionais e uma considerável parcela do clero que assumia a causa dos pobres. Esse grande colegiado animava e sustentava a vida da Igreja de São Paulo desde uma vasta ramificação de pequenas comunidades, com seus pequenos grupos de rua e de viela.

Esse dinamismo, que incluía o intercâmbio de muitas experiências criativas, era como um sangue novo que se oferecia para reavivar toda a Igreja Local. Mas, para acolher toda a força que vinha das bases era preciso reformular os organismos eclesiais. Do mesmo modo, a defesa e a promoção dos direitos humanos, principalmente dos pobres e excluídos, supunha um novo aparelhamento da arquidiocese, num modo descentralizado, colegiado e voltado para as particulares necessidades das pessoas em cada pedaço da grande cidade.

Então, Dom Arns lançou a ideia do Setor como unidade primeira no organismo dessa Igreja viva. Já havia a divisão da arquidiocese em Regiões Episcopais, mas era preciso ir além da simples divisão territorial e pensar em cada ambiente diferenciado. A abertura à pluralidade também pedia uma inserção nas particularidades das pessoas e coletividades que estavam em cada pedaço da cidade. Essas particularidades eram, por exemplo, a da predominância de cortiços, de profissionais liberais, de migrantes vindos do Ceará, de operários metalúrgicos e outras tantas. Desse modo, os Setores nasceram como laboratórios de discernimento e adequação pastoral às realidades específicas. Em 1974 foram criados 39 Setores, que passaram a elaborar seus próprios projetos de pastoral. Dom Arns insistia em que cada Setor fosse um laboratório de pastoral e canal de vida para todos, e que fizesse a Igreja chegar lá aonde o povo “vive, trabalha e espera” (DOMEZI, 1995, p. 229-238).

Cada Setor tinha o seu presbítero coordenador e o seu colégio de presbíteros. Por sua vez, os presbitérios estavam colegiados em torno dos respectivos bispos, e todos caminhavam junto com o arcebispo. No entanto, na concretiza-

ção do modo de Igreja Povo de Deus, do Vaticano II, havia uma horizontalidade fraterna com as religiosas, os religiosos e as pessoas leigas. Desse modo, o Setor era a Igreja multiplicada, presente e atuante em todos os ambientes e capaz de dar respostas pastorais a situações mais específicas (Ibid.).

Mas, para dar “carne” ao espírito do Vaticano II que propõe uma Igreja servidora da humanidade, já não era suficiente ultrapassar o juridismo preso à divisão territorial de paróquias. Para a megalópole do operariado, dos migrantes e de tantos recursos a serem compartilhados, também era preciso ultrapassar aquela divisão territorial de diocese que permanece fria e insensível às sofridas mobilidades das pessoas, que não têm fronteiras geográficas. Ademais, a colegialidade praticada desde os pequenos grupos e as pequenas comunidades de pessoas humildes que se punham no exercício dos ministérios eclesiais com toda a sua dignidade batismal, estendia-se aos colégios de presbíteros e ao colégio de bispos da arquidiocese. Ao mesmo tempo, amadurecia para estender-se em toda a Região Metropolitana.

O sonho de Dom Arns era o de um colegiado de dioceses interdependentes, num modo original de unidade eclesial, pautado na opção preferencial pelos pobres. Esse projeto de Dioceses Metropolitanas de São Paulo objetivava uma ação pastoral mais abrangente e eficaz no complexo de cidades com seus graves problemas. Como afirmou Pegoraro (1985, p. 39), na perspectiva do Vaticano II a megalópole é percebida como produto da modernidade; portanto, demanda uma originalidade no atendimento por parte da Igreja.

Buscava-se para a realidade específica da megalópole um modo de unidade da Igreja Católica com maior autonomia para as decisões administrativas e sobretudo pastorais, com unidade do colégio episcopal e de todo o clero, salvaguarda dos vínculos jurídicos, formação dos presbíteros em comum, um plano comum de pastoral, o usufruto comum do patrimônio e a comunhão de todas as forças vivas. Uma administração para todo esse colegiado de nove dioceses facilitaria a justa e fraterna circulação dos bens, assim diminuindo os custos operacionais (PEGORARO, 1985, p. 41-43).

Sobre esse projeto, Dom Arns vinha conversando com o papa Paulo VI, seu

amigo pessoal. Paulo VI, que se entusiasmara com a ideia e o havia aconselhado a buscar experiências em outras metrópoles, elogiou-o na ocasião de uma audiência particular em 26 de novembro de 1976, numa nota que *L'Osservatore Romano* publicou:

[...] o Pastor dessa Arquidiocese enfrenta essa situação com admirável energia pastoral, que nós queremos destacar, para que saibais que na Igreja existe este desejo de responder às necessidades espirituais de maneira enérgica, nova, sábia (Arq. de São Paulo, 1975-1979, p. 25).

As conversações sobre esse projeto continuaram com o papa João Paulo II, mais intensamente desde a visita *ad limina* do Cardeal Arns em 1986. Foram 15 anos de gestação dessa novidade, com ampla participação dos presbíteros e do laicato. Porém, estranhamente, em 15 de março de 1989 veio de Roma, da parte da Congregação para os Bispos, um decreto de divisão da arquidiocese de São Paulo. Quatro novas dioceses eram desmembradas e confiadas a bispos que não faziam parte do colegiado de Dom Arns. Este comunicou a decisão do Vaticano através de uma nota à Imprensa e aos fiéis, na qual explicou:

Desde o ano de 1971, a pedido expresso do saudoso papa Paulo VI, procurávamos a melhor forma de organizar os serviços pastorais em favor da população de nossa capital, em constante crescimento. Após numerosas consultas aos responsáveis religiosos de outras grandes Arquidioceses do mundo, com a ajuda constante de organismos romanos e em perfeita harmonia com os nossos conselhos locais, elaboramos um plano que confiamos à Santa Sé em março de 1978 (O São Paulo, 17 a 23/03/1989, p. 10).

Perdeu-se, ou retardou-se, um modo pioneiro e original de presença e missão da Igreja Católica na realidade de uma metrópole. Contudo, a Operação Periferia deixaria suas raízes.

O desafio da troca de bens que supera o assistencialismo

Para um decidido deslocamento na direção dos pobres era preciso superar o assistencialismo. Na compreensão do Papa Francisco trata-se de amizade com os pobres e busca efetiva do seu verdadeiro bem, apreciando-os na sua bondade

própria, com seu modo de ser, sua cultura e sua forma de viver a fé. A opção pelos pobres supõe proximidade real e cordial, acompanhando-os adequadamente no seu caminho de libertação (*Evangelii Gaudium*, 199).

Aqui parece ter-se situado o desafio maior da Operação Periferia. Para uma proximidade real e cordial com os pobres, como também um adequado acompanhamento no seu caminho de libertação, é imprescindível reconhecê-los como sujeitos dessa libertação. Desse modo propunha-se uma troca de serviços e de bens, em atitude de corresponsabilidade. O cardeal arcebispo insistia em que “quem dá recebe, e quem recebe também tem o que dar” (*O São Paulo*, 19/02/1972, p. 7).

No que se referia a bens materiais e a benfeitorias, na periferia faltava praticamente tudo. Por outro lado, ali estavam muitas CEBs com suas redes de círculos bíblicos, suas organizações e práticas de promoção humana e sua nova experiência eclesial, inclusive com partilha de bens. E as CEBs articulavam-se com organizações de moradores e de trabalhadores. Faltavam principalmente recursos humanos, sem contar que os padres ali atuantes eram geralmente estrangeiros e nem todos estavam abertos à renovação da Igreja. Porém, frente ao apelo da campanha, um significativo número de padres, religiosas e religiosos, principalmente estrangeiros, passaram a optar pela periferia. Sendo em boa parte influenciados pela Ação Católica Especializada, escolheram atuar em regiões de maior pobreza e marginalização (DOMEZI, 1995, p. 169-174).

Destacaram-se as pequenas comunidades de religiosas inseridas no meio popular, geralmente membros de congregações e institutos de vida consagrada que aderiram à opção pelos pobres. Inseridas em regiões extremamente carentes, no meio rural e nas periferias urbanas, elas atuaram principalmente junto das CEBs. Em São Paulo, Dom Arns fez apelo às superiores provinciais já no início de 1972. A resposta dessas congregações foi bastante positiva e generosa, não obstante o pequeno número das religiosas que de fato se deslocaram para a periferia e do seu despreparo para a atuação pastoral. E o corajoso engajamento dessas mulheres da vida consagrada foi marcante, no passo a passo do seu aprendizado no meio dos pobres (DOMEZI, 1995, p. 175-180).

Entretanto, Dom Arns tinha ao seu redor muitos outros agentes, humanistas, promotores dos direitos humanos e bons profissionais, sintonizados com a caminhada da arquidiocese e com a Operação Periferia. Por isso, as comunidades e as organizações da periferia puderam contar com o apoio de médicos sanitaristas, educadores, advogados, arquitetos e profissionais da construção civil, profissionais da saúde, assistentes sociais, artistas populares e outros, além de pastoralistas e cientistas sociais, cuja ação respeitosa dos projetos dos pobres ultrapassava o assistencialismo e o paternalismo. Com a dedicação voluntária dessas pessoas parceiras, até mesmo das que se diziam sem religião, o trabalho das comunidades da periferia ganhou um valioso reforço.

É verdade que não faltaram entraves para esse intercâmbio de recursos, como os da mentalidade pré-conciliar e o da falta de vivência como comunidade eclesial. O assistencialismo persistia na prática de muitas pessoas de paróquias situadas em bairros melhor servidos. Estas mandavam de forma anônima qualquer coisa como esmola, enquanto se recusavam a inteirar-se dos projetos comunitários das comunidades da periferia, bem como a receber influência do novo dinamismo eclesial. No entanto, a intransigência estava também do outro lado, da parte de agentes de pastoral inseridos na periferia, zelosos em salvaguardar o jeito novo. Contudo, não poucos membros de comunidades paroquiais de regiões mais centrais da cidade entraram na troca de bens proposta pela Operação Periferia entendendo o seu espírito.

Rendeu frutos positivos a dedicação incansável das equipes dinamizadoras da Operação Periferia. Inúmeras pessoas leigas capacitaram-se como agentes de pastoral, animadores de comunidades, servidores da causa dos pobres em várias frentes, de maneira que se fez notar a valorização da dignidade humana e o despertar de esperanças reais em todos os campos. Projetos concretos foram traçados e cumpridos o quanto possível, objetivando uma adequada pastoral urbana em torno dos problemas como os de habitação, saneamento básico, saúde, alimentação, transporte e outros. Foi crescente também o empenho na educação de base segundo o método Paulo Freire.

Enquanto campanha, a Operação Periferia não rendeu todos os frutos es-

perados quanto à troca de bens e ao impulso missionário entre periferia e centro. Mas serviu de canal eficiente e fecundo para uma reforma da presença e da atuação da Igreja Católica em São Paulo. As CEBs floresceram, amadureceu a interação fé e política e afirmou-se nova dinâmica de evangelização a partir da população relegada à periferia. E a Igreja Local de São Paulo, em seu conjunto, tomou consciência da sua identidade frente às particularidades da gigantesca cidade dos contrastes.

Da parte do arcebispo foram fundamentais a inteligência, o carisma, a humildade e abertura ao trabalho conjunto, a coragem. Ele viu a problemática da cidade e intuiu uma pastoral urbana orientada para prioridades no âmbito social. De fato, o planejamento pastoral participativo foi outro importante fruto. Em 1976, após ampla consulta às bases e estudos nos Setores, foi lançado o primeiro Plano Bienal de Pastoral para a Igreja de São Paulo com quatro metas prioritárias: 1^a.) Comunidades Eclesiais de Base; 2^a.) Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados; 3^a.) Pastoral do Mundo do Trabalho; 4^a.) Pastoral da Periferia. No biênio seguinte decidiu-se continuar com essas mesmas prioridades. A Operação Periferia, que passava de campanha emergencial a prioridade pastoral, tinha por objetivo “promover a ação missionária da Igreja em São Paulo para reunir em comunidades o povo disperso e atender às suas necessidades fundamentais, a fim de que se torne sujeito de sua própria história” (Arq. de S. Paulo, 1975-1979, p. 24. 98. 100-107).

São Paulo continua com muitos dramas, impasses e esperanças. E por ser uma cidade que se move continuamente, sua periferia também se move, preenchendo lacunas entre bairros bem servidos de infraestrutura e conforto, ao mesmo tempo em que se estende em direções longínquas.

Para a Igreja Católica nesta cidade fica a responsabilidade pela herança recebida do pastoreio do seu quinto arcebispo. Ele ensinou a articular projetos grandes e ousados com os passos pequenos de cada dia, a enfrentar os enormes e sempre novos desafios da metrópole sem descuidar do serviço cotidiano às pessoas no anonimato. E novo *kairós* (tempo de graça e salvação) se propõe com força através do projeto de reforma eclesial formulado e animado pelo Papa

Francisco. “Quem tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7).

Referências

- ARNES, D. Paulo Evaristo. Entrevista concedida à Revista *Manchete*, 7/10/1972.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Boletim Eclesiástico*. Ano XXVI, N. 7, jul/1951.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Relatório Quinquenal 1975-1979.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Crônica Eclesiástica. Cristo nos subúrbios de São Paulo. In: REB, V. 19, N. 4, dez/ 1959.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *O São Paulo*: 5 de fevereiro de 1972; 26 de fevereiro de 1972; 17 a 23 de março de 1989; 19 de agosto de 1993.
- BEETENCOURT, G.; MARCUN, P. S. *Dom Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- BICUDO, H. Dom Paulo e os Direitos Humanos. In: RIBEIRO, Helcion (Coord.) *Paulo Evaristo Arns: cardeal da Esperança e pastor da Igreja em São Paulo*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: BRANT & SINGER. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/ Cebrap, 1980.
- CAMARGO, C. P. F. de, et. al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13^a. ed. São Paulo: Loyola, 1976.
- DOMÉZI, M. C. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma Igreja em Operação Periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- FASE; União dos Movimentos de Moradia. *Direito à Moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: Paulus, 1982.
- Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1980.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. *A Alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulus/ Loyola, 2013.
- KOWARICK, L.; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: passado e presente*. 2^a. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço público: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, op. cit.
- KOWARICK, L.; CAMPANARIO, M. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, op. cit.

PAULO VI. Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*. In: *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.

PEGORARO, J. Um só povo, muitos pastores? A divisão da Arquidiocese de São Paulo. In: RIBEIRO, op. cit.

RÁDIO VATICANO. *Radiogiornale*, 11 de setembro de 1973.

TELLES, V. da S. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In: KOW-ARICK, op. cit.

The New York Times, 3 de fevereiro de 1973.

VANZELLA, J. A. Campanha da Fraternidade: Igreja do Brasil a serviço da vida. Tese de doutorado em Teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

Jamais outra vez - Revisitando a obra Brasil nunca mais, uma ode a Dom Paulo, cardeal dos maltratados

Never Again - Revisiting Brazil Never Again, an ode
to Dom Paulo, Cardinal of the Mistreated

**João H. Hansen*

*** Antônio Sagrado Bogaz*

Resumo

No final do itinerário das lutas para vencer as investidas do poder ditatorial que se instalara no país, como de resto em vários outros países da América Latina, um grupo de líderes religiosos e humanitários, que se dedicara à resistência contra os torturadores do sistema ditatorial e à proteção às vítimas do golpe de estado, maquiado por seus agentes como revolução, escreve uma obra de impressionante valor. A obra Brasil, nunca mais foi um marco neste período dramático de nossa história. Este artigo, Jamais outra vez, recupera o objetivo, conteúdo, autores e protagonistas destes acontecimentos, para que não fiquem impunes seus algozes e a memória de suas vítimas seja perpétua. A referência eleita para homenagear é a figura de Dom Paulo, Cardeal Arns, que figura como modelo para nossos pastores e nossa Igreja.

Palavras-chave: Brasil; ditadura; direitos humanos; Dom Paulo; tortura

* Doutor em literatura portuguesa e pós-doutor em antropologia. Contato: jhhansen@uol.com.br

**Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), doutor em Teologia pelo Pontifício Ateneo Santo Anselmo -IT. Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro). Atua principalmente nas seguintes áreas de conhecimento: Filosofia, Teologia e Liturgia. Contato: antoniobogaz@yahoo.com.br

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
10.01.2022

Aprovado em
25.01.2022

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

Abstract

At the end of the itinerary of struggles to win the onslaught of dictatorial power that had installed itself in the country, as well as in several other Latin American countries, a group of religious and humanitarian leaders, who had dedicated themselves to resistance against the torturers of the dictatorial system and to the protection of the victims of the coup d'état, made up by its agents as a revolution, he writes a work of impressive value. The work Brasil, was never again a landmark in this dramatic period of our history. This article, Never again, recovers the objective, content, authors and protagonists of these events, so that their tormentors do not go unpunished and the memory of their victims is perpetual. The reference chosen to pay homage is the figure of Dom Paulo, Cardinal Arns, who is a model for our pastors and our Church.

Keywords: Brazil; dictatorship; human rights; Dom Paulo; torture

“não podemos servir de exemplo a ninguém,
Mas podemos servir de lição”
(Mario de Andrade)

Introdução

Estamos diante de uma importantíssima obra que marcou a história da vida brasileira recente. Estamos nos referindo a mais ampla pesquisa sobre o golpe militar de 1964, realizada pela sociedade, reunindo forças civis, religiosas e políticas, envolvidas com os cidadãos brasileiros. A partir da cruel indignação com a atrocidade de seus governantes, julgados pelo militarismo e pela ditadura, que como sempre se transvestem de democracia e direito dos povos, como o lobo em pele de carneiro.

Deram-se as mãos na batalha os membros ativos da Arquidiocese de São Paulo e os integrantes do Conselho Mundial de Igreja, para denunciar, frear e exigir justiça diante dos sistemas de tortura que feriam, nos porões, os opositores dos opressores. Numa pesquisa abrangente, por vários anos, debruçaram-se sobre 850 mil páginas de dolorosos processos do Supremo Tribunal Militar. Comprovou-se um desmando ditatorial dentro dos organismos militares, que deixava nas famílias inapagáveis feridas, nas ruas o medo e insegurança e nas suas corporações uma mancha para sempre. O relatório revelou espantosa violação dos direitos humanos orquestrada pelos poderes constituídos após o Golpe

Militar de 1964. Este trabalho tem muitas similitudes com outras obras que relatam aquele período trágico de nossa história recente, pós golpe-militar, entre elas a obra de Bicudo, que descreve a similitude entre o esquadrão da morte e os sistemas opressivos americanos. A sua obra *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* que mostra a atrocidade do poder militar neste período, em suas torturas, desaparecimentos e mortes.

Como preparação do golpe,

a “direita” representada por empresários, latifundiários, banqueiros, políticos da União Democrática Nacional (UDN) e militares de alta patente (generais, almirantes) estavam preocupados e muito irritados com a forma com que Jango governava, dando liberdade para os sindicatos. Estes começaram a iniciar o golpe, conviviam com uma paranoia contra os comunistas, insinuavam que os vermelhos estariam infiltrados em todos os órgãos do governo. Os EUA monitoravam todas aquelas manifestações e estavam em sintonia com os golpistas para dar o respaldo necessário, inclusive com arsenal bélico” (ALMEIDA, 2014. p. 30).

Numa continuidade congênere e semelhante a vários países da América Latina e do Caribe, este aparelho repressor se repetiu, mais ou menos simultaneamente, deixando mortos, exilados e desaparecidos.

1. Profeta em tempos de opressão

Foi assim que tudo se iniciou. Almeida relata que

os comandantes militares estavam aguardando a ordem do conspirador, Magalhães Pinto, mas o General Olympio Mourão Filho, da quarta Região Militar e Carlos Luiz Guedes, comandante da infantaria, anteciparam o golpe e colocaram os tanques nas ruas naquela tarde de 31 março de 1964. A partir daí, outros batalhões de todos os estados estavam prontos, e por último foi o de São Paulo. As tropas foram para as ruas, faziam barricadas, prendiam qualquer um que suspeitavam defender o governo de Jango. O deputado Leonel Brizola propôs que Jango reagisse, mas o presidente comunicou aos seus fiéis oficiais que se entregassem; não queria derramamento de sangue” (2014. p. 33-34)

Muitos movimentos se colocaram à frente na luta em favor da democra-

cia e na defesa dos perseguidos políticos, sejam pessoas físicas ou grupos sociais. Entre eles, vários movimentos cristãos, como vemos na obra narrativa de Almeida:

a Ação Católica Operária (ACO) ou Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC) não é um partido político, mas sim um movimento de trabalhadores cristãos organizados. Tem por objetivo o engajamento de seus membros em lutas e movimentos sociais, ou partidos políticos que defendem os trabalhadores e os mais oprimidos, fundamentando-se no Evangelho e baseando-se no método ver-julgar e agir”. (Almeida, 2014, p. 10)

A pesquisa que deu origem ao livro *Brasil nunca mais*¹ foi totalmente preparada e realizada por advogados, cientistas sociais e lideranças religiosas sob a articulação de Dom Paulo Evaristo Arns e do Rev. Jaime Wright.

2. Por que uma obra, a partir de líderes religiosos?

Mais que tudo, não se tratava de uma obra encampada somente por bispos, padres, pastores e religiosos, mas tornou-se uma síntese de uma luta, que se tornou bibliográfica, por um grande número de agentes de pastoral e agentes sociais indignados e envolvidos com um sistema opressor que, além de destruir movimentos populares e grupos de conscientização, insistiam na pureza e na legitimidade de seus métodos, por meio de dissimulação, calúnias e hipocrisia. Basta recordar frases típicas como “no Brasil não tem repressão”, “somos uma democracia constitucional”, “combatemos os traidores do povo”.

A obra, que é a síntese de uma luta social, religiosa e política visou preservar os processos dos tribunais, ainda que limitados e maquiados, para que não fossem destruídos com a amenização dos “anos de chumbo”, dificultando ou anulando a realização da justiça nos anos seguintes. A experiência de outros períodos de ditadura ou de outros países que adotaram a ditadura como sistema dominante e que destruíram os documentos das masmorras, fez com que os idealizadores da obra realizassem um trabalho seguro e crível, que pudesse servir de

1. De ora em diante toda vez que fizermos referência ao livro *Brasil nunca mais* utilizaremos a sigla BNM.

testemunho para os julgamentos nos tribunais, como haveria de se seguir depois da “abertura política”.

Ainda se considerou importante colher a maior quantidade possível de narrativas, entre fatos, descrições e depoimentos, para divulgar os dramas dos torturados e mortos, antes que desaparecessem ou fossem manipulados pelo aparelho repressor e embaralhado pelos meios de comunicação social, em grande parte, conivente com aquele sistema. Não bastassem estes objetivos, positivamente dever-se-ia destacar e fomentar a importância dos direitos humanos, dos perseguidos políticos e, ao mesmo tempo, das classes oprimidas. A revisão dos direitos humanos é uma exigência da ordem social e a sociedade como um todo, mas sobretudo as Igrejas cristãs estavam muito preocupadas e atentas ao seu desenvolvimento.

Os relatórios foram publicados em abundância, graças à presença e a vigilância dos organismos e instituições nacionais e internacionais, permitindo que fossem revelados seus alcos e, em parte, revisitados os danos morais, psicológicos e existências de suas vítimas. Esta obra é testemunhal, entre tantas, mas a literatura – escrita e cinematográfica – registrou muitos episódios, para nunca esquecer e não repetir a história em outros estágios da vida do país (KOTSCHO, 2006).

Em memória de Dom Paulo E. Arns, é sempre louvável reestudar as páginas desta obra, cujos depoimentos são transcritos pelos réus nos tribunais, em momentos de sofrimento, angústia e incerteza da própria vida. Os perseguidos, aqueles que sobreviveram, puderam relatar detalhes da violência física, moral e psicológica vividas in persona ou que as presenciaram. Puderam confrontar com relatos oficiais, carregados de mentiras e lacunas, mesmo que muitos fatos ainda estejam sepultados na cegueira de velhos torturadores. Muitas narrativas puderam ser publicadas pois esta obra-denúncia tem acesso aos documentos oficiais do mesmo estado repressor, depois de anunciada o fim da repressão. Mais que tudo, criamos a consciência que não se pode repetir nas páginas da história estes dias trágicos da opressão militar.

3. Para entender a obra

Se nos perguntarmos por que um Cardeal da Igreja se dispôs a assumir esta missão de registrar os fatos da história, encontraremos prontamente a resposta

nas suas próprias palavras. No prefácio que apresenta ao Brasil e ao mundo este trabalho tão importante, o próprio Dom Paulo esclarece o argumento. A obra é mais que uma provocação ou uma revanche, antes é um testemunho e um apelo para a sociedade, seus perseguidos e seus perseguidores. Todos nós acreditamos que as “angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela Igreja” (BNM, 2014, p. 11). A solidariedade da Igreja confirmará sua solidariedade ao longo dos séculos, quer dizer no futuro. Alguns momentos históricos da Igreja em que seus líderes foram ausentes do sofrimento do povo perseguido, foi registrado nos seus anais como uma mancha histórica. Por certo, certas instituições religiosas de nosso tempo, passarão para as memórias históricas como espoliadoras e charlatães, deduzindo-se traidoras da mensagem evangélica. A Igreja deve ser fiel ao seu Senhor que foi o primeiro mártir, perseguido e torturado e mesmo sacrificado na cruz, por suas pregações proféticas e suas denúncias aos poderes apodrecidos da religião e da política da antiga Palestina. (Mt 2, 1-16). A coragem, a profecia e o enfrentamento da tortura e da morte é um legado de fé, de um Deus que se encarnou e viveu pelo Reino de Deus, concretizado em lutas por justiça, serviço de caridade e opção pelos perseguidos e desprezados da sociedade. Indignado e corajoso, Dom Paulo, como de resto grandes representantes da Igreja (bispos, padres, religiosos e leigos), declaram que a tortura, “além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz”.

A realidade da ditadura era tão cruel que Dom Paulo atendia entre vinte a cinquenta pessoas a cada semana e todos estavam aflitos à procura de parentes que desapareciam sem deixar notícias. Até procurar por seus parentes era perigoso, pois corriam o risco de serem igualmente tomados como suspeitos e então também perseguidos. A propaganda pró-regime militar, disfarçada de nacionalismo, democracia e serviço à nação, colocava os perseguidos e suas famílias como traidores do povo e subversivos. Por certo é esta a maior perversidade dos regimes ditatoriais, que seja, a deterioração da imagem dos cidadãos diante da sociedade.

Dom Paulo relata uma passagem no prefácio da obra, de uma senhora, cujo nome não revela e nem o desfecho do fato, por ocasião da edição do livro, de-

monstrando sua angústia, instalada no tecido social. Ele conta o histórico da jovem mulher: “é a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo?” (BNM, 2014, p. 11)

Os fatos relatados no livro *Brasil nunca mais*, testemunham os sofrimentos de mães, pais, esposas e irmãos, que perdiam aos poucos e cada vez mais as esperanças e sofriam mais ainda com a crueldade da incerteza, sem ter os corpos de seus entes queridos, vivos ou pelo menos mortos. A sensibilidade de Dom Paulo, como dos demais autores da obra, faz os leitores sentir o mesmo espírito de solidariedade e indignação, comprometendo-se para que nunca mais se repitam estas atrocidades. A descrição dos detalhes dos acontecimentos, incrementada por descrições emocionais geram sentimento de mágoa e exigem justiça. Como repete o autor, na sua descrição sensível e solidária: “mas seu olhar suplicante de mãe jamais se apagara de minha retina... a Terra se enche de trevas, como por ocasião da morte de Jesus” (BNM, 2014, p. 12).

Os acontecimentos sinistros, envolvidos por informações controvertidas, calúnias e suspeições confundem os ouvintes dos processos, pois a tentativa de manchar a memória dos torturados, por meio de acusações de bandidagem, suicídios e delatores lhes rouba a imagem de heróis e os classifica como vilões.

A obra, inspirada e motivada por Dom Paulo, mostra como as torturas chegavam ao topo do absurdo e da crueldade. A Comissão de Justiça e Paz, que conseguiu desvencilhar-se da manipulação do estado constituído e sendo coordenada por verdadeiros artífices dos direitos humanos, tornou-se um porto seguro para os perseguidos.

Dom Paulo em sua grande sensibilidade percebe a atrocidade das garras da ditadura que tortura e assume este método como mecanismo de exercício do poder e sua sobrevivência, cada vez mais forte e cada vez mais imperativa para vencer os opositores, servindo-se de atrocidades sem limites.

A Comissão de Justiça e Paz anota que os interrogados se tornavam totalmente frágeis e confusos que não sabiam mais o que estavam falando nas sessões de tortura. O medo e a dor, unida à agressão psicológica e espiritual os fazia

entrar em contradição, sendo por isso ainda mais torturados. O fato de esquecer dados aumentava a agressão, pois os torturadores pareciam acreditar que socos e choques recuperam a memória. Muitos das vítimas do regime cruel da ditadura militar, na cadeira do dragão ou no pau-de-arara, embaralhavam as informações e depoimentos (Prefácio, p. 13) chegando mesmo a confundir datas, nomes e dados. Os inquisidores tornam-se um monstro que amedronta e assusta o torturado. Dom Paulo anota ainda sua perplexidade quando percebe que mesmo os torturadores são degradados. Eles perdem a própria identidade e tornam-se extensão de um sistema comandado por senhores distantes, vestidos em terno e gravata, desfilando em salões sociais e mesmo participando de campanhas sociais e assistenciais, talvez para amenizar suas consciências aflitas. Os torturados são amoldados nos quartéis e passam a acreditar que os “rebeldes” são subversivos, inimigos do povo e desordeiros. Existe todo um sistema para envergonhar suas famílias e seus amigos, por meio de falsas notícias e mecanismos de flagelação das identidades pessoais. Pior que a dor dos torturados é a degradação do espírito dos torturadores, servientes dos comandantes dos quartéis. Nas palavras de Dom Paulo, quando descreve a identidade civil e espiritual dos torturadores, oriundos de famílias simples e religiosas, “cada qual com problemas sérios na família e na vida particular, que eles próprios atribuíam à mão vingadora de Deus” (BNM, 2014, p. 13)

Eles mesmos sofreram depois a força da consciência que os intimidava com lembranças de suas ações abomináveis. Serviam-se de um mesmo refrão, para suavizar a própria culpa: éramos vítimas e tínhamos que obedecer.

Na busca de compreensão deste processo, Dom Paulo não condena, mas busca na compaixão entender as razões dos opressores, servos de um sistema invisível e maléfico, que se esconde em ideologias e interesses políticos. São suas as palavras, que mostram o processo interior dentro dos homens simples que se tornam monstros malévolos:

Lembrei-me então da advertência de um general, aliás contrário a toda tortura: quem uma vez pratica a ação, se transtorna diante do efeito da desmoralização infligida. Quem repete a tortura quatro ou mais vezes se bestializa, sente prazer físico e psíquico tamanho que é capaz de torturar até as pessoas mais delicadas da própria família! (BNM, 2014, p. 13)

A perda da fé que nos faz perceber o próprio Deus nas pessoas mais miseráveis, nos torna operadores dos sistemas e nos afastam dos verdadeiros sentimentos humanos. A criação de uma pseudo religião, como sistema de justificação de nossas atitudes nos facilitam a prática de torturas e opressões, conformadas por uma adaptação dos preceitos éticos e religiosos à nossa ideologia de conveniência. Este é o perigo das grandes ideologias e dos sistemas opressores, que se transvestem de civilização e perdem a noção de civilidade, se transvestem de cristandade e perdem o sentido de cristianidade.

4. Uma obra em mutirão

Dom Paulo tinha como espírito próprio trabalhar em mutirão, unindo forças e desejos comuns nas causas humanitárias, religiosas e transformadoras. Não foi diferente com esta obra sobre a trágica realidade das masmorras da ditadura. Podemos distinguir entre os autores da obra e seus escritores. Assim que os verdadeiros autores da obra são os jovens, homens e mulheres, pais, mães e filhos que ofertaram seus testemunhos. É uma obra produzida em mutirão, para a qual alguns agentes humanitários e mesmo cristãos ofertaram seus ouvidos e seus corações para vítimas e algozes dos dramas da ditadura militar. Não é uma obra de ficção, antes, são descrições e narrativas do cotidiano dos personagens, como se fosse um extenso documentário, capaz de relatar os ambientes, os tempos e os espaços onde viveram suas histórias ao longo dos meses e dos anos da grande perseguição, que fazia eco aos grandes sistemas militares das ditaduras latino-americanas dos “anos de chumbo”. As décadas de 60, 70 e meados de 80 do século XX foram o cenário temporal destes sistemas, filiados à guerra fria das grandes potências mundiais, e vários países da América Latina e Caribe mancharam sua terra, na cidade e no campo, de sangue inocente e calaram com a crueldade da tortura – mutilação e morte – a voz da profecia. Panoramicamente, estas realidades são escritas em muitas obras, tanto escritas, quanto documentários e cinegrafia. Na cinegrafia podemos citar alguns, entre tantos: Desaparecidos, um grande mistério, Casa dos espíritos, (Chile), Romero, El Salvador, o martírio de um povo (El Salvador), História Oficial, A noite dos lápis quebrados (Argentina), Z e Estado de Sítio (várias ditaduras) e Pró-frente, Brasil, O que é isso, companheiro?(Brasil) entre tantos.

As longas histórias estão registradas nas páginas da obra, com grande emoção e riqueza de detalhes. Todo mérito está na convicção dos “heróis desta história”, que viveram dias trágicos, sem esperança e sem luzes no final do túnel. Está nas histórias silenciosas e não registradas dos que morreram envergonhados, antes mesmo de exaltar a solidariedade dos grandes profetas que denunciaram estas atrocidades.

Como forma de agradecimento e de reconhecimento, destacamos alguns destes profetas que batalharam para estancar a sangria da perseguição, antes mesmo de registrar suas histórias. Dom Paulo, nosso Cardeal Arns é nome imperativo. Ele é, como se diz, *hors concurs*, pois sua própria posição eclesial e sua espiritualidade franciscana lhe assegurou opções fundamentais pelos oprimidos e, deve-se dizer, maior segurança e proteção diante dos poderosos. Por certo, sua vida corria menos risco que a vida e as famílias de outros profetas e profetisas sem representação social e eclesial. Sua grandeza está em oferecer sua posição política e religiosa em favor dos mais frágeis. Sua grandeza foi a solidariedade e o registro destas páginas tornou-se referência fundamental para esta luta, para clarear seus fatos, enlameados de mentiras, e para afastar reincidências futuras.

Dom Paulo declarou que o projeto foi dinamizado e efetivado por aproximadamente 35 pessoas, algumas mais famosas outras menos conhecidas, mas fundamentais para a concretização do projeto, que, como vimos, não se trata de uma obra literária, mas da literatura como serviço à história real.

Recordamos seus protagonistas, ainda que brevemente.

Em primeiro lugar, citamos Dom Paulo, Cardeal Arns, um frei franciscano, arcebispo de São Paulo (1970), denunciante da repressão política, sobretudo dos freis dominicanos, muito engajados na militância contra a repressão. Considerado um ícone na luta contra o aparelho ditatorial dos militares, exercendo seu sacerdócio e sua cidadania. Junto dele, encontramos Jaime Wright, um pastor presbiteriano, que veio como missionário dos Estados Unidos. Fez-se companheiro dos mais pobres e trabalhadores e denunciou corajosamente a violação sistemática e camuflada dos direitos humanos dos pobres e direitos civis dos que lutavam

contra a ditadura. O impulso pessoal de sua luta tem raiz na perseguição e desaparecimento de seu próprio irmão, Paulo Wright, um deputado catarinense e militante. A personalização desta tragédia o tornou operante na luta pelos demais perseguidos. Agarrou com as mãos e o coração o projeto da obra Brasil nunca mais, como forma de desmascarar a hipocrisia do aparelho militar estatal que insistia em se inocentar e repetir que “não temos no Brasil presos políticos”. Foi convidado por Raimundo Moreira para dedicar-se ao projeto. Esta foi uma das mentoras deste trabalho. Sua experiência no escritório de Sobral Pinto (RJ) deu-lhe as bases na compreensão do que estava acontecendo no país. De fato, seu local de trabalho prestou serviços aos perseguidos, por meio de apoio jurídico e direito de defesa, para denunciar torturas e calúnias. Foi um suporte importante para os familiares dos perseguidos e fez o possível e o impossível para evitar que os documentos fossem destruídos. A preocupação em garantir a manutenção dos processos jurídicos foi sua luta, pois sem estes arquivos tornar-se-ia impossível promover a justiça, resgatando a memória das vítimas e a denúncia dos algozes. Esta foi uma das principais preocupações dos idealizadores deste projeto.

Destacou-se no projeto com importante dedicação o pastor Charles Roy Harper Jr, como membro do Conselho Mundial de Igrejas, uma vez que este projeto é ecumênico e mesmo humanitário. A proposta é a defesa da vida e dos direitos dos perseguidos pelo cruel sistema ditatorial. Não se trata de separar o projeto da história, pois o projeto é um “link” da própria história, foi assim que este pastor batalhou por meios financeiros para sustentar organizações e ativistas da resistência política daqueles anos. Os refugiados e torturados e mesmo suas famílias urgiam apoio logístico para sobreviver e para manter-se na luta. O registro e a denúncia dos acontecimentos eram uma “arma pacífica” nas mãos dos perseguidos e limitavam suas atrocidades. Ficou em suas mãos o levantamento e a organização das reportagens da imprensa, tanto no Brasil, como fora dele. A posse deste material foi fundamental para sistematizar o emaranhado destes acontecimentos.

A figura de Paulo Vannuchi foi igualmente valiosa pois foi ele quem compilou os documentos, dos quais foi elaborado o relatório para a obra Brasil nunca mais. Foi fundamental na publicação do texto, que teve uma grande repercus-

são. Ele mesmo foi um preso político pela ditadura e um primo seu, Alexandre Vannuchi Leme, foi assassinado, como líder estudantil engajado na luta contra a repressão.

Estes nomes memoráveis merecem o crédito da existência desta obra, que estancou e promoveu a justiça durante e depois dos tempos da perseguição militar, dificultando que a imprensa global se omitisse diante dos fatos e os cobrisse com uma cortina de fumaça de omissão.

5. Folheando as páginas do Brasil Nunca Mais

A obra é testemunhal. São descrições dos fatos e através deles, a elaboração de conhecimentos, sempre proféticos e denunciadores, como é o estilo Arns. Todas as suas obras são mais indutivas que dedutivas, pois partem da realidade e desta realidade abordam concepções mais abrangentes para compreender o universo. A percepção dos fatos provoca o confronto com os princípios da democracia, da liberdade e da dignidade do ser humano. Não se trata de um olhar para os conceitos fundamentais, mas antes a realidade concreta como forma de definir conceitos. Não se trata de proclamar aos quatro ventos, como fazia a propaganda do sistema ditatorial, insistindo que havia uma democracia, mas uma radiografia dos fatos, para compreender se havia mesmo uma democracia. Não se tratava da hipócrita proposição “este é um país que vai para frente”, mas confrontar as realidades das masmorras e das ruas para perceber que o país caminhava para a depressão e para a desigualdade, silenciada pelo poder do aparelho repressor.

Na primeira parte da obra, tocamos a realidade dos torturados. Com o título contundente: “castigo cruel, desumano e degradante”, passeamos pelos corredores da tortura, entre tantos o “pau de arara”, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira do dragão, geladeira, produtos químicos, lesões físicas e o uso de insetos e animais para provocar o medo e a aflição nos torturados. Não se trata de explicar tecnicamente como são projetados estes métodos, como se fosse uma escola técnica; antes os relatos descrevem como os perseguidos eram torturados. Para recordar, por exemplo, encontramos “...havia também, em seu cubículo, a lhe fazer companhia, uma jiboia de nome “miriam” ou ainda “que ao retornar à sala de torturas, foi colocada no chão com um jacaré sobre seu corpo nu” ou

“torturas constantes de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais e injeção de éter, inclusive com borrifos nos olhos”. (Brasil, nunca mais, p. 39). Estas narrativas são todas apresentadas e documentadas pelos curadores da obra, dando a identidade da testemunha e a descrição do processo. Mais que tudo, a força da tirania se expressa quando os torturadores aplicam os sistemas de dominação com ironia, desprezo e mácula de brincadeiras, divertindo-se com o sofrimento das vítimas. Dizem que se trata de uma forma de suportar a própria tirania e não se deixar assustar. Tanto é que a “pimentinha”, que era uma máquina de tortura, constituída de uma caixa de madeira, com um imã que produzia corrente elétrica, aumentando durante a operação. Como a caixa era vermelha, os torturadores a denominavam de pimentinha. Outras formas de tortura são bastante conhecidas e são descritas nos processos. Fica muito extenso descrever todos os fatos. No livro é um mergulho tétrico na história destas maldades. Assim era a geladeira, na “qual por cinco dias foi metida numa “geladeira” na polícia do Exército, da Barão de Mesquita” (BNM, 2014, p. 37):

Em julho de 1970, contudo as coisas pioraram. Um investigador havia sido morto por certo marginal e seus colegas policiais, encolerizados, falavam abertamente de vingança. Logo a chacina teve início: quatro bandidos massacrados num dia, dois no outro, três logo a seguir e um último, por final. Não era possível calar por mais tempo” (BICUDO, 1976, p. 12).

Nesta tragédia, não foram poupadas nem mulheres, crianças e gestantes. Anotamos isso, quando lemos que “foi presa no dia 21 de outubro de 1973, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade, que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo [...]” (BNM, 2014, p. 43)

Na segunda parte do trabalho, seus autores apresentam a constituição do estado repressivo naquele período. Dedica várias páginas para explicar como se erigiu um estado repressivo, considerando os acontecimentos e os confrontos políticos, bem como as ideologias internas e externas ao país, levando os militares a uma postura de repressão, instituindo um governo de direita, que foi aos poucos se consolidando, por meio de sistemas de manipulação das classes populares, ameaças aos adversários e montagem do aparelho repressivo. Dentro deste

quadro, os opositores eram presos e as consequências eram trágicas e temíveis:

Estudantes, artistas e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas., por uma nova estrutura educacional, pela reforma agrária e pela contenção da remessa de lucros. O estopim se dá no dia 13 de março, quando uma concentração de mais 200 mil pessoas, no Rio, tendo a frente João Goulart aclama reformas de base... Cresce a propaganda anticomunista, veiculadas pelos partidos Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e grande parte da hierarquia católica. Todo movimento é financiado pelos Estados Unidos. Chega-se à ação golpista e os movimentos nacionalistas não são capazes de resistir” (BNM, 2014, pp. 58-59).

A obra relata como o governo militar serve-se de mecanismos para consolidar seu poder e sua hegemonia, mesmo que reprimindo, torturando e matando seus opositores. O primeiro mecanismo é o famigerado AI-5, que se seguiu com a Lei Falcão e o instrumento de repressão, DOI-CODI. De fato, Costa e Silva baixa o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. A gota d’água foi um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas. Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces” (Brasil ...p. 62). No período, orquestrado pelo governo de Emílio G. Médici, os órgãos de segurança pretendiam eliminar todos os agrupamentos de esquerda e de resistência. Foram anos que aumentaram as torturas, sequestros e assassinatos. A ARENA era abrangente e dominava todos os setores políticos. Nesta ocasião, o Cardeal Arns visitou o General Golbery. Dom Paulo representava a comissão dos familiares de “desaparecidos políticos”. A grande repressão acontecia nas dependências do DOI- CODI que deixou marcas profundas na vida de tantos presos políticos. Foi desastroso, pois o Ministro da Justiça, Armando Falcão, determinou e informou que não havia presos políticos e que tais desaparecidos nunca tinham sido prisioneiros.

Neste esquema repressivo, os opositores do regime eram presos, maltratados, humilhados e levados pela tirania do aparelho repressor. Entre vários casos que são narrados na obra e que perpetuam a memória destes acontecimentos, reportamos o depoimento de Adail Ivan de Lemos, estudante de medicina, de

1970, como se segue:

... quando entrei na sala de jantar, minha mãe, sentada escrevendo à máquina, chorava em silêncio. Um pouco antes, por volta das 15:30 h, meu irmão tinha sido preso enquanto estudava. Minutos antes começou a ser agredido fisicamente no quarto de minha mãe, levando, segundo suas palavras, “um pau violento”. Socos, cuteladas, empurrões, seriam “café pequeno” perto do que viria mais tarde. Mas, ainda ali, separado da mãe por alguns metros, teve a sua cabeça soqueada contra a parede” (BNM, 2014, p. 78).

A obra relata que neste período inicia-se uma repressão contra todos os movimentos e grupos denominados “esquerdistas”, entre eles o partido comunista, os grupos militares dissidentes, as ações populares e os setores sociais que eram críticos ao governo militar. Foram anos de grande propaganda subversiva, contraposta por propaganda militar e nacionalista, veiculada pelos meios de comunicação social e pelo aparelho estatal, sobretudo nas escolas e nos programas políticos.

Na quarta parte, “subversão de direito”, são reunidas as partes do processo de perseguição, onde encontramos a fase policial, com inquéritos intimidadores e a fase judicial, na qual se ajuntam a denúncia, a prisão preventiva, a prova, a prisão e a sentença. Todo processo era bastante dissimulado, como vemos nas narrativas que a obra apresenta em seis casos particulares. Mais uma vez, o texto se serve de testemunhas para que, por meio dos fatos, se reconheçam os sistemas repressivos do governo militar. Quando trata das marcas da tortura na quinta parte, os autores apresentam muitos depoimentos que mostram a farsa dos processos, em que são relatados a intimidação pela tortura, os documentos falsos, com as mesmas confissões falsas. Segue-se a exposição das consequências das torturas e o sentimento de morte que impacta sobre as mesmas vítimas. De fato, “para facilitar ainda mais seu trabalho, situando-o à margem da própria legislação autoritária vigente, o sistema repressivo passou a dispor de seus próprios “aparelhos”, nos quais presos políticos eram mantidos em cárcere privado, após serem sequestrados. (Brasil... p. 239) Em consequência, alguns encontram a morte nestes locais e na maioria dos casos perdem a noção do tempo e dos aconte-

tecimentos. Vejamos um relato, para entender a tragédia mais ampla: “...que essa casa de campo fica próxima a uma lagoa... que o interrogado ouviu os gritos e gemidos daquelas pessoas que eram torturadas, lá do depósito, onde se encontrava recolhido, no pavimento térreo da referida casa de campo” (BNM, 2014, p. 240)

Os personagens deste quadro dantesco sentem-se como participantes de um inferno profundo ou de uma casa de horrores. São lugares marcados como São Conrado, no Rio de Janeiro, Petrópolis, Belo Horizonte e São Paulo. Na maioria das vezes, os próprios presos não sabiam para onde eram levados e perdiam a noção dos dias que viviam nestes lugares de suplício. Como forma de homenagem e memória, trazemos os nomes de alguns “desaparecidos” mortos sob a tortura, entre eles Chael Charles Schreider, que foi chutado como um cão e cujo atestado de óbito apresenta 7 costelas quebradas, hemorragia interna, hemorragias puntiformes cerebrais e equimoses em todo o corpo. Ainda, João Lucas Alves e Severino Viana Calú, Eduardo Leite, Joaquim Alencar Seixas, Carlos Nicolau Danielli, Odijas Carvalho de Souza, Alexandre Vannucchi Leme, nomeados no último capítulo do livro, em meio a narrativas assustadoras e cruéis.

A mentira dos torturados era escandalosa, como vemos, por exemplo, no caso de João Lucas Alves que

depois de seis meses de prisão, mais ou menos, e depois de barbaramente torturado, em consequência veio a falecer, e que foi dado pelas Autoridades Policiais, como ‘causa mortis’ o suicídio, quando é do conhecimento do público, e isto consta da perícia médica, que esse companheiro tinha os olhos perfurados ao falecer e as unhas arrancadas (BNM, 2014, p. 248).

A importância fundamental do Cardeal Arns vai muito além que sua parceria na obra. Sua atuação é preciosa na luta em favor das vítimas da ditadura e de suas famílias. Ele fortaleceu os oprimidos do sistema e possibilitou que se confrontassem os poderosos, sobretudo nos quartéis, os quais não davam respostas satisfatórias e tratavam com descaso os familiares e amigos que procuravam informações ou exigissem justiça. Eram sempre enganados pelos servidores dos quartéis, tratados com ameaças e desprezo.

6. O calvário dos desaparecidos

Embora a centralidade dos textos da obra seja os grandes relatos, depoimentos e testemunhos sobre os fatos que se passaram naqueles dias, algumas reflexões são fundamentais para entender os mecanismos do poder ditatorial para amedrontar os opositores do poder e, ainda mais, para propagandear positivamente seus feitos e sua ideologia. Mesmo que Victor Hugo, autor da impressionante obra “Os Miseráveis” tenha dito que a tortura desapareceria da história, nossos poderosos mancharam mais uma vez nossa história; uma mancha inapagável e vergonhosa.

Naqueles anos da ditadura, que se espalhou em vários países, relata o livro, “o fenômeno da detenção arbitrária ou sequestro, seguido do desaparecimento da vítima, se propagou rapidamente na América Latina, durante as últimas décadas, em que a maioria dos países foi governada sob a Doutrina da Segurança Nacional” (BNM, 2014, p. 260). Muito trágica, particularmente é a realidade dos desaparecidos, que perpetua o sofrimento da família e dos amigos, pela incerteza do destino de seu familiar, a desconfiança de todos os vizinhos, como possíveis delatórias, acrescida da imaginação dos sofrimentos nos aparelhos de tortura.

O relato do drama familiar de Ana Rosa (BNM, 2014, P. 268) manifesta a perversidade do aparelho de tortura. Seu desaparecimento é negado todo o tempo, fazendo com que a família acredite, antes de tudo, que ela simplesmente fugiu, como se fosse uma rebelde. Depois nega sua prisão diante da família, para em seguida afirmar que ela estava presa e estava bem. Os falsos bilhetes (primeiro, confirmando ser sua própria escrita e depois tentando enganar que ela ditara o bilhete), deixaram as famílias por semanas e mesmo meses, na mais triste agonia. Para depois saberem que estava morta, com a afirmação de suicídio e finalmente a negação do local de seu sepultamento. E tempos depois ultrajaram seu sepultamento clandestino, fazendo desaparecer seu corpo. E finalmente, conta-se a aflição dos familiares e os custos do processo, reconheceram seu corpo por resquícios de seus restos mortais (dentes, cabelo e ossos).

Este relato, bem como aquele de Vladimir Herzog e Rubens Beirodt Paiva, deputado federal, são transcritos nas páginas desta obra, como testemunha da

atrocidade de todas as ditaduras, ensinando a humanidade a fugir destes mecanismos de dominação, para salvaguardar estas ideologias e interesses partidários.

A obra reporta um breve texto de Alceu de Amoroso Lima, que reflete bem os sentimentos dos cidadãos e dos familiares tocados cruelmente pelo sistema ditatorial dos militares nos anos de chumbo: “Até quanto haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas, filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades”.

Conclusão

Inauguramos, com alívio, o final dos anos de ditadura no Brasil. Houve um grande movimento para abafar ou justificar a crueldade dos quartéis, que serviram aos propósitos ideológicos de um poder perverso, fundado na tortura, na perseguição e na propaganda ideológica, servilmente publicadas por canais de televisão, programas radiofônicos e vários jornais. Uma página manchada de sangue e blasfêmias, que foi virada, à duras penas. Ainda muitas famílias esperam por justiça para minimizar um sofrimento que perpassou anos de suas vidas. Encontramos ainda pessoas marcadas por traumas insuperáveis, pelas vidas ceifadas de pais e filhos, irmãos e amigos.

No entanto, nestes anos, ouve-se ainda vozes que reclamam a volta dos militares ao poder, como se fossem o socorro para os infortúnios sociais, políticos e econômicos.

Por certo, os clamores inconscientes pelo regime militar se devem à grande decepção com o governo civil, marcado pela corrupção, pela irresponsabilidade dos políticos. Deve ser muito desesperadora a indignação dos cidadãos que clamam pelos governos militares. Toda nação está frustrada com nossos governantes, que se enriquecem de forma ilícita, que confundem os bens públicos com os bens privados e que manipulam as leis para seus interesses corporativistas.

Como nos tempos da ditadura militar, onde figuras como Dom Paulo e tantos profetas corajosos, precisamos de vozes proféticas para denunciar os desmandos de policiais violentos, de senadores, deputados e executivos alinhados com a

propinagem, para fortalecer as lutas daqueles que correm riscos denunciando a injustiça e a corrupção endêmica em nossa sociedade atual. “Como o homem – faturador e beneficiário do desenvolvimento – é o capital mais valioso com que conta o país, a Constituição não pode deixar de traçar as regras fundamentais, concernentes à educação, à saúde e à assistência social”. (COMPARATO, 1986, p. 62).

Comparato afirma que

a constituição para o Brasil atual deve definir a origem e os limites de todos os poderes – não só os políticos (em sentido escrito), como também os econômicos e os sociais; ela há de fixar objetivos de mudança a alcançar no processo histórico e criar condições institucionais para a sua consecução. Tudo isto significa rejeitar, em definitivo, a separação entre a ordem política – artificial e consensual – realizada no Estado e a ordem econômica e social – correspondente à natureza das coisas” – domínio da sociedade civil, onde reinariam a tradição e a liberdade”. (COMPARATO, 1986, p. 12).

Este é o projeto verdadeiro e iluminador de uma sociedade sem dominações e manipulações de qualquer tipo. Jamais outra vez a ditadura.

Dom Paulo e tantos parceiros de sua missão marcou nossa história com um selo verdadeiramente cristão, sendo um nome de orgulho e grandeza de nossa Igreja e de nossa história. Que sua memória seja um brado de justiça e sua intercessão entre os santos de Deus desperte sempre novos e grandes em nosso cenário eclesial, para que nunca mais volte no Brasil e no mundo a ditadura. E quem sabe surjam nomes corajosos para que a ditadura econômica dos poderosos e a ditadura política dos nossos governantes sejam substituídas por tempos de justiça e paz.

Referências

ALMEIDA, A. P. *Um tempo para não esquecer. Ditadura. Anos de Chumbo.* São Paulo: Piratininga, 2014.

ARNS, P. E. *Brasil nunca mais.* 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BICUDO, H. P. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. 1976.

COMPARATO, F. K. *Muda Brasil*. Uma constituição para o desenvolvimento democrático. Brasiliense. 1986.

KOTSCHO, R. *Do Golpe ao Planalto*. Uma Vida de Repórter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**Pássaros engaiolados e anjos assassinados:
a dimensão profética da arte de Zuzu Angel
e a luta de D. Paulo Evaristo Arns pelos
direitos humanos (*Brasil: nunca mais*)**

**Caged birds and murdered angels: the prophetic
dimension of Zuzu Angel's art and the struggle of D. Paulo
Evaristo Arns for human rights (Brazil: never again)**

**Breno Martins Campos*

***Ceci Maria Costa*

Resumo

Para Wassily Kandinsky (1866-1944), o artista verdadeiro é alguém que põe a vida em movimento, abre caminhos bloqueados, vê e faz ver o que ainda será. Como hipótese de trabalho, portanto, assumimos que a arte possui uma perspectiva profética, sendo assim, nosso artigo aborda a dimensão profética da obra artística da estilista brasileira Zuzu Angel (1921-1976). Tendo perdido seu filho Stuart Edgar Angel Jones (1946-1971), torturado e assassinado por agentes do regime ditatorial brasileiro, ela transformou sua arte em grito de protesto – e realizou aquele que pode ser considerado o primeiro desfile de moda político da história. As roupas com estampas e bordados de pássaros engaiolados e anjos colocados na mira de tanques e canhões, para além do aspecto político em si, eram expressões de uma energia espiritual, que pode ser interpretada em correlação com a espiritualidade da libertação, encarnada na América Latina no âmbito das igrejas cristãs a partir da década de 1960. Em

^{*}Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Contato: brenomartinscampos@gmail.com

^{**}Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Contato: ecibmariani@gmail.com

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em

26.10.2021

Aprovado em

25/01/2022

Ano XXX - Especial

Dom Paulo Evaristo Arns

Jan - 2022



PUC-SP

Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

plena ditadura civil-militar no Brasil, os caminhos de Zuzu Angel se entrecruzaram com a vida e a obra de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns (1921-2016) – profeta da esperança e da resistência. O testemunho de ambos é um grito que ecoa na história: “Brasil, nunca mais”.

Palavras-chave: Espiritualidade da libertação; protesto político; Zuzu Angel; D. Paulo Evaristo Arns; ditadura

Abstract

According to Wassily Kandinsky (1866-1944), the true artist is someone who sets life in motion, clears obstructed paths, sees and makes us see what the future holds. Therefore, as a working hypothesis, we assume that art has a prophetic perspective and, on this account, this article addresses the prophetic dimension of the artistic work of Brazilian stylist Zuzu Angel (1921-1976). Having lost her son Stuart Edgar Angel Jones (1946-1971) tortured and murdered by agents of the Brazilian dictatorial regime, she turned the art into a cry for protest - and held what can be considered the first political fashion show in history. Clothing prints and embroidery depicting caged birds and angels at the aim of war tanks, in addition to the political aspect itself, were expressions of a spiritual energy, which can be interpreted in correlation with the Spirituality of Liberation, embodied in Latin America in the scope of Christian churches since the 1960s. Amidst the civil-military dictatorship in Brazil, the paths of Zuzu Angel intersected with the life and work of D. Paulo Evaristo, Cardinal Arns – prophet of hope and resistance. The testimony of both is a cry that echoes in history: “Brazil, never again”.

Keywords: Spirituality of Liberation; political demonstration; Zuzu Angel; D. Paulo Evaristo Arns; dictatorship

Introdução

Partimos do pressuposto de que, de fato, a arte tem uma dimensão profética. Como afirma Vassily Kandinsky (1966, p. 32), ela atua abrindo espaço em caminhos que se encontravam bloqueados, o artista é alguém que “possui uma força de ‘visão’ misteriosamente infundida nele”. “Ele vê o que será e o faz ver”, mesmo que com este dom seja exposto a zombarias e ódio; contudo, continua Kandinsky, o artista verdadeiro “atrele-se à pesada carroça da humanidade, a fim de soltá-la das pedras que a retêm e, com todas as suas forças, impele-a para frente”.

Conforme afirma Andreaei Arsensevich Tarkovski (1998), a arte que brota da profundidade abissal se dirige ao que está vivo, considerando sua beleza e feiura, sua luz e sombra, sem medo da lama nem da cruz. Ela não se esquivava da

sujeira do mundo. Para falar do que está vivo, lança mão do que está morto; para falar do infinito, mostra o finito. Fala da beleza por meio da feiura, de bondade com imagens de crueldade e maldade. O artista realmente genial é aquele que se encontra “num estado paradoxal de equilíbrio instável entre uma ânsia de felicidade e a convicção de que esta, enquanto realidade ou estado exequível, não existe” (TARKOVSKI, 1998, p. 59).

O artista sabe, porque antevê, que a verdadeira felicidade não pode ser adquirida nem dominada, pois consiste na aspiração ao Absoluto – desejada por nós, sendo religiosos ou não. A arte a que se refere Tarkovski (1998) é crítica, emite sinais de advertência, possui vocação profética. Obras-primas, observa ele, quase sempre se tornam prenúncio do choque entre o novo e o velho. Ousamos acrescentar, em diálogo com a tradição teológica, que a vocação profética da arte atrai para o artista, em muitos casos, a incompreensão de seus contemporâneos.

Foi justamente a dimensão profética que aflorou na arte de Zuzu Angel, estilista brasileira, natural de Curvelo-MG, impactada pelo drama familiar que a colocou dentre as mães que perderam seus filhos para a ditadura militar. Como uma *Pietà* de braços vazios, a ela foi negada a possibilidade de ao menos poder enterrar o corpo do filho brutalmente assassinado. Zuzu Angel transformou seu lamento em protesto e passou a denunciar com sua arte o poder que aprisiona, tortura e mata inocentes.

Stuart Edgar Angel Jones, filho de Zuleika (Zuzu) Angel Jones e Norman Angel Jones, era estudante de Economia no Rio de Janeiro e militante ligado ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Foi acusado de participar do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e preso em 1971. Conforme relatório publicado no site “Memórias da Ditadura”,¹ supõe-se que as prisões de Stuart e de outros integrantes do MR-8 e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) estivessem ligadas ao fato de Carlos Lamarca, em abril de 1971, ter deixado a VPR e ingressado no MR-8. No início de maio de 1971, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) já sabia que Lamarca tinha ido para o MR-8 e queria capturá-lo de qualquer maneira.

1. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/stuart-edgar-angel-jones/>. Acesso em: 13 out. 2021.

Stuart foi barbaramente torturado até a morte – conforme depoimento escrito de Manoel Henrique Ferreira, encaminhado ao cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns – pelos agentes do CISA, para que revelasse o paradeiro de Carlos Lamarca:

Dias após minha prisão, quando passava pela fase de torturas, na quinta ou sexta-feira (não sei precisar o dia exato, pois devido às condições em que me encontrava, tinha perdido a noção do tempo), fiquei sabendo, pelo “dr. Pascoal” (tenente-coronel Abílio Alcântara), que Stuart havia sido preso. Pela tarde “dr. Pascoal” abre a cela e me mostra uma carteira de identidade, para ver se eu conhecia a pessoa que tinha ali sua fotografia. [...] Ele, tenente-coronel Abílio Alcântara, deu um pequeno sorriso e disse que Stuart se encontrava [...]; que o haviam prendido naquele dia. [...] Logo após, de minha cela ouvi um intenso barulho no pátio, uma grande movimentação, gritos e barulho de motores de carros que saíam apressados. À noite, veio um médico, acompanhado pelo tenente-coronel Muniz (“dr. Luiz”), visitando todas as celas. Este, ao chegar à minha cela, pergunta-me se eu já sabia que o Stuart estava preso. Ante minha resposta afirmativa ele fala-me que naquela noite ia entrar outro “peixe grande”. Mais tarde, fui levado para a cela da equipe de análises, onde se encontravam os brigadeiros João Paulo Burnier e Carlos Affonso Dellamora, que logo se retiraram, e outros dois indivíduos da equipe de análise, o “dr. Pedro Paulo” e outro oficial que não sei o nome. Estes dois fizeram-me sentar e disseram que o Stuart estava preso, que haviam recolhido algum material em seu aparelho e queriam algumas informações [...]. Antes de me mandar de volta para a cela, o “dr. Pedro Paulo” ainda me disse que “agora que pegamos Stuart, em dois dias chegaremos ao capitão Lamarca”. Quando de volta à cela, percebi que em uma delas, que ficava próxima à entrada do corredor, havia alguém gemendo muito e às vezes gritava. [...] que pela madrugada se interromperam. Logo depois houve uma grande balbúrdia pelo corredor. Abriam uma cela e ouvi claramente quando alguém pediu que trouxessem um tapete. Depois cessou a movimentação e não voltei a ouvir mais os gemidos.²

O lamento de Zuzu Angel ganhou eco letra da canção “Angélica”³ de Chico

2. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/stuart-edgar-angel-jones/>. Acesso em: 13 out. 2021.

3. “Quem é essa mulher / Que canta sempre esse estribilho? / Só queria embalar meu filho / Que mora na escuridão do mar. // Quem é essa mulher / Que canta sempre esse lamento? / Só queria lembrar o tormento / Que fez o meu filho suspirar. // Quem é essa mulher / Que canta sempre o mesmo arranjo? / Só queria agasalhar meu anjo / E deixar seu corpo descansar. // Quem é essa mulher / Que canta como dobra um sino? / Queria cantar por meu menino / Que ele já não pode mais cantar”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hGRMIUbFEW0>. Acesso em: 11 out. 2021.

Buarque (música de Milton), composta pouco depois de sua morte em um acidente de carro.⁴ Uma semana antes de sua morte, já recebendo ameaças, ela deixou na casa do compositor um bilhete para alertar aos amigos que, se algo acontecesse a ela, como um desastre de automóvel, seria responsabilidade dos mesmos poderes que mataram seu filho, segundo relata Zuenir Ventura (In: VALLI, 1986, p. 24).

Zuzu Angel, conforme a poesia de Chico Buarque, é essa mulher que canta sempre o mesmo arranjo, com o desejo de agasalhar seu anjo e deixar seu corpo descansar.

Com os verbos *embalar, agasalhar, deixar descansar, lembrar* o tormento, *essa mulher* simboliza as funções maternas como também uma denúncia profética de que ela não esquecerá e nem permitirá que a memória do seu filho torturado permaneça inculpada (RODRIGUES; RODRIGUES, 2021, p. 178).

Neste artigo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, pretendemos apontar a dimensão profética da arte da *designer* de moda Zuzu Angel, em correlação com a luta pelos direitos humanos empreendida por D. Paulo Evaristo Arns, motivada, sobretudo, pela espiritualidade da libertação – uma experiência espiritual vivenciada na América Latina, sob inspiração do Concílio Vaticano II (1962-1965), acolhido pela Igreja latino-americana na Conferência de Medellín, na Colômbia (1968).

1. Espiritualidade profética na ditadura – *Brasil: nunca mais*

Profeta não é quem adivinha o futuro: “A função do ministério profético e alimentar, nutrir, fazer surgir uma consciência e uma percepção alternativa à consciência e à percepção culturais dominantes à nossa volta” (BRUEGGEMANN, 1983, p. 12). Assim, podemos aproximar a arte da profecia e o artista do profeta, pois ambos veem e fazem ver o que ainda não está posto, trazem à existência o

4. Sobre a possibilidade de envolvimento da ditadura militar na morte de Zuzu Angel, não se tratando, portanto, de um mero acidente, cf.: “Cláudio Guerra liga coronel à morte de Zuzu Angel”. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/506-claudio-guerra-liga-coronel-a-morte-de-zuzu-angel.html>. Acesso em 13 out. 2021.

que ainda não é.

No Brasil, por exemplo, um dos arautos da espiritualidade profética durante a ditadura militar foi D. Paulo Evaristo Arns. O livro *Brasil: nunca mais*, ao qual o nome dele está indelevelmente associado, é um dos marcos de seu ministério profético – por denunciar a consciência e a percepção hegemônicas, associadas à morte, e anunciar esperança. “Nunca mais” é o mesmo de dizer *para que não se repita*. A obra registra “um relato para a história” e para a memória do período em que o regime de exceção gerou tantos “crucificados” e “crucificadas” no Brasil, dentre os quais o jovem militante Stuart Angel.

O projeto *Brasil: nunca mais*, esclarece Magali Cunha (2014), tinha inicialmente como proposta a composição de um acervo com cópias de processos judiciais de presos políticos – que um grupo de advogados percebeu ser possível fazer no curto período em que ficavam disponível para exame. Ganhou grande proporção este projeto quando foi assumido pelo pastor presbiteriano Rev. James (Jaime) Wright – que procurava seu irmão, Paulo Stuart Wright, deputado estadual por Santa Catarina, que teve seu mandato cassado, foi sequestrado pelo regime e desapareceu nos porões da ditadura – e por D. Paulo Evaristo Arns. Com recursos obtidos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), conseguiram montar uma estrutura que recolheu em seis anos de trabalho milhares de cópias, a partir das quais se produziu um grande relatório de 6.891 páginas, em doze volumes, que foram entregues a universidades, bibliotecas e centros de documentação de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil.⁵ Como parte de um esforço mais amplo, D. Paulo viabilizou a produção de um livro, organizado por Ricardo Kotscho e Frei Betto, sob a coordenação de Paulo de Tarso Vannuchi. Publicado em 1985 pela Editora Vozes, *Brasil: nunca mais* é ainda uma das referências importantes na luta em defesa dos direitos humanos no Brasil, um dos aspectos marcantes da pastoral de D. Paulo à frente da Arquidiocese de São Paulo.

No acervo digital Zuzu Angel,⁶ por sua vez, consta que a Coleção Pastoral, lançada em 1970, que inclui peças compostas em *patchwork* de rendas brasilei-

5. Para uma ampla consulta a todo o material (ampliado e atualizado), cf. o BNM DIGIT@L. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 12 out. 2021.

6. Disponível em: www.zuzuangel.com.br. Acesso em: 12 out. 2021.

ras variadas em tonalidade bege (vindas do Nordeste), tenha sido uma espécie de homenagem às pastorais de D. Paulo Evaristo Arns, além de ter como referência as pastoras propriamente ditas. Além disso, no mesmo site, pode ser encontrado também um bilhete, de 1973, escrito pelo Cardeal Arns, notificando a recepção de uma mensagem de Zuzu Angel, acompanhada de documentação (provavelmente sobre a morte e desaparecimento do filho), que atesta esse frutífero contato entre a estilista (a artista profeta) e o cardeal (o profeta artífice de um novo mundo, novos tempos):

Não é possível, que o sacrifício de um jovem seja inútil à História de um País que tanto precisa de jovens. Nossa Senhora teve consolo de apertar em seus braços o cadáver do Filho torturado, e ainda ensanguentado. E é ela que transmitirá à mãe de Stuart um consolo, se possível, nesta terra. Nossa história, e o Deus da História, nos confiam a tarefa de lutarmos pelos direitos humanos dos jovens e das mães.⁷

Em sua busca desesperada pelo filho desaparecido, Zuzu Angel foi a D. Paulo – que a consolou com palavras muito confortadoras, a despeito de não poder resolver concretamente a situação. O acolhimento do cardeal foi, para ela, que se sentia como uma das mães de mártires – “essas malucas que procuram *desaparecidos*” – muito significativo: “Pelo menos há alguém importante, um cardeal, que responde ao apelo das vítimas – D. Paulo Evaristo Arns. E ele não esquece de dar o nome do meu filho quando se fala em torturados e desaparecidos. E sei que nunca deixou de rezar por nós” (In: VALLI, 1986, p. 44). D. Paulo se referia ao conforto divino para além da história, mas tratava também de justiça no aqui e agora.

A Igreja de D. Paulo foi, certamente, um dos locais em que a espiritualidade da libertação latino-americana deixou mais visivelmente os traços de seu rosto profético, porque nascida da experiência espiritual concreta de agentes de pastoral (religiosos e leigos) que, indo ao mundo, segundo orientação do Concílio Vaticano II, descobre a face sombria da modernidade. Os vários estudos sobre a situação do sujeito latino-americano, lembra-nos o *Documento de Medellín*

7. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br/documental/carta-original-de-d-paulo-evaristo-arns>. Acesso em: 13 out. 2021.

(1.1), descrevem a miséria que marginaliza grandes grupos humanos. A justiça, conforme denúncia o mesmo documento no capítulo que abre a primeira parte, sobre a promoção humana, não tem sido respeitada nos vários setores das comunidades nacionais. Faltam boas condições de educação e trabalho, igualdade de direito e de fato entre homem e mulher. Falta integração cultural. No campo econômico, “implantaram-se sistemas que encaram só as possibilidades dos setores com alto poder aquisitivo”, é frequente também a instabilidade política e falta solidariedade (*Med.*, 1.2).

Os problemas que citamos são apenas alguns dos muitos que fazem parte das contradições modernas enfrentadas na América Latina. Elaborado segundo o método *ver, julgar, agir*, o *Documento de Medellín* aponta muitos outros problemas que constituem a face perversa da modernidade na periferia do mundo. Acolhendo o espírito do Concílio traduzido em termos latino-americanos pelos bispos reunidos em Medellín, certas lideranças da Igreja Católica, D. Paulo incluído, começaram a implementar uma pastoral orientada “pela justiça e pela solução dos problemas sociais que deveriam ser considerados sob a ótica cristã, na qual o homem ocupa o primeiríssimo lugar” (ARNS, 2001, p. 110).

O espírito missionário insuflado pelo Vaticano II e por Medellín provocou um deslocamento que, segundo Gustavo Gutiérrez (1984, p. 13), significou um *kairós*: “Todo um povo se pôs em marcha para construir um mundo no qual as pessoas sejam mais importantes que as coisas, todos possam viver com dignidade”. Solidários com as vítimas, sacerdotes, religiosas, religiosos, leigos e leigas agentes de pastoral descobrem, na convivência com os pobres, na solidariedade com os sofredores, os sinais da presença de Deus no meio do mundo. Como salienta o Cardeal Arns (2001, p.121), a partir de sua experiência de pastor na Arquidiocese de São Paulo, no exercício da implantação de uma ação de emergência recomendada pelo Papa João XXIII para a América Latina, uma grande vitalidade reanimou as lideranças em sua atuação pastoral:

Nada pode reanimar tanto o vigário e os colaboradores leigos quanto a possibilidade nova que lhes é oferecida para cumprir sua função profética, na palavra, sua função sacerdotal, na oração e no oferecimento da vida, e sua função régia no

serviço, ou seja, na transformação do lugar e da sociedade em que vivem.

A “Operação-Periferia” fez parte desse movimento pastoral e profético; motivada pela Campanha da Fraternidade de 1972, constituiu-se na mobilização de recursos humanos e cristãos em favor dos marginalizados da cidade de São Paulo, que na época recebia milhares de brasileiros vindos de outros estados, “despreparados para a vida urbana e incapazes de inserir-se numa sociedade industrializada” (ARNS, 1978, p. 89). Esperava-se com essa mobilização atingir, a longo prazo, uma “vivência fraterna e espírito de colaboração com todo o Brasil, ampliando a Operação Periferia até a ajuda de São Paulo à Amazônia” (ARNS, 1978, p. 89).

Além disso, nos anos de grande repressão política, a atenção à periferia envolveu a busca de meios jurídicos para oferecer socorro às vítimas do regime ditatorial que se encontravam nas prisões, estavam desaparecidas ou sofrendo torturas. Formou-se, então, a “Comissão de Justiça e Paz”, que fez da cúria de São Paulo um polo de atração de refugiados de vários estados brasileiros e até de outros países latino-americanos. “O povo acordara para a sua libertação”, lembra D. Paulo (ARNS, 2001, p. 209), e fazia propostas de ação para um país mais justo. A pastoral dos Direitos Humanos “predominava nas reuniões episcopais onde os problemas mais oprimiam a alma e a iniciativa do povo” (ARNS, 2001, p. 209). Neste memorial, o Cardeal faz questão de destacar a presença do reverendo Jaime Wright – a demonstrar a necessária abertura da espiritualidade da libertação ao ecumenismo.

Como mostram os exemplos que destacamos, a espiritualidade da libertação é fruto de uma *práxis* que dá novo sentido, mais objetivo, à caridade. Segundo Gutiérrez (1984), a verdadeira caridade não deve partir do dever subjetivo de praticar o amor, mas das necessidades concretas do outro. Sendo respeitosa ao próximo, “deve partir de uma análise de sua situação concreta e de suas exigências” (GUTIÉRREZ, 1984, 119). Deve ter a preocupação com a busca da eficácia, pois a luta contra a injustiça exige análise adequada de suas causas e do eventual tratamento. Mas a busca de eficácia deve estar envolvida na confiança

que o poder vem de Deus, pois é quem atribui nova vigência à vivência da gratuidade. A experiência é do poder de Deus que envolve os sujeitos, ao mesmo tempo em que solicita deles um compromisso real e eficaz. A alternativa transformadora – profética e artística –, que se busca com o máximo esforço humano, também se experimenta como dádiva divina.

A espiritualidade da libertação que se encarnou na Igreja latino-americana, podemos acrescentar, não foi uma experiência isolada. O ímpeto profético, uma de suas características marcantes, esteve presente em outros lugares do mundo – noutras formas de teologias e espiritualidades – e em vários setores das sociedades (para além das fronteiras eclesiais). Segundo o escopo deste artigo, afirmamos que se manifestou de forma admirável na arte, como atesta a obra de Zuzu Angel.

2. A trajetória artística de Zuzu Angel: o primeiro desfile político do mundo

Nascida em Minas Gerais, como já mencionamos, Zuzu Angel foi casada com Norman Angel Jones, cidadão estadunidense, com quem teve um filho, o primogênito Stuart Edgar Angel Jones, e duas filhas (Hildegard e Ana Cristina). Começou sua carreira trabalhando como costureira, com grande potencial criativo e veia empreendedora, projetou-se como figurinista; sua produção, autenticamente brasileira, causou grande impacto no exterior, começando por Nova Iorque, onde mantinha um escritório.⁸

A inspiração de Zuzu Angel eram flores e pássaros, moda leve, mas, ao mesmo tempo, ousada. Na contramão de uma certa moda brasileira muito dependente da francesa, trabalhava com referências nacionais: “Misturava estamparias nos vestidos, xadrez com *pois*, desfilava noivas de calças compridas [...], lançava renda do norte, fazia roupas de chita com rendão. Costurava pedras semipreciosas de Minas nos vestidos [...], aproveitava o folclore” (In: VALLI, 1986, p. 21). Era aplaudida no exterior e atendia clientes da elite brasileira e grandes estrelas do cinema americano. Sua arte, entretanto, ganhou um novo rumo com o desa-

8. Sobre a trajetória profissional de Zuzu Angel, cf. Priscila Andrade (2009).

parecimento do filho – para fazer surgir uma alternativa contra a consciência hegemônica.

Eu sou uma mineira jeca. Agora virei uma negociista (nisto puxei meu tio e padrinho Oscar). Só penso em trabalhar e ganhar dinheiro para dar o melhor aos meus filhos, principalmente depois que o pai deles me deixou e foi fundar um orfanato para criar os filhos das outras.

Agora tenho que entrar nessa política e virar militante. Que jeito? A procura do meu filho, e depois dos filhos das outras, me envolveu completamente. [...] Como não viver o drama das outras mães que não tinham coragem ou, às vezes, nem tinham dinheiro para sair pelo mundo gritando, como eu fazia para procurar meu filho desaparecido, isso é, assassinado na tortura? (In: VALLI, 1986, p. 31-32).

Em sua busca obcecada pelo filho, conheceu a verdadeira história do Brasil posterior ao golpe militar: “Começo a aprender nessa escola, em conta-gotas, em que cada gota dói e queima. Que é tortura? Existe tortura?”; e toma consciência da ilusão que não é só sua: “Eu, na minha santa ignorância. Fazendo moda, vestidinho com flor e passarinho. Moda alegre, descontraída. Moda liberdade. [...] A moda como uma força viva de expressão e comunicação” (In: VALLI, 1986, p. 34). Solidariza-se com tantas mães que, como ela, estavam enfrentando a truculência do sistema montado para imprimir a moços e moças, operários, padres e ministros religiosos, mulheres grávidas a morte-suplício, usando da “arte de reter a vida no sofrimento, dividindo-a em mil mortes até acabar. Milhares de agonias até morrer” (In: VALLI, 1986, p. 34). Por caminhos transversos, soube que o filho teria sido arrastado, com os braços presos a um jipe e com a boca próxima ao escapamento, na Base Aérea do Galeão; o drama, afirma sua filha Hildegard (In: VALLI, 1986), não matou seu ímpeto criativo. Intensificou a linha dos passarinhos e dos anjinhos, figuras com as quais trabalhou de forma incrivelmente imprevisível em seu icônico desfile-protesto, o primeiro dessa categoria realizado no mundo.

Em setembro de 1971, ano da morte de seu filho, Zuzu Angel lançou uma coleção com um desfile na residência do cônsul do Brasil em Nova Iorque. Dividida em três partes, apresentava, na primeira, roupas descontraídas para via-

gens, férias e lazer. A segunda foi dedicada a roupas para ocasiões especiais, vestidos esvoaçantes em sedas e organzas. Por último, apresentou seu protesto político por meio de vestidos brancos com modelagem ampla, bordados com desenhos de traços singelos e infantis, mas com clara referência à violência e ao desrespeito aos direitos humanos praticados no Brasil: anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás das grades, jipes, quepes, tanques de guerra, canhões.⁹ O tema do luto dominou alguns dos figurinos e, no fim do desfile, a própria Zuzu Angel se apresentou com um vestido longo preto, adornado com um cinto com muitas cruzes e usando um anjo de porcelana no pescoço.¹⁰

Neste marcante evento, aparece claramente a força profética da arte de Zuzu Angel. Fazendo uso de linguagem simbólica, grita com elegância contra a truculência com que se vitimavam os mais fragilizados no Brasil. Coloca os holofotes da moda apontados para desenhos infantis em tecidos esvoaçantes que falam para “aquele que tem ouvidos para ouvir” (Mc 4,9) sobre as coisas que aconteciam por baixo dos panos da ditadura militar. Por certo, como elabora Kandinsky (1966), abre passagens no paredão de pedras – que atravanca não apenas o seu caminho, mas o de tantas pessoas que se envolveram na luta por uma vida melhor. Com destreza admirável, usa de imagens delicadas para mostrar a feiura e a sombra, *sem medo da lama e nem da cruz* (TARKOVSKI, 1998).

A luta de Zuzu Angel continuou até sua morte prematura em 1976. Lançou várias coleções, assumindo o anjo como marca identificadora de seu trabalho. No entanto, “a sua força mental”, comenta Hildegard, seria empregada na documentação e na denúncia da morte do filho: “Peregrinava de casa em casa, procurava as pessoas influentes. Ela própria começou a escrever, com sua ação, a história do filho mártir. Queria deixar bem documentada a importância do seu sacrifício” (In: VALLI, 1986, p. 22).

Assim como os agentes de pastoral movidos pela espiritualidade da libertação, Zuzu Angel realizou um êxodo. Saiu do seu lugar de empresária bem-

9. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br/clothes/political-protest-dress-long-sleeve>. Acesso em: 12 out. 2021.

10. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/xale-luto-de-zuzu-conjunto-com-vestido-lencio-cinto-e-colar>. Acesso em: 12 out. 2021.

-sucedida e se colocou ao lado das vítimas, solidarizando-se, como vimos, com o drama de outras tantas mães que, sem coragem nem dinheiro, não podiam gritar como ela. Podemos dizer que fez de sua causa pessoal uma *práxis* libertadora. Com sua postura obstinada, firme e corajosa, inspirou, como testemunhou Nilo Baptista (então presidente da OAB do Rio de Janeiro), a luta pela justiça em prol de liberdade, vida e felicidade.

A figura admirável de Zuzu Angel dominava as audiências de julgamento. Vestida de preto, com uma mantilha também preta sobre os ombros pequenos, suas feições transmitiam uma serena obstinação, uma firmeza desafiante que a convertiam num autêntico órgão acusador daquelas sessões judiciais. Ela, sim, formulava, em seu silêncio, uma formidável acusação de tortura e de morte, que remarcava toda a discussão do processo. A última vez em que estive com ela foi uma semana antes de sua morte, em minha casa. Sua tenacidade se desdobrava, então, na denúncia internacional do martírio de Stuart. Ela o absolveu nos três processos.

Onde quer que esteja, junto a seu filho querido, Zuzu Angel nos inspira a não nos determos jamais diante do arbítrio e do autoritarismo, e a tentar construir uma Justiça para a liberdade, a vida e a felicidade (In: VALLI, 1986, p. 68).

Podemos dizer que também foi assim a luta pelos direitos humanos empreendida pela pastoral de D. Paulo Evaristo Arns, impulsionada pela espiritualidade da libertação. Os caminhos da artista e do profeta se entrecruzaram não somente pelas verdades que compartilhavam, mas de fato pelas lutas que empreenderam.

Conclusão

No centenário do nascimento de D. Paulo, optamos também por fazer memória do centenário de Zuzu Angel – correlação (ou sincronicidade) que não pode simplesmente passar despercebida, pois se impõe. São duas figuras nacionais que marcaram a história do Brasil – e da humanidade – com palavras e atitudes artísticas e proféticas (de intervenção propriamente dita). Habitantes de diferentes mundos, usando diferentes linguagens, cruzaram-se numa luta comum pelos direitos humanos – de cada pessoa e de todas elas.

Como se pode constatar, retomando essas memórias, são duas presenças reveladoras do anseio de libertação que aflora na América Latina, assolada que

estava por regimes ditatoriais na segunda metade do século passado – e que ainda não deixaram de existir em alguns países e, noutros casos, ameaçam voltar –, e obrigada a atravessar a face escura da modernidade. Com certeza, cada qual a seu modo, D. Paulo e Zuzu Angel apontam a presença de Deus no meio do mundo, sofrendo ao lado das vítimas e conferindo forças de ressurreição.

É preciso desfilar a arte contra a morte, caso contrário, desfiles de morte podem acabar por silenciar a arte, a profecia, a esperança. É preciso desfilar a arte como resistência, para que a política de morte nunca mais se repita. “Brasil: nunca mais”!

Referências

- ANDRADE, Priscila. A marca do anjo: a trajetória de Zuzu Angel e o desenvolvimento da identidade de sua grife. *Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte*. São Paulo, v. 2, n. 2, out./dez. 2009, p. 85-119. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiaara/wp-content/uploads/2015/01/05_IARA_vol2_n2_Dossie.pdf. Acesso em: 15/09/2021.
- ARNS, P. E. *Da esperança à utopia*: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- ARNS, P. E. *Em defesa dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Brasília Rio, 1978.
- BRASIL: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRUEGGEMANN, W. *A imaginação profética*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documentos do CELAM*: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus: 2004.
- CUNHA, M. N. Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil. *Lumina*, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21143>. Acesso em: 13 out. 2021.
- GUTIÉRREZ, G. *Beber do próprio poço*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- KANDINSKI, W. *Do espiritual na arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

- RODRIGUES, S. G. F.; RODRIGUES, R. G. Lamento angelical em Angélica.
In: CAVALCANTE, R. *Essas Mulheres: o protagonismo da mulher nas canções de Chico Buarque*. São Paulo: Recriar, 2021. p.175-186.
- TARKOVSKI, A. A. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VALLI, V. *“Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho”*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

Depoimento de Dom Angélico Bernardino Sândalo sobre Dom Paulo Evaristo Arns

Meus irmãos e minhas irmãs,

Solicitado, ofereço, dando graças a Deus, meu testemunho pessoal sobre Dom Paulo Evaristo nas comemorações de seu centenário de vida. Faço-o na qualidade de seu irmão e amigo com quem tive a graça de trabalhar como Bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo por mais de vinte anos.

Dom Paulo formou com seus Bispos auxiliares verdadeira comunidade, família, de pastores, amigos e irmãos. Vivemos no tempo do pastoreio de Dom Paulo verdadeira Igreja sinodal, comunitária, congregando os Bispos, presbíteros, religiosos, religiosas, leigos e leigas. Ele ouvia a todos e as grandes decisões, prioridades, pastorais eram tomadas depois de ouvidas as Assembleias diocesanas, os diversos Conselhos. Conosco seus Bispos auxiliares faziam reuniões mensais, oportunidade em que rezávamos unidos e conversávamos sobre a Igreja em todos os níveis.

Dom Paulo com excelente formação bíblico, teológica, humanística, evangelizou pelo testemunho de vida, palavras, entrevistas aos meios de comunicações sociais, artigos e numerosos livros.

Dom Paulo, SACERDOTE, foi pessoa de intensa vida de oração, contemplação. Ardoroso discípulo de

Revista de Cultura
Teológica

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

Jesus, centralizou a vida na Eucaristia e alimentou-a com a Palavra de Deus.

Dom Paulo, PASTOR, foi ao encontro de todos privilegiando evangelicamente os pobres, abandonados. Vendeu o Palácio Episcopal indo residir em casa simples e destinou a venda à construção de centros comunitários nas periferias da metrópole. Foi grande incentivador de Igreja em saída, missionária. Apoiou decididamente as Comunidades Eclesiais de Base. Dinamizou a ação pastoral de leigos e leigas, fortalecendo os ministérios conferidos a leigos e religiosas.

Dom Paulo, PROFETA, sofreu perseguição por amor à justiça. Tinha fome e sede de justiça. Nos árduos tempos da ditadura militar, acolheu presos políticos, seus familiares, exilados. Defendeu a liberdade das pessoas, sua dignidade e vida. De maneira firme aprovou, defendeu, as pastorais sociais. Acolheu a Doutrina social da Igreja colocando-a em prática. Em seu profetismo, sempre se fez portador da Boa Nova de JESUS: todos são filhos do mesmo PAI e portando irmãos, devendo amar-se e organizadamente trabalharem para que o PÃO seja comum a todos em economia solidária.

Em todas as circunstâncias, Dom Paulo deu testemunho de comunhão com o Papa, CNBB, Igreja na América Latina e mundo, sendo aberto também ao diálogo ecumênico e inter-religioso.

Dou graças a Deus por ter convivido, trabalhado, com este grande irmão, amigo e pastor. Tenho insistido que a melhor maneira de a Igreja arquidiocesana de São Paulo comemorar seu centenário reside em concretizar seus sempre urgentes ensinamentos e testemunho de sacerdote, pastor e profeta.

Que Dom Paulo Evaristo continue, lá do céu, a nos abençoar, animando-nos para que, em toas as circunstâncias, tenhamos coragem vivendo de esperança em esperança, na esperança sempre.

D. Angélico Sândalo Bernardino
Ex. Bispo auxiliar de São Paulo. S.P.
Bispo emérito de Blumenau, S.C.

Depoimento de frei Betto

20 de janeiro de 1970. Dom Paulo Evaristo Arns obteve, enfim, permissão para visitar os frades dominicanos encarcerados no Presídio Tiradentes, em São Paulo, acusados de “terroristas” por participarem da resistência à ditadura militar. Franciscano, o bispo auxiliar do cardeal Agnelo Rossi, era responsável pela Pastoral Carcerária. Diante do diretor do presídio, narramos ao prelado nossas prisões, torturas, interrogatórios e ameaças recebidas.

21 de outubro de 1970. O papa Paulo VI declarou que a tortura como método de interrogatório se espalhava pelo mundo como uma epidemia, sem referência direta ao Brasil. Citou, porém, “um grande país” no qual se aplicavam “torturas, isto é, meios policiais cruéis e desumanos para extorquir confissões dos prisioneiros”. Acrescentou que esses meios “devem ser condenados abertamente.”

22 de outubro de 1970. Ao desembarcar em Guarulhos, procedente de Roma, o cardeal Agnelo Rossi, presidente da CNBB, declarou que “no Brasil não existe perseguição religiosa, e sim uma campanha de difamação dirigida do exterior contra o governo brasileiro”. Segundo o cardeal, ao condenar a tortura, o papa não se referia ao Brasil.

Na tarde do mesmo dia, Dom Rossi foi destituído pelo Vaticano do arcebispado de São Paulo e nomeado prefeito da Congregação de Evangelização dos Povos, em Roma. No mesmo ato, o papa nomeou Dom Paulo



Evaristo Arns para sucedê-lo à frente da arquidiocese paulistana.

23 de outubro de 1970. Recebemos, no Presídio Tiradentes, a visita de Dom Paulo. Concedeu-nos a honra de sua primeira visita pastoral como novo arcebispo. Dali partiu para o retiro que antecedia a sua posse, a 1º de novembro de 1970.

21 de novembro de 1970. Fomos despertados às seis da manhã pela visita de Dom Paulo. Veio celebrar conosco no Presídio Tiradentes. O altar, um caixote vazio de maçãs; o cálice, um copo americano; o templo, uma cela apertada; os fiéis, prisioneiros políticos.

Janeiro de 1971. Dom Paulo denunciou a prisão do padre Giulio Vicini, e da agente pastoral Yara Spadini. Os dois foram torturados no DEOPS ao serem encontrados com manifestos de protesto contra a morte do operário Raimundo Eduardo da Silva – assassinado quando se achava recolhido ao Hospital Militar à disposição das autoridades policiais. O arcebispo invadiu a repartição e conseguiu avistar-se com os dois, que lhe mostraram as marcas das sevícias. Indignado, mandou afixar em todas as paróquias da arquidiocese nota em defesa dos presos e de denúncia das torturas sofridas.

5 de maio de 1971. No Palácio do Planalto, o general Médici recebeu Dom Paulo, que lhe relatou casos de torturas. O ditador, com a rispidez que o caracterizava, não se fez de rogado e reiterou: “Elas existem e vão continuar porque são necessárias. E a Igreja que não se meta, porque o próximo passo será a prisão de bispos...”

23 de dezembro de 1971. À tarde, hora das visitas, Dom Paulo foi ao Presídio Tiradentes. Percorreu cada uma das celas. Demos a ele uma grande cruz de couro – a *Comenda do Cárcere* – pirografada com versículos do Evangelho, trechos do *Documento de Medellín* e nomes de todos os revolucionários assassinados. Gravamos: “O Bom Pastor é aquele que dá a vida por suas ovelhas.”

12 de maio de 1972. Dom Paulo, nosso mediador na greve de fome coletiva, esteve na Penitenciária do Estado, onde nos encontrávamos misturados aos presos comuns. Não nos permitiram vê-lo. Segundo o diretor, só poderíamos falar com os advogados. Porém, soubemos que o arcebispo advertiu-o de que está

historicamente comprovado que medidas de isolamento carcerário geralmente precedem a eliminação física...

Em encontro com o juiz Nelson Guimarães, do Tribunal Militar, o arcebispo questionou-o: “O senhor sabe que é responsável pela vida dos presos?” O juiz auditor assentiu: “Assumo a responsabilidade se vierem a morrer.” Dom Paulo retrucou: “Meu filho, assume dois ou três dias. Depois, não assume mais. Sua consciência passa a martirizá-lo. E que contas dará o senhor perante si mesmo e perante Deus?” O juiz respondeu de cabeça baixa: “O senhor tem razão.”

Vladimir Herzog suicidado. Dom Paulo decidiu celebrar missa solene na catedral da Sé em homenagem a ele. Judeus que apoiavam a ditadura tentaram demover o cardeal: “Por que missa para Herzog? Era judeu!” Dom Paulo respondeu: “Jesus também.”

O cardeal Paulo Evaristo Arns era um dos homens mais corajosos que conheci. Imbuído da fé que caracterizou seu patrono e modelo, Francisco de Assis, jamais pensou no próprio sucesso. Sua vida dedicada ao próximo veio a público, com riqueza de detalhes, na obra *Dom Paulo Evaristo Arns – um homem amado e perseguido* (Vozes), de Evanize Sydow e Marilda Ferri.

Se a história da independência do Brasil não pode ignorar Tiradentes, nem o movimento ecológico Chico Mendes, a resistência à ditadura que nos governou 21 anos deve muito à figura ímpar de Dom Paulo. O mesmo cuidado amoroso que São Francisco dedicava aos pobres e à natureza, Dom Paulo estendeu às vítimas da repressão.

O livro *Brasil: Nunca mais* (Vozes) é uma radiografia irresponsável da ditadura, graças à iniciativa de Dom Paulo e do pastor Jaime Wright, que promoveram uma devassa nos arquivos da Justiça Militar. Analisaram o conteúdo de mais de um milhão de páginas de processos políticos. A anistia “recíproca”, uma aberração jurídica, ainda evita que torturadores e assassinos paguem por seus crimes praticados durante o regime militar. Mas, graças a esses dois pastores, não se apagarão da memória brasileira o terror de Estado e o sofrimento de milhares de vítimas.

Dom Paulo Evaristo Arns rezou, com a vida, a oração de São Francisco de Assis, adaptada aos nossos tempos: “Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz. Onde houver... repressão e pobreza, que eu leve liberdade e justiça.”

Frei Betto é escritor, autor do romance “Um homem chamado Jesus” (Rocco), entre outros livros. Livraria virtual: freibetto.org

Da justificação e a fé como evento escatológico enquanto obediência e decisão fundada no ato da Graça de Deus segundo a Teologia do apóstolo Paulo em Rudolf Bultmann

Of justification and faith as an escatological event while obedience and decision founded in the act of the God's Grace according to the Theology of the apostle Paul in Rudolf Bultmann

**Luiz Carlos Mariano Da Rosa*

Resumo

Baseado no pensamento teológico de Bultmann e na sua hermenêutica existencialista, o artigo se detém na justificação e na sua relação com a fé como evento escatológico enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de Deus segundo a teologia do Apóstolo Paulo. Dessa forma, o artigo assinala que, consistindo a justiça de Deus em uma possibilidade para os ouvintes da pregação diante do caráter absoluto do domínio exercido pelo poder do pecado em um processo que subjuga todos os seres humanos à escravidão e implica a impossibilidade de justificação diante de Deus por intermédio das obras da Lei, a fé enquanto obediência e decisão constitui o evento escatológico em uma construção que a encerra como o *novo caminho salvífico* que, emergindo como a lei da fé, se contrapõe à lei das obras, convergindo para a justificação enquanto justiça de Deus. Assim, se a fé é uma concessão de Deus em um movimento que encerra a ideia de predestinação, tal caracterização não implica, contudo, uma operação que dispense o ser humano da responsabilidade do

^{*}Doutorando em Filosofia pela Selinus University of Science and Literature (UNISELINOS – Londres / Inglaterra). Professor-Pesquisador e Filósofo-Educador na ONG Espaço Politikón Zóon (EPZ - São Paulo). Contato: marianodaroaletras@gmail.com

Texto enviado em
04.01.2022

Aprovado em
13.01.2022

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

ato de decisão, mas consiste no fato de que a referida possibilidade mantém dependência absoluta da graça de Deus e, dessa forma, constitui um evento no qual a decisão não pode emergir senão como dádiva de Deus.

Palavras-chave: Rudolf Bultmann; Apóstolo Paulo; fé; justificação; graça de Deus

Abstract

Based on Bultmann's theological thinking and his existentialist hermeneutics, the article focuses on justification and its relation with faith as an eschatological event as obedience and decision founded on the act of the God's grace according to the theology of the Apostle Paul. Thus, the article points out that, consisting of the God's justice in a possibility for the listeners of the preaching before the absolute character of the dominion exercised by the power of sin in a process that subjugates all human beings to slavery and implies the impossibility of justification before of God through the works of the Law, faith as obedience and decision constitutes the eschatological event in a construction that encloses it as the new salvific path that, emerging as the law of faith, opposes the law of works, converging to justification as God's justice. Thus, if faith is a concession from God in a movement that contains the idea of predestination, such characterization does not imply, however, an operation that exempts the human being from the responsibility of the decision-making act but consists in the fact that the referred possibility it maintains absolute dependence on the God's grace and, thus, constitutes an event in which the decision can only emerge as a gift from God.

Keywords: Rudolf Bultmann; Apostle Paul; faith; justification; God's grace

Aspectos Introdutórios

Se o Apóstolo Paulo encerra a condição histórica de fundador da teologia cristã, segundo Rudolf Bultmann, que atribui um papel determinante ao seu trabalho de transformação dos elementos teológicos que, inter-relacionados, se mantinham subjacentes ao querigma da igreja do cristianismo helenista, a justificação emerge como o conceito principal da teologia do Novo Testamento de Bultmann em uma construção que, baseada na oposição da perspectiva do Apóstolo Paulo em relação à Lei e às obras que prescreve e à ideia de que Deus não toma o pecador como inocente, nem tampouco o declara como tal, converge para as fronteiras que assinalam a justificação dos pecadores enquanto ato salvífico da graça de Deus que traz a fé enquanto obediência e decisão e guarda raízes na justiça de Deus.

Dessa forma, se justificar, de acordo com a terminologia jurídica do Antigo Testamento, consiste no ato do juiz que declara a inocência de um indivíduo, absolvendo-o no tribunal, a justificação constitui-se um reconhecimento do direito e da honra conferida ao indivíduo em sua inocência através do pronunciamento implicando um julgamento justo, alcançando a condição de uma espécie de perversão à medida em que o sujeito absolvido é propriamente culpado, convergindo para uma construção que, em virtude do contexto histórico-cultural do direito hebraico, guarda, em última instância, sentido negativo, haja vista que se circunscreve à declaração de que um determinado indivíduo não é culpado.

Se a justificação encerra absolvição e perdão do pecado através de uma construção teológico-forense que converge para as fronteiras que assinalam a incompatibilidade absoluta envolvendo justiça e pecado, é a concepção do Apóstolo Paulo acerca do pecado e da condição do ser humano em relação ao poder do pecado que possibilitará a elaboração de uma doutrina capaz de mostrar a impotência total do ser humano de alcançar justiça diante de Deus enquanto justificação se não for por intermédio do próprio Deus, na medida em que até a Lei se torna inoperante e ineficaz em um movimento que demonstra que a obediência que lhe é devida e a realização das obras que prescreve consistem em observâncias que, resultando na pretensão dos praticantes no sentido de assegurar por si mesmos, pelas suas próprias forças e recursos, a justificação como autojustificação, não guardam equivalência concernente à fé, que se impõe como um princípio irreconciliável no tocante às obras da Lei.

Nesta perspectiva, baseado no pensamento teológico de Bultmann e na sua hermenêutica existencialista, o artigo se detém na justificação e na sua relação com a fé como evento escatológico enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de Deus segundo a teologia do Apóstolo Paulo através de uma construção que recorre aos principais especialistas e pesquisadores do Novo Testamento, tais como Helmut Koester, Werner Georg Kümmel e Leonhard Goppelt, principais representantes do método histórico-crítico, além de Herman Ridderbos e a sua obra fundamental envolvendo o Apóstolo Paulo, a saber, “A teologia do apóstolo Paulo”.

Dessa forma, o artigo se detém na condição do ser humano em relação ao pecado segundo o Apóstolo Paulo em Bultmann, assinalando o caráter absoluto do domínio exercido pelo poder do pecado em um processo que subjuga todos os seres humanos à escravidão e se lhes atribui a condição de carnis através de uma construção teológica que concebe a entrada do pecado no mundo pelo pecar e converge para sublinhar que a transgressão ou a desobediência de Adão consiste na transgressão do mandamento divino em um movimento que implica o despertamento do pecado que trazia em si em estado latente, como possibilidade.

Se a obediência aos mandamentos de Deus e boas obras convergem para as fronteiras da “justiça” em uma construção teológico-religiosa que atribui a condição de “justo” ao judeu cujo esforço se impõe no sentido de cumprir as prescrições e observâncias da Lei, Bultmann salienta que o Apóstolo Paulo defende a “justiça de Deus” como objeto de revelação que se mantém à parte da Lei em um processo que se contrapõe à justiça que traz como fundamento a Lei, tendo em vista o caráter pecaminoso da própria atitude que encerra a tentativa de garantir a justiça por intermédio das obras e sob a acepção de um direito enquanto resultante de sua realização.

Nesta perspectiva, o artigo assinala a impossibilidade de justificação diante de Deus por intermédio das obras da Lei em uma construção teológica que se contrapõe ao judaísmo e à atitude pecaminosa característica que emerge no cumprimento dos mandamentos e na realização das obras que prescreve enquanto produção ético-religiosa capaz de proporcionar justificação, na medida em que a justiça de Deus consiste em um puro presente, convergindo para as fronteiras que encerram como razão da justificação a graça de Deus em um processo que, concomitantemente com a fé, se contrapõe às obras da Lei.

Dessa forma, detendo-se na fé enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de Deus segundo a teologia do Apóstolo Paulo em Bultmann, o artigo mostra que, se a graça constitui um ato escatológico e evento escatológico que encerra uma ação de Deus em sua absoluta liberdade, consistindo em um acontecimento que demonstra a absoluta incapacidade do ser humano e a sua total impotência diante de si mesmo no sentido de alcançar a sua própria salvação,

o ato salvífico de Deus implica fé enquanto obediência que em sua autenticidade, se sobrepõe ao caráter de uma obra, escapando ao sentido que os escritos rabínicos atribuíam, inclusive, ao exemplo de fé de Abraão, como fé nas promessas enquanto obra da Lei.

Assim sendo, o artigo sublinha que, de acordo com o pensamento teológico do Apóstolo Paulo, segundo Bultmann, a fé consiste em renúncia às obras e encerra obediência em sua radicalidade e o ato de decisão em um movimento que se sobrepõe à justiça própria e converge para as fronteiras que implicam a justiça de Deus através de uma concepção de justiça que, sob a égide escatológico-forense, se impõe ao ser humano imediatamente, no tempo atual ou *no presente*. Tal concepção se contrapõe ao judaísmo e a sua perspectiva de justiça enquanto um *bem da esperança* em um movimento que guarda correspondência com a obediência à Lei e à realização das obras que prescreve, haja vista que, segundo o Apóstolo Paulo, a justiça de Deus constitui também uma *realidade atual*, na medida em que carrega em si tanto a *presentidade* quanto a futuridade em uma construção teológico-religiosa baseada na fé como evento escatológico em um processo que a encerra como o *novo caminho salvífico* que, emergindo como a lei da fé, se contrapõe à lei das obras.

Da condição do ser humano em relação ao poder do pecado segundo a teologia do Apóstolo Paulo em Bultmann

Se pecado é o almejar errado do ser humano e se ele consiste em conduzir a vida κατὰ σάρκα [segundo a carne], isto é, em viver a partir do criado, do natural-terreno e passageiro, então o pecado conduz à morte com necessidade implícita: εἰ κατὰ σάρκα ζῆτε, μέλλετε ἀποθνήσκειν [se viverdes segundo a carne, haveis de morrer] (Rm 8.13). (BULTMANN, 2008b, p. 307, grifos do autor)

Submetendo todos os seres humanos à escravidão, o domínio exercido pelo poder do pecado tem caráter absoluto, haja vista a condição de carnal do ser humano, o que implica uma qualificação que se sobrepõe ao *viver na carne*¹ en-

1. Cabe sublinhar que, segundo Herman Ridderbos, “Bultmann rejeita a visão de que sua idéia denota apenas a ‘natureza sensual’ do homem ou algo desse tipo. Antes, a ‘carne’ tipifica todo o modo de existência do homem. Em sua visão, ele parte do significado de “carne” como uma designação da esfera do visível, do ‘disponível’, aquilo que se encontra à sua ‘disposição’ (o tangível) e, assim, do transitório e temporal.” (RIDDERBOS, 2004, p. 110)

quanto “viver humano-natural” e converge para as fronteiras que envolvem *viver segundo a carne*², encerrando a noção de que a incapacidade da lei no sentido de criar vida guarda correspondência com a carne em virtude do viver em questão.

Se a condição de carnal do ser humano atribui ao pecado o caráter de latente, como possibilidade, a sua realização ou concretização implica a sedução no sentido de que queira obter a vida oferecida pela obediência total à Lei por intermédio de seu próprio esforço em uma construção que assinala que a intenção da exigência da lei e do seu mandamento, como no caso do “não cobiçarás”, é a libertação do ser humano do “querer dispor sobre si mesmo” (BULTMANN, 2008b, p. 311).

Por certo, o pecado não consiste na existência “carnal”, natural e transitória como tal, mas sim em permitir-se ser determinado pela “came”, como esta foi qualificada. Isso ocorre quando o homem vive “segundo a carne”, ou seja, permite-se ser tentado a buscar dentro dessa esfera da sua vida, sua felicidade e sua liberdade. O que está envolvido não é apenas o desejo de coisas materiais, mas também todo esforço no sentido de adquirir para si uma base para a vida, vantagens e mérito a partir daquilo que se encontra ao alcance das possibilidades humanas, e que o indivíduo tem à sua disposição. (RIDDERBOS, 2004, p. 110)

Sobrepondo-se ao caráter de uma maldição que desde os tempos primitivos se impõe a todos os seres humanos, a *universalidade do pecado* guarda raízes nas fronteiras do caráter de culpa do pecado enquanto experiência em uma construção teológica que escapa à concepção de uma universalidade que se impõe como uma qualidade inata ao ser humano através de um movimento que encerra uma sensualidade que emerge da sua matéria constitutiva, tornando-se irreduzível também à condição de consequência de uma fatalidade dos tempos primordiais, ambas as perspectivas correspondentes ao pensamento gnóstico.

2. Conforme explica Ridderbos, segundo Bultmann, “esse ‘viver segundo a came’ é a forma básica e a síntese do pecado humano. E, ao mesmo tempo, a miséria do homem. Tomando por base essa vida segundo a carne, o homem jamais pode ser ‘ele mesmo’, seu destino como homem, sua verdadeira ‘existência’. Torna-se escravo daquilo que ele pensou que poderia lhe oferecer segurança (*securitas*).” (RIDDERBOS, 2004, p. 110-111)

Detendo-se no fato da *universalidade do pecado*³, o Apóstolo Paulo elabora uma construção teológico-religiosa que, antepondo à sua exposição enquanto tal a expressão da justiça da fé sem obras⁴, não estabelece como fundamento uma causa que se imponha pela sua precedência ou anterioridade ao efetivo pecar do ser humano através de uma perspectiva que encerra a noção de que a dissidência em relação ao Criador enquanto pecado original traz como efeito punitivo o pecado sob a acepção de uma entrega da criatura ao pecado por Deus⁵, convergindo para uma disposição cuja tendência implica as faltas morais⁶. Dessa forma, escapando à matéria ou à fatalidade enquanto base originária, o pecado original, segundo Bultmann, implica a dissidência em relação a Deus em um movimento que envolve a sua repetição em cada momento do tempo presente diante da possibilidade do conhecimento de Deus que se dispõe ao ser humano em cada momento do tempo presente.

“Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, Rm 5.12, 1999, p. 1325). Concebendo a entrada do pecado no mundo pelo pecar, o Apóstolo Paulo assinala que a transgressão ou a desobediência de Adão consiste na transgressão do mandamento divino em um movimento que implica o despertar do pecado que trazia em si em estado latente, como possibilidade, convergindo para as fronteiras que encerram uma construção teológico-religiosa que escapa às ideias gnósticas, na medida em que não assinala uma causa que se imponha

3. Nesta perspectiva, cabe salientar que em Rm 5.12-19 o Apóstolo Paulo elabora uma construção teológica que, baseada no mito gnóstico, segundo Bultmann, deduz a universalidade do pecado do pecado de Adão e encerra a ideia do “pecado hereditário”, convergindo para a descrição da maldição que se impõe à humanidade adâmica.

4. Cf. Rm 1.18-3.20.

5. Cf. Rm 1.24-31.

6. “Para a doutrina judaica da pecaminosidade humana universal, é particularmente importante a ideia da predisposição para o bem e para o mal (*yêser*) dentro do homem. Estas são consideradas como sendo referentes à natureza humana e, portanto, criadas por Deus. É, então, a vocação moral de todo homem, por meio da força do pendor para o bem e com a ajuda da lei, vencer o pendor para o mal. No Manual da Disciplina da comunidade de Qumran essa doutrina pode ser encontrada na ideia de dois espíritos, um de luz e outro de escuridão, ambos criados por Deus, sendo que o homem se encontra posicionado entre os dois e compelido a escolher (1QS III, 13ss). Em outras passagens, fala-se de um gérmen ou raiz do mal que deve ser vencido pela lei.” (RIDDERBOS, 2004, p. 139-140)

pela anterioridade e seja instituída como fundamento do pecado de Adão (tal como a matéria constitutiva de Adão ou propriamente Satanás), e se sobrepõe à doutrina rabínica, haja vista que nem tampouco recorre ao “impulso mau” como sua base formal.

Convergingo para a condição de consequência de uma fatalidade em uma construção que escapa à responsabilidade da humanidade, o pecado da humanidade guarda correspondência com o pecado de Adão, constituindo-se uma derivação em um movimento que, dessa forma, atribui o caráter de pecadores aos seres humanos que pecam sob a acepção forense, não havendo possibilidade de imputação de culpa de acordo com o significado ético senão como ato culposos segundo a lei.

Dessa forma, se a obediência de Cristo implica a *possibilidade* da vida enquanto realidade que se impõe aos crentes pela fé, a transgressão ou desobediência de Adão converge analogamente para as fronteiras que encerram a possibilidade do pecado e da morte para a humanidade adâmica em um movimento cuja concretização guarda correspondência com o ato culposos responsável através de uma construção teológico-religiosa que se mantém sob a égide envolvendo a condenação universal da humanidade adâmica ao pecado e à morte⁷.

Como a vida humana é vida no convívio, a confiança mútua é destruída por *uma* só mentira e instala-se a desconfiança - e com isso o pecado; por *um* ato de violência se provoca violência como defesa e o direito é colocado a serviço do interesse do indivíduo como violência organizada - e assim por diante, como está pelo menos sinalizado no οὐκ οἶδατε ὅτι μικρὰ ζύμη ὅλον τὸ φύραμα ζυμοῖ; [não sabeis que um pouco de fermento leveda toda a massa?] (1Co 5.6). Assim cada qual se encontra num mundo em que cada um está preocupado consigo mesmo, cada um insiste em seu direito, cada um luta por sua existência, e a vida se torna uma luta de todos contra todos, ainda que essa luta seja conduzida de modo involuntário. (BULTMANN, 2008b, p. 315)

A co-responsabilidade de cada ser humano, eis o que se impõe por meio da transgressão concreta enquanto existência determinada pelo pecado hereditário

7. Cf. Rm 3.23.

e pela experiência que implica o nascimento nas fronteiras de uma humanidade que permanece sob a égide do erro como inclinação básica em uma construção teológico-religiosa que assinala a influência inescapável do pecado diante do qual o mandamento divino como um conteúdo que se dispõe à decisão que implica a obediência como autossuperação em um processo que guarda raízes, em última instância, em uma autocompreensão pecaminosa.

Da condição da justiça como justiça de Deus segundo a teologia do Apóstolo Paulo em Bultmann

Se para o judaísmo a condição para a justiça envolve a obediência à Lei e a consequente realização de obras que prescreve⁸, o Apóstolo Paulo defende a ideia da impossibilidade de justificação diante de Deus por intermédio das obras da lei através de uma construção teológico-religiosa que traz como base escriturística o exemplo historial de Abraão, o qual não obteve justiça por intermédio de suas obras senão pela fé, constituindo-se a prova que assinala a justiça que advém “à parte das obras da lei” e sob a fé e que implica “justiça da fé” e “justiça a partir de Deus na fé” em contraposição à “justiça com base na lei” e à “justiça a partir da lei”⁹.

Consistindo na atitude pecaminosa característica do judeu no cumprimento da lei através da realização das obras que prescreve, à vanglória o Apóstolo

8. “No judaísmo rabínico, a ‘justiça’ se identificava completamente com a conformidade à → Lei. Muitas das leis, mormente as leis cerimoniais, já não eram relevantes na forma em que estavam, mas, segundo os rabinos, tinham a intenção do treinar os homens na obediência e, especialmente, providenciar uma maneira para os homens adquirirem mérito aos olhos de Deus. A paixão pela obediência agora ficou transformada em esforço em prol do mérito, para garantir sua própria participação no reino de Deus. As obras de caridade e as obras de misericórdia eram consideradas especialmente meritórias, sendo que as primeiras (*sfdâqdh*) abrangiam tudo quanto podia ser feito mediante o gasto de dinheiro, tal como: alimentar os famintos, vestir os nus, dando de beber aos com sede, etc., enquanto as obras de misericórdia eram aquelas que exigiam um esforço, como, por exemplo: condoer-se com os enlutados, e visitar os que estão doentes ou encarcerados (cf. Mt 25:35-36).” (SEEBASS In: BROWN; COENEN, 2000, p. 1123-1124)

9. “Foi, porém, precisamente no assunto de *praticar* a Lei que Israel fracassara (Rm 9:31), porque o homem não pode fazer a vontade de Deus a não ser que a justiça de Deus tenha alcançado, dominado e envolvido completamente. Senão, o pecado usurpa a Lei (Rm cap. 7), e o homem está indefeso contra ele, porque o pecado não é primariamente maus atos ou más inclinações, mas, sim, a luta que o homem faz para merecer sua própria retidão e justificação (Rm 10:3). Sendo assim, somente o homem que morreu para o pecado e, portanto, é justificado (Rm 6:7) pode fazer a vontade de Deus (Rm 6:10).” (SEEBASS In: BROWN; COENEN, 2000, p. 1128)

Paulo contrapõe a fé como a sua renúncia radical em uma construção que converge para as fronteiras que encerram a impossibilidade de que a justiça se torne objeto de conquista do ser humano em virtude do seu esforço próprio, na medida em que escapa à condição de um direito que porventura se dispõe como resultado de sua realização, consistindo, em suma, em um puro presente¹⁰.

Caracterizando como razão da justificação a graça de Deus, esta, concomitantemente com a fé, se contrapõe às obras da lei, assim como à lei, convergindo para as fronteiras que assinalam que o recebimento da promessa guarda correspondência com a fé e a sua justiça, sobrepondo-se à lei sob cuja égide não há possibilidade de que se cumpra ou se concretize, na medida em que a lei produz ira em um movimento que tende à transgressão, confirmando que a promessa é *dada à fé* através de um processo que tem valor justamente por essa razão, *a partir da fé*, para que seja segundo a graça.

Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão (porque Abraão é pai de todos nós, como está escrito: Por pai de muitas nações te constituí.), perante aquele no qual creu, o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem. (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, Rm 4.16, 1999, p. 1324)

Sobrepondo-se à obrigação imposta por qualquer tipo de pretensão humana, a graça constitui um ato escatológico e evento escatológico que encerra uma ação de Deus em sua absoluta liberdade, tornando-se irreduzível ao caráter de uma mentalidade magnânima, convergindo para as fronteiras que assinalam a condição de origem da justiça em uma construção que encerra a anulação da graça em face da atitude do ser humano que por intermédio de suas realizações queira se vangloriar diante de Deus.

Contrapondo-se às obras enquanto práticas que encerram em si a fundamen-

10. Nesta perspectiva, Ridderbos defende que “pode-se determinar que para Paulo a luta do homem a fim de obter sua justificação diante de Deus por meio das obras da lei está condenada a fracassar não apenas porque o homem não é capaz de cumprir a lei conforme Deus requer dele, mas porque já é fundamentalmente pecaminoso o desejo de garantir para si próprio a retidão e a vida; na verdade, esse é o pecado humano *par excellence*.” (RIDDERBOS, 2004, p. 150)

tação de direitos diante de Deus, conforme pressuposto na relação com Deus instaurada pelo judaísmo através da exigência da obediência à Lei e aos seus preceitos, o Apóstolo Paulo sublinha a graça e o contraste envolvendo a obrigação e os méritos que representa em uma construção teológico-religiosa que assinala a impossibilidade de justificação do ser humano perante Deus, na medida em que tal processo tende a se tornar uma autojustificação, convergindo para as fronteiras que envolvem uma atitude que demonstra a intenção de subsistir por si próprio perante Deus.

Assim Bultmann, por exemplo, escreve que o significado histórico-redentor da lei consiste no fato de que ela leva o homem a pecar; não apenas, porém, porque estimula seu desejo pela transgressão, mas também por oferecer-lhe a oportunidade máxima de viver como um pecador ao converter sua resistência à lei na luta pela justificação própria por meio do cumprimento dos mandamentos. (RIDDERBOS, 2004, p. 152)

Escapando à condição que envolve a amabilidade e a bondade de Deus em um movimento que implica a sua manifestação diante da fraqueza do ser humano e da sua incapacidade de corresponder aos preceitos éticos e manter uma conduta condizente com os atributos gerais de Deus, a graça converge para as fronteiras que encerram a possibilidade de decisão em relação a Deus através da obediência da fé em uma construção que demanda a submissão absoluta e a rendição total do ser humano como irremediável pecador, haja vista a necessidade de reconhecer o seu estado, renunciando à soberba e à autoilusão que se impõe ao esforço instaurado no sentido de depender de si mesmo e viver de si mesmo em um movimento que guarda raízes no seu orgulho e autossuficiência¹¹.

Sobrepondo-se à noção de justiça característica do judaísmo no movimento

11. Cf. Rm 3.27. “Nesta perspectiva, a disposição de Abraão no sentido de sacrificar o seu filho em função de uma ordem divina em um processo que assinala uma contradição entre a promessa da descendência e o dever de obedecer a Deus converge para uma relação que implica uma absoluta confiança da criatura em face do Criador na medida em que a obediência irrestrita do patriarca encerra a negação da sua autonomia e guarda raízes nas fronteiras que envolvem uma fé total e um amor incondicional, contrapondo-se à conduta de Adão como modelo e protótipo da humanidade na sua condição originária no Jardim do Éden e instaurando o princípio da verdadeira religião e da superação do pecado que, no sentido de alienação, ao seu exercício compete e cuja tendência corresponde, em última instância, ao autogoverno e à autodeterminação.” (MARIANO DA ROSA, 2019, p. 468)

que exige obediência à Lei e realização das obras que prescreve para o seu cumprimento enquanto atitude humana em sua relação com Deus, a concepção de justiça que guarda raízes nas fronteiras da graça de Deus traz a condição de um presente de Deus, perfazendo, em suma, a justiça de Deus¹², na medida em que escapa à Lei e tem Deus como origem, sendo fundada na fé.

Da fé enquanto obediência e decisão fundada no ato da graça de Deus segundo a teologia do Apóstolo Paulo em Bultmann

Encerrando a atitude do ser humano enquanto movimento que possibilita o recebimento da justiça de Deus e condição *sine qua non* para a sua experiência como dádiva, à fé (πίστις)¹³ se impõe o ato salvífico divino em um processo que traz em sua estrutura a obediência que envolve o reconhecimento do Crucificado como κύριος¹⁴ através de uma construção que demanda uma ruptura com o *modus vivendi* característico de sua existência e converge para as fronteiras que implicam a confissão, na medida em que guarda correspondência com a ação salvífica de Deus como objeto, se sobrepondo à concepção de um determinado estado da alma que em sua perfeição seja capaz de assegurar por si a salvação.

A fé é obediência, porque nela o orgulho do ser humano é quebrado. Aquilo que, a rigor, é evidente torna-se o mais difícil para o ser humano no seu orgulho. Ele não *quer* desfazer-se da carga sob a qual se tortura; ela tornou-se parte do seu si-mesmo, até tornou-se o seu si-mesmo. Ele acha que se perderá se se entregar, se entregar-se como aquele que ele mesmo fez de si. Mas ele *deve* perder-se para então encontrar-se de fato. Deve inclinar-se, humilhar-se, deixar seu orgulho de lado, para assim encontrar a si mesmo. (BULTMANN, 2001, p. 254, grifos do autor)

12. “Um conceito central na teologia de Paulo é a → justiça de Deus (Rm 1:17, 21-22; 9:30; 10:3; 2 Co 5:21; Fp 3:9). É uma justiça que julga, mas também que salva. Deus é justo quando condena a humanidade pecaminosa. E igualmente justo, porém, quando outorga a Sua graça perdoadora àqueles que creram em Cristo e na salvação obtida por meio dEle. Por amor a Cristo, em Quem o próprio Deus ofereceu o sacrifício de expiação pela → culpa da humanidade, não conta contra ela os seus pecados; pelo contrário, pronúncia justas as pessoas. Desta forma, a *dikaïosynè theou* forma o fundamento da teologia paulina da → justificação (cf. L. Morris, *The Apostolic Preaching of the Cross*, 1963, 273 e segs.; D. Hill, *Greek Words and Hebrew Meanings*, 1967, 82-162).” (SCHNEIDER In: BROWN; COENEN, 2000, p. 567)

13. *Pístis*.

14. *Kýrios*.

Convergingo para a autenticidade que a obediência implicada na Lei se torna incapaz de gerar em um movimento que se esgota na justiça própria das obras, a fé encerra uma atitude de negação de si mesmo enquanto renúncia da autocompreensão determinante do seu *modus vivendi* em um processo cuja dinâmica, longe de se circunscrever a si como um evento fundado em si próprio, demanda a mudança do sentido volitivo e guarda oposição total em relação à dependência de si no que tange à salvação, invalidando a autoexaltação, a vanglória e o orgulho como seus efeitos inevitáveis¹⁵.

Consistindo em um acontecimento que demonstra a absoluta incapacidade do ser humano e a sua total impotência diante de si mesmo no sentido de alcançar a sua própria salvação, o ato salvífico de Deus implica fé enquanto obediência que em sua autenticidade se sobrepõe ao caráter de uma obra¹⁶ que, como produto da vontade, assume a condição de um objeto de autoexaltação através de um movimento que torna impossível a renúncia a si mesma, na medida em que a sujeição ou submissão à Lei se circunscreve às fronteiras de uma atitude que escapa ao seu verdadeiro sentido:

A πίστη [fé] como a renúncia radical à obra, como a obediente sujeição ao caminho da salvação determinado por Deus, como a aceitação da cruz de Cristo, é o livre ato da obediência, no qual se constitui o novo eu no lugar do velho. (BULTMANN, 2008b, p. 385)

15. “A causa real e mais profunda para a rejeição da parte dos judeus do Cristo crucificado encontra-se no fato de que a cruz priva o homem de sua própria justificação. O *skandalon* da cruz, portanto, deve ser mantido e não se pode fazer um acordo com o homem que é ofendido por ele ao permitir que, no final das contas, ele contribua em parte para a sua retidão (circuncisão em Gl 5.11).” (RIDDERBOS, 2004, p. 149-150)

16. “Nesta perspectiva, a fé prototípica de Abraão converge para a construção de um acontecimento que guarda capacidade de funcionar como a matriz simbólica do drama da redenção da humanidade na medida em que se o patriarca hebreu protagoniza o papel que ao Pai Celestial caberá no ato de oferecimento do Seu próprio Filho em sacrifício, Isaque demonstra disposição de obedecer até a morte, tal como Jesus Cristo que, embora na condição de Deus-Homem, submete-se até o fim ao propósito de Deus-Pai, que demanda a sua crucificação para a remissão dos pecados e para a salvação de todo aquele que crê, *configurando a aparição do carneiro um gesto salvífico de Deus no sentido de prover o sacrifício substitutivo de um cordeiro inocente em função do resgate do gênero humano* em um processo que, prenunciando a ressurreição do Filho de Deus, culmina na restauração da vida de Isaque em um movimento que encerra a sua “devolução” ao patriarca no clímax do ritual do sacrifício no Monte Moriá.” (MARIANO DA ROSA, 2018b, p. 173, grifos meus)

Dessa forma, convergindo para as fronteiras que encerram as obras e implicam, consequentemente, a justiça própria, a obediência à Lei encerra uma relação envolvendo a vontade que se mantém sob o horizonte da formalidade e que, desse modo, não guarda capacidade de superar a condição de exterioridade objetiva que, por sua natureza, prescinde da interioridade e da dialética subjetivo-existencial que tende à essencialização do ser humano enquanto existência em sua singularidade, consistindo a fé enquanto obediência um movimento que implica uma decisão que, como um ato no verdadeiro sentido do termo, emerge para possibilitar que o ser humano apareça como si próprio.

Opondo-se à perspectiva que, baseada no direito codificado, institui uma relação com Deus que converge para as fronteiras do direito, Jesus exige uma obediência que implica um exercício radical e autêntico em um processo que encerra o ser humano em sua totalidade, haja vista que o controle e o domínio sobre a ação e a conduta, pressupostos da lei, não guarda capacidade de fundamentar a relação com Deus, na medida em que as fronteiras nas quais tal comportamento guarda raízes, a saber, a vontade humana, escapa ao seu poder e determinação. (MARIANO DA ROSA, 2020, p. 172)

Sobrepondo-se ao caráter de uma “experiência emocional” e à condição de um “estado da alma” ou uma disposição ou uma virtude, a fé implica obediência autêntica em um processo que, longe de consistir em um alvo ou uma meta, emerge como ato, consistindo no princípio do *novo ser* e do *novo modo de existência*, fundamentando a nova vida.

Sim, o que a fé não tem de obra, isso ela tem de ato; e agora deve estar claro em que consiste a diferença. Na obra, continuo sendo aquele que sou; eu a extraio de mim, eu me posto ao seu lado, posso avaliá-la, refugá-la ou ficar orgulhoso dela. No ato, *torno-me* alguém; nele encontro o meu ser, vivo nele e não me posto ao seu lado. Se eu pretendesse olhar para mim e para o meu ato, destruiria o ato como ato e o degradaria à condição de obra. (BULTMANN, 2001, p. 256, grifos do autor)

Se a obediência à Lei converge para as fronteiras que guardam raízes na vontade e na sua imposição como tal em um processo que atribui caráter de obra a sua produção, a obediência da fé, longe de guardar um sentido similar e perfazer a condição da justificação, encerra primeiramente uma equivalência entre

os seus termos constitutivos em um processo de identificação que tende a expor a dinâmica do movimento e destituí-lo do significado de um resultado de uma construção volitiva em sua relação com um determinado sistema ético-religioso, constituindo-se antes um princípio que, embora esteja atrelado à vontade como decisão existencial, não corresponde à salvação senão em virtude do fato de possibilitar a experiência da justificação como justiça de Deus¹⁷ na atitude que envolve o seu recebimento pelo ser humano como dádiva.

Exigindo uma obediência incondicional, Jesus, em sua pregação, usa a imagística de uma criança em sua incapacidade cognitiva para assinalar o paradigma que o ser humano deve corresponder na sua relação com Deus, convergindo para um estado que ignora direitos e méritos e, consequentemente, escapa à condição que tende ao orgulho e à soberba, na medida em que a promessa em face da obediência guarda correspondência com uma prática incondicional cujo exercício, radical e autêntico, se sobrepõe às fronteiras que implicam a expectativa de recompensa. (MARIANO DA ROSA, 2020, p. 173)

“Fé é renúncia às obras; mas é ato de decisão. É o ato *paradoxal* de renúncia a qualquer obra, ciente de que a graça só pode ser recebida nessa renúncia” (BULTMANN, 2001, p. 256, grifo do autor). Caracterizando-se como renúncia às obras, a fé envolve a obediência em sua radicalidade e o ato de decisão em um movimento que se sobrepõe à justiça própria e converge para as fronteiras que encerram a justiça de Deus, consistindo em um conceito que traz em sua constituição o arrependimento e a penitência como elementos que, contudo, se mantêm submetidos aos aspectos determinantes da fé, a saber, obediência e decisão¹⁸, que perfazem a sua estrutura identitária em uma correlação que reúne

17. Convém salientar que “especialmente os escritos de Qumran atestam, em vários lugares, a iniciativa de Deus no processo de justificação. Desde o seio materno, Deus predestinou o ímpio para o dia da perdição, o justo para o tempo da graça, a fim de que pudesse viver na aliança de Deus (1QH 15,15s). Deus formou o espírito; d’Ele vem o caminho de todo ser vivo (15,22). O homem é justo por uma participação na justiça de Deus, que se manifesta nas obras (1QH 14,14-16). Quando o homem tropeça, devido à ruindade da carne, a sua justificação deve-se à justiça de Deus (1QS 11,12). A palavra justificação ganhou o sentido de perdão e reconciliação (11, 13-22).” (SJÖBERG *et al.* In: DICIONÁRIO, 2014, p. 862)

18. “Essa é a pergunta da decisão perante a qual o λόγος του σταυρού [palavra da cruz] coloca o ouvinte, se ele quer reconhecer que Deus institui um crucificado como senhor; se com isso quer reconhecer a exigência de, na renúncia de sua autocompreensão que teve até agora, tomar sobre si a cruz, deixar que ela se torne o poder determinante de sua vida, de deixar-se crucificar com Cristo (1Co 1.18-31; Gl 6.14, cf. 5.24).” (BULTMANN, p. 370)

também “confessar” e “crer” através de um liame de correspondência que assinala a sua condição de imbricação concernente à salvação de Deus em Cristo¹⁹. “Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo.” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, Rm 10.9, 1999, p. 1335)

Sobrepondo-se ao caráter de “piedade” ou confiança em Deus, a fé implica a aceitação de *uma palavra* em um processo que encerra o conteúdo que emerge da correlação que envolve *falar da fé*²⁰ e *o que se ouve da fé*²¹, convergindo para o que se designa como *fé do evangelho*²² através de um movimento que encerra necessariamente um *saber*, cuja apropriação demanda uma autocompreensão em uma construção que impõe ao *saber (conhecimento)*²³ a capacidade de fundamentar a fé, simultaneamente tornando-o resultado da fé em sua produção, na medida em que, nesta correlação, constitui-se, em suma, a identidade envolvendo “πίστη [fé] e γνώσις [conhecimento] como um novo entender a si mesmo” (BULTMANN, 2008b, p. 387).

Encerrando exigência e promessa como ato da graça de Deus, a palavra consiste em *Kerygma*²⁴ em um movimento que envolve pessoas e transpõe as fronteiras que envolvem relato e doutrina implicando acontecimentos históricos e fatos concretos que convergem para a possibilidade de que sejam “considera-

19. Nesta perspectiva, torna-se relevante o comentário de Goppelt sobre a interpretação de Bultmann: “Na *interpretação existencial*, a cruz só pode ser interpretada como pergunta no seguinte sentido: ‘Quer o homem desistir de sua antiga autocompreensão e passar a compreender-se inteiramente a partir da graça de Deus’, ou seja, no sentido de Rm 6,11? Assim, todavia, a cruz bem como a vida do homem fica restritas a uma autocompreensão. *No entanto, o homem vive na História*, em todas as relações nas quais Paulo coloca a cruz. *Vive sob as leis desse mundo e na esperança de um futuro diferente* (Rm 3-5), num ‘corpo do pecado’ e ‘da morte’ (Rm 6,6; 7,24). A interpretação da cruz como morrer com Cristo para com ele viver está orientada em especial para essa *área antropológica*” (GOPPELT, 2002, p. 344-345).

20. Cf. Rm 10.8

21. Cf. Gl 3.2,5

22. Cf. Fp 1.27

23. Nesta perspectiva, cabe sublinhar que “o caráter da γνώσις se evidencia do fato de que o γνώσκειν [conhecer] está fundado em um γνωσθηῖν απο Θεού [ser conhecido por Deus] (Gl 4.9; 1Co 13.12).” (BULTMANN, p. 388).

24. Cabe sublinhar que “escutar as escrituras como Palavra de Deus significa escutá-las como uma palavra que me é dirigida, como um *Kerygma*, como uma proclamação. Neste caso, minha compreensão das escrituras não é imparcial, senão que é minha resposta a uma chamada.” (BULTMANN, 2008a, p. 57)

dos verdadeiros sem transformação existencial” (BULTMANN, 2008b, p. 388), haja vista que é a fé que se impõe como a sua aceitação em uma construção que implica obediência, reconhecimento e confissão.

Contrapondo-se às obras como produção da vontade enquanto obediência à Lei em um processo que as torna fundamento da justificação e converge para a justiça própria, a fé implica obediência, reconhecimento e confissão em um movimento que encerra a fé como tal em virtude da sua relação com a graça²⁵ de Deus, que se impõe como ato no *Kerygma* como exigência e promessa.

Escapando às fronteiras da condição de um estado psíquico, a fé tampouco emerge como processo psíquico, sendo irredutível ao horizonte daquilo que é como ato ou atitude, na medida em que guarda raízes nas fronteiras do ato da graça de Deus em sua precedência e anterioridade ao movimento que implica obediência e simultaneamente confissão enquanto processo que, inter-relacionado ao “crer”, envolve o distanciamento de si próprio e a confissão do ser humano que atribui a Deus o que está imbricado em sua existência tanto sob a égide do *ser* quanto sob a égide do *ter*, na medida em que “a πίστη [fé] como υπακοή [obediência] é, ao mesmo tempo, ομολογία [confissão]” (BULTMANN, 2008b, p. 388).

Guardando correspondência com a confissão enquanto prática que funda a fé no ato da graça de Deus, o distanciamento de si mesmo converge para as fronteiras que encerram a esperança, na medida em que, se sobrepondo à condição de um estado de alma, a fé implica uma relação com o futuro.

Se como alvo do crer a justiça guarda raízes na relação do ser humano com Deus, a sua presentidade emerge como escatológica, não se constituindo um estado temporal, sujeito à sua transitoriedade, na medida em que, como possibilidade presente, a justiça sempre se dispõe ao crente sob a acepção de justiça vindoura, escapando ao caráter de uma qualidade inerente, tendo em vista a sua condição, que é a condição do “já justificado”, convergindo para as fronteiras que encerram uma esperança que implica a condição de liberdade e abertura para

25. Χάρις. “Para Paulo, *charis* é a essência do ato salvífico de Deus mediante Jesus Cristo, que ocorreu na morte sacrificial d’Este, como também de todas as suas conseqüências no presente e no futuro (Rm 3:24ss).” (ESSER In: BROWN; COENEN, 2000, p. 911)

o futuro como uma disposição baseada na obediência da fé em uma construção que assinala como *pecado da descrença* “querer viver de si mesmo e, na ilusão de poder dispor, tomar o futuro sob seu próprio cuidado” (BULTMANN, 2008b, p. 389).

Imbricada na fé enquanto obediência autêntica e decisão em um movimento que encerra a condição de liberdade e abertura para o futuro, a esperança integra uma unidade que envolve a fé em uma correlação que implica o amor e converge para as fronteiras que abrangem, no caso do amor, o esforço, e, no caso da esperança, a constância, como produção da fé²⁶, através de uma construção que traz a correspondência entre tal esperança e o medo em sua constituição identitária, na medida em que a participação do medo tende a assegurar uma relação com a graça de Deus enquanto *locus* do exercício da fé, visto mantê-la sob a égide de Deus.

A fé, que com vistas à Χάρη [graça] de Deus está liberta do medo, não deverá esquecer que a Χάρη [graça] que o liberta é a Χάρη [graça] do juiz. Com vistas a si mesmo, ela tem que conter sempre o Φόβος [medo] como a consciência de sua própria nulidade e da constante dependência da Χάρη [graça] de Deus. (BULTMANN, 2008b, p. 391)

Encerrando a unidade envolvendo esperança e medo, a fé enquanto obediência e decisão converge para as fronteiras que implicam a graça de Deus como fundamento em um movimento cujo sentido guarda correspondência com a consciência da própria condição humana que, sob a égide da nulidade, mantém absoluta dependência de Deus e do seu ato salvífico em Cristo, perfazendo uma construção identitária que, para além do significado negativo do medo nesta relação escatológico-existencial, tende a produzir a consciência da responsabilidade que compete ao crente assumir neste processo em virtude de sua condição de liberdade instaurada pela graça de Deus.

Perfazendo a estrutura identitária e existencial da fé, esperança e temor guardam correlação em uma construção que escapa às fronteiras de um movimento cujo sentido é passível de mudança e alteração constante e incessantemente, convergindo para as fronteiras que encerram a fé como obediência em um processo que, dessa forma, renunciando a si mesmo como base existencial para a

26. 1Ts 1.3; cf. 5.8.

autoconstituição, guarda dependência absoluta da graça de Deus.

Da fé enquanto obediência e decisão como justiça de Deus segundo o Apóstolo Paulo em Bultmann

Se encerra a condenação à morte como resultado de um movimento que implica a condição de perda do eu em virtude do seu esforço no sentido de viver de si mesmo, ao ser humano se impõe a obediência da fé como entrega de si próprio a Deus em um processo que converge para as fronteiras que envolvem a conquista do eu como ganho e guarda correspondência com a vida através de um movimento que, segundo a perspectiva teológica do Apóstolo Paulo, pressupõe o “ato de ser justificado”, na medida em que a salvação se mantém relacionada à noção de “justiça”, conforme o princípio da construção teológico-religiosa da tradição judaica²⁷.

Se a justiça de Abraão converge para o recebimento da promessa em uma construção teológico-religiosa que assinala como condição a fé²⁸ (em função da qual Deus imputa justiça a Abraão²⁹), aqueles que se tornam justos pela ação de Deus alcançam a salvação em um movimento que implica a fé como obediência

27. “Para o judaísmo, o grande contrapeso da ameaça e do poder do pecado encontra-se na lei dada a Israel. *A lei é o meio singular de adquirir para si mérito, recompensa e justiça diante de Deus*; é o instrumento dado por Deus para subjugar o impulso perverso e conduzir o bem à vitória. Pode-se dizer com razão, portanto, que, para os judeus, *a lei era o meio preeminente de salvação*, na verdade, era a verdadeira ‘substância de vida’.” (RIDDERBOS, 2004, p. 140, grifos meus)

28. Cf. Rm 4.13. “Nesta perspectiva, a experiência de Abraão atribui à fé a condição de fundamento da *relação com o Absoluto* na medida em que dispensa qualquer tipo de mediação simbólica e converge para situá-la nas fronteiras que envolvem o paradoxo, haja vista que emerge como um acontecimento que implica absoluta dependência de Deus e da sua palavra em um processo que encerra ideias ou noções aparentemente contraditórias, a saber, a promessa de descendência e o sacrifício do filho em holocausto, demandando uma capacidade de obediência que somente pode guardar raízes em uma total confiança no Ser Supremo.” (MARIANO DA ROSA, 2018a, p. 152, grifos do autor)

29. “Ele creu no SENHOR, e isso lhe foi imputado para justiça” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA, Gn 15,6, 1999, p. 32). “A justificação pela fé atribuída à Abraão diante da promessa do herdeiro, em um processo no qual Deus projeta a sua posteridade às estrelas, impõe-se as suas obras, que convergem para o oferecimento do seu filho Isaque em sacrifício sobre o altar no Monte Moriá em um movimento que envolve a correlação que encerra fé e obras através de um ato que implica certeza e convicção no sentido de substância das promessas de Deus e perfaz um movimento que guarda correspondência com o exercício que implica a posse imediata e a propriedade absoluta da realidade exposta pelo *Lógos* como a Sua revelação verbal.” (MARIANO DA ROSA, 2019, p. 478-479)

e decisão e traz a vida como ganho através de uma relação que envolve a correspondência entre justiça e salvação e atribui o caráter do *bem salvífico* à própria justiça.

A justiça não pode mais ser definida como uma capacidade humana; ela pertence exclusivamente a Deus, que revelou sua justiça por meio de Jesus, que confiou apenas em Deus. Deus revelou assim sua justiça por meio da fidelidade de Jesus Cristo. A fé é a realização desse ato justo de Deus, que agora é oferecido como presente a ser dado a todos os homens, tanto judeus como gentios (3,18-31). (KOESTER, 2005, p. 154)

Consistindo, em suma, na preocupação dos judeus, justificação guarda condição de paralelismo sinonímico em relação à salvação, convergindo para as fronteiras de uma construção teológica que encerram termos tais como justiça, santificação e redenção como capazes de identificar o estado salvífico, carregando sentidos equivalentes ministério da justificação e ministério do espírito em contraposição às expressões ministério da condenação e ministério da morte, ambas as quais correspondentes, o que implica que “aquilo que foi trazido à luz em Cristo mediante o evento salvífico, e o que é o conteúdo do εὐαγγέλιο [evangelho] é a nova possibilidade da δικαιοσύνη [justiça] como δικαιοσύνη Θεοῦ [justiça de Deus] (Rm 1.16s.; 3.21)” (BULTMANN, 2008b, p. 335).

Se δικαιοσύνη [justiça] é um termo cuja utilização implica tanto o sentido ético quanto o significado forense, sobrepondo-se ao seu aspecto ético a palavra carrega a noção de uma relação em uma construção que, como designação da pressuposição salvífica ou do bem salvífico, se mantém sob a égide forense, assinalando a ideia de que a justiça em questão não se impõe ao ser humano sob a aceção de uma qualidade ética, mas perante o foro diante do qual é responsável, no juízo de outrem, em um processo que envolve a atribuição de tal condição, caracterizando-o como “justo” ou detentor de “justiça” em face do caráter questionável do seu reconhecimento como tal, o que implica, dessa forma, a sua “justificação”, constituindo-se o “justo”, nesta perspectiva, o estado daquele que recebe absolvição.

É, pois, incontestável que, antes de mais nada, a *justificação* é sempre um ato forense (Rm 1,23-4,25). De acordo com Rm

6,17-23, porém, está-se na posse da justificação somente quando se está a serviço da justiça, ou seja, quando se vive a partir dessa relação com Deus! Será justificado aquele que ocupar o lugar que Deus lhe indica, vale dizer, o que crê. (GOPPELT, 2002, p. 380, grifos do autor)

Obediência aos mandamentos de Deus e boas obras, eis as condições que convergem para a “justiça” em uma construção teológico-religiosa que atribui a condição de “justo” ao judeu cujo esforço se impõe neste sentido, o que implica uma justiça que traz como fundamento a Lei³⁰ em contraposição à qual o Apóstolo Paulo defende a “justiça de Deus” como objeto de revelação que se mantém à parte da Lei: “Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que crêem” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, Rm 3.21, 1999, p. 1322).

Convergindo para as fronteiras que encerram a condição envolvendo “crer”, a justiça escatológico-forense é atribuída imediatamente, no tempo atual ou no *presente* ao ser humano, na medida em que a fé enquanto obediência e decisão emerge como pressuposto da justificação enquanto “ser justificado” através de um movimento que, dessa forma, implica salvação em uma construção que assinala o reinado da graça por intermédio da justiça para a vida eterna, haja vista que o “estar Cristo” no ser humano guarda correspondência com o “estar morto” do corpo e simultaneamente com o “estar vivo” do espírito: “Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, Rm 8.10, 1999, p. 1330)³¹.

Escapando ao sentido de justiça enquanto “isenção de pecado” em uma construção teológico-religiosa que envolveria a condição de uma perfeição ética, a justiça atribuída ao crente converge para a noção de um ato de Deus que não “toma em conta” o pecado através de um movimento que encerra a presentidade da justiça e se mantém sob a égide escatológico-forense, implicando o paradoxo

30. Cf. Fp 3.9.

31. “E, se Cristo *está* em vós, o corpo, na verdade, *está* morto por causa do pecado, mas o espírito *vive* por causa da justiça.” (BÍBLIA APOLOGÉTICA DE ESTUDOS, 2000, p. 1134, grifos meus)

do pronunciamento divino de sua sentença escatológica em relação ao crente no *tempo atual* ou no *presente* em um processo que assinala que o evento escatológico se caracteriza como um evento que *já é presente* ou *tem início no presente*.

A *presentidade* da δικαιοσύνη [justiça], porém, se baseia no fato de que ela foi “revelada” por meio do evento salvífico realizado em Cristo (Rm 3.21-26; 2Co 5.21; cf. 1Co 1.30). Esse evento salvífico, porém, é o *evento escatológico*, por meio do qual Deus pôs um termo ao velho curso do mundo e inaugurou o novo éon. Pois, “ao cumprir-se a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho” (Gl 4.4); assim, pois, “o velho passou”, “fez-se um novo”, e quem está “em Cristo” é “nova criatura” (2Co 5.17). A antiga aliança foi substituída pela nova aliança profetizada por Jeremias (2Co 3.6ss.), e o καιρος δεκτός [tempo aceitável] profetizado por Isaías tornou-se presente (2Co 6.2). (BULTMANN, 2008b, p. 342, grifos do autor)

Se consiste em uma condição irreduzível ao caráter de uma perfeição ética, a justiça guarda o sentido escatológico-forense que converge para a “justificação” do pecador em uma construção na qual Deus torna o ser humano “justo”, inocentando-o por intermédio de sua sentença, o que implica a impossibilidade de contato com o pecado que determina a existência escatológica em um movimento que estabelece a correspondência entre “justificados” e “santificados”³².

Dessa forma, a justiça (“*ser justificado*”) na construção teológico-religiosa do Apóstolo Paulo não pode permanecer sob a égide de uma interpretação que não se detenha no sentido escatológico-forense com o qual o termo que o identifica guarda correspondência³³, na medida em que tal atitude de negligência e omissão, segundo Bultmann, converge para as fronteiras que encerram o equívoco de um idealismo que afirma a justificação como um processo que envolve a recepção na consciência do “princípio da obediência sob a ideia do bem” (BULTMANN, 2008b, p. 342), o que implica a caracterização de justo ao ser

32. Cf. 1Co 1.30; 6.11.

33. Dessa forma, Leonhard Goppelt sublinha que, “partindo da teologia da palavra ou do querigma, Rudolf Bultmann devolveu à justificação um lugar central”, convergindo a sua interpretação da construção teológica de Paulo para as fronteiras que encerram “o centro de sua teologia do Novo Testamento”, tendo em vista que implica uma perspectiva que “entende a justificação rigorosamente no sentido forense: a justiça de Deus (*genitivus objectivus*) é a justiça conferida ao homem da parte de Deus, é a justiça adjudicada ao homem.” (GOPPELT, 2002, p. 379)

humano enquanto uma concordância entre a sua vontade e a lei moral em sua totalidade em um movimento que, tendo em vista o ideal da justiça ética, envolve progressão em direção ao bem (estoicismo). Além disso, se sobrepor ao sentido escatológico-forense na interpretação da justiça (“*ser justificado*”) na construção teológico-religiosa do Apóstolo Paulo converge para uma gnose helenista e a sua concepção de justiça sob a acepção de um poder divino capaz de fluir para o interior do ser humano e produzir a expulsão dos poderes demoníacos determinantes.

Se o termo *υιοθεσία* [filiação] encerra a singular duplicidade que caracteriza a justiça, na medida em que consiste em alvo futuro e simultaneamente envolve uma condição que se impõe ao tempo atual, no *presente*, conforme testificado pelo clamor *Abba*³⁴ no dom escatológico, o paralelismo que guarda com o conceito envolvendo filiação, cujo termo jurídico-escatológico, contudo, não tem raízes no direito processual, converge para as fronteiras que implicam o sentido escatológico-existencial de justiça, tendo em vista que

assim como o alvo do evento salvífico pode ser designado pelo fato de que ele “aconteceu por causa de nossa justificação” (Rm 3.25s.; 4.25; 5.18; 2Co 5.2), também o pode finalmente pela locução: *ἵνα τὴν υἰοθεσίαν ἀπολάβωμεν* [para que também recebamos a filiação] (Gl 4.5). (BULTMANN, 2008b, p. 342-343)

Sobrepondo-se a uma diferenciação de caráter teórico-conceitual em relação à questão da justiça enquanto grandeza escatológico-forense, a oposição entre a construção teológico religiosa do Apóstolo Paulo e o judaísmo envolve a concepção de justiça que, se segundo a perspectiva judaica consiste em um *bem da esperança*, de acordo com pensamento do Apóstolo Paulo constitui uma *realidade atual*, guardando possibilidade de encerrar simultaneamente ambas as definições, na medida em que carrega em si tanto a presentidade quanto a futuridade em um processo que, assinalando a intersecção da futuridade entre o Apóstolo

34. Cf. Rm 8.15s.; Gl 4.6s.

Paulo e o judaísmo³⁵, tende a tornar absurda a presentidade da justiça escatológica diante do judaísmo, haja vista a impossibilidade de comprovar histórico-objetivamente os bens salvíficos, a vida escatológica e a vitória sobre o pecado e a morte senão como uma realidade subjetivo-existencial dos crentes.

Aspectos Conclusivos

Guardando correspondência com a pregação da fé em um movimento que implica uma relação que envolve em sua concreticidade o sentido de decisão enquanto ato de obediência, a fé constitui o evento escatológico em uma construção que a encerra como o *novo caminho salvífico* que, emergindo como a lei da fé, se contrapõe à lei das obras, consistindo em uma *possibilidade* que se impõe como graça e cuja realização permanece também atrelada à graça de Deus sob a aceção de uma dádiva – e isto justamente por se caracterizar como uma decisão, na medida em que “por saber que Deus é aquele que efetua seu querer e seu realizar, isto é, seu existir histórico concreto na πίστη [fé], o crente sabe que não está dispensado da responsabilidade por isso, e sim antes sabe-se remetido a ela” (BULTMANN, 2008b, p. 401)³⁶.

Nesta perspectiva, se a fé é uma concessão de Deus em um movimento que encerra a ideia de predestinação, tal caracterização não implica, contudo, uma operação que dispense o ser humano da responsabilidade do ato de decisão, mas consiste no fato de que a referida possibilidade mantém dependência absoluta da graça de Deus e, dessa forma, constitui um evento no qual a decisão não pode emergir senão como dádiva de Deus. Tal evento escapa aos motivos intramundanos em uma construção que assinala a impossibilidade de que a fé guarde raízes em si mesma, tendo em vista que tampouco é identificada como objeto de inspiração do Espírito [πνεύμα], convergindo para as fronteiras que implicam a atribuição ao Espírito do dom recebido pelo crente pela ou na fé em um processo que envolve a apropriação da graça e a sua ativação na sua vida concreta,

35. “Isso significa que Paulo adotou as expectativas escatológicas do judaísmo de sua época, mas que as transformou a partir da fé da comunidade primitiva na ressurreição de Jesus Cristo, de maneira que resultou uma simultaneidade contraditória de *expectativa futura* e de *fé na presença da salvação escatológica*.” (KÜMMEL, 2003, p. 186, grifos meus)

36. Cf. Fp 2.13s.

constituindo-se um evento escatológico a sua condição como nova criação pela ou na fé que atua no amor.

Dessa forma, sobrepondo-se ao caráter de uma doutrina da justiça que através da pregação se torna objeto de ensino, a justiça de Deus se impõe como uma possibilidade para os ouvintes da pregação em um movimento cuja realização guarda correspondência com a fé enquanto obediência e decisão, no mesmo sentido em que esta, a fé, escapa à condição de um conteúdo doutrinal que se dispõe à mediação de um processo de ensino, consistindo, como uma possibilidade que para os crentes se constitui uma realidade, uma manifestação (ou “*manifestar-se*”) que, sob a acepção escatológica, traz o significado de revelação (ou “*ser revelado*”), equivalendo a “*tornar-se manifesto*”³⁷.

Portanto, encerrando a eliminação do passado em um processo que envolve a necessidade de manutenção da liberdade outorgada pela graça de Deus, à fé como decisão se impõe a autenticidade da auto-obrigação de renovação incessante da atitude que a implica como tal, convergindo para uma construção que traz uma renúncia baseada no ato salvífico de Deus em Cristo que emerge como uma relação com o futuro, na medida em que em sua constituição identitária a fé não apenas carrega senão que equivale propriamente à esperança, esperança enquanto esperança fundamentada na graça de Deus e que, por essa razão, torna-se confiança que, como confiança *stricto sensu*, é fundada no ato salvífico de Deus em Cristo.

Referências

BÍBLIA APOLOGÉTICA DE ESTUDO. Antigo e Novo Testamentos (Incluindo notas de estudo e auxílios). Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição corrigida e revisada (Fiel ao texto original). Jundiaí/SP: ICP – Instituto Cristão de Pesquisas, 2000.

BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. São Paulo / Barueri: Cultura Cristã / Sociedade

37. Cf. Rm 3.21.

- Bíblica do Brasil, 1999.
- BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- BULTMANN, Rudolf. **Crer e compreender**: ensaios selecionados. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal, 2001.
- BULTMANN, Rudolf. **Jesus Cristo e mitologia**. Tradução de Daniel Costa. 4 ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2008a.
- BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Ilson Kayser. Santo André: Editora Academia Cristã, 2008b.
- DICIONÁRIO Enciclopédico da Bíblia. São Paulo: Paulus Editora, 2014.
- ESSER, H.-H. Graça. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- GOPPELT, Leonhard. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Martin Dreher e Ilson Kayser. 3. ed. São Paulo: Editora Teológica, 2002.
- KOESTER, Helmut. **Introdução ao Novo Testamento (volume 2)**: história e literatura do cristianismo primitivo. Tradução de Euclides Luiz Callonii. São Paulo: Paulus, 2005.
- KÜMMEL, Werner Georg. **Síntese Teológica do Novo Testamento de acordo com as testemunhas principais**: Jesus, Paulo, João. Tradução de Sílvio Scheider e Werner Fuchs. São Paulo: Editora Teológica, 2003.
- MARIANO DA ROSA, Luiz Carlos. Abraão como protótipo de uma *nova existência* em Mircea Eliade e a fé como movimento envolvendo o finito e o infinito em Kierkegaard. **Revista Diversidade Religiosa, UFPB – Universidade Federal da Paraíba [João Pessoa, Paraíba, Brasil]**, v. 8, n. 1, p. 140-166, jan./jun. 2018a.
- MARIANO DA ROSA, Luiz Carlos. Abraão e a espiritualidade individual como base da existência autêntica em Kierkegaard: da fé como *relação absoluta com o absoluto* à fé como a encarnação do absoluto no Deus-Homem Jesus Cristo. **TEOLITERÁRIA – Revista de Literaturas e Teologias, PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [São Paulo, Brasil]**, v. 8, n. 18, p. 443-482, jun./dez. 2019.
- MARIANO DA ROSA, Luiz Carlos. Abraão e a fé prototípica: da fé como paradoxo absoluto à fé como encarnação do absoluto no Deus-homem Jesus Cristo. **PLURA, Revista de Estudos de Religião / Journal for the Study of Religion [ABHR – Associação Brasileira de História das Religiões]**, v. 9, n. 2, p. 162-184, jul./dez. 2018b.

- MARIANO DA ROSA, Luiz Carlos. Tempo da decisão e chamado à decisão na pregação ético-escatológica de Jesus Cristo: da proclamação do reino de Deus na teologia escatológico-existencial de Bultmann. **Revista Último Andar, Cadernos de Pesquisa em Ciência da Religião, PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [São Paulo, Brasil]**, v. 23, n. 36, p. 160-189, jul./dez. 2020 [*Ensino Religioso e outras temáticas*].
- RIDDERBOS, Herman. **A teologia do apóstolo Paulo**: a obra definitiva sobre o pensamento do apóstolo dos gentios. Tradução de Suzana Klassen. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- SCHNEIDER, J. Deus. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- SEEBASS, H. justiça. In: BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- SJÖBERG, E; *et al.* Justificação. In: DICIONÁRIO Enciclopédico da Bíblia. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

A forma ministerial “quase” repensada pelo Vaticano II

The ministerial form “almost” rethinking by Vatican II

**Luís Felipe Carneiro Marques*

Resumo

Observando a questão ministerial a partir do Concílio Vaticano II, somos convictos da necessidade de uma séria renovação. O horizonte paradigmático da reforma foi paradoxal. Por um lado, a perspectiva observou alguns aspectos relacionados aos sinais dos tempos; por outro, apresentou perspectivas de atualização baseadas em princípios e valores da modernidade. O resultado deste movimento consiste numa crise eclesiológica e ministerial inevitável. Diante disso, é preciso rever a teologia fundamental do ministério ordenado sabendo remediar pensamentos unilaterais e palavras distorcidas. Essa revisão deve ser parte essencial de uma reforma da Igreja, pois um novo paradigma precisa de reflexões fundamentais.

Palavras-chave: Forma ministerial; Reforma; Missão; Crise; Pastores

Abstract

Looking at the ministerial issue since the Second Vatican Council, we are convinced of the need for serious renewal. The paradigmatic horizon of the reform was paradoxical. On the one hand, Foresight looked at some aspects related to the signs of the times; on the other hand, it presented updating prospects based on the principles and values of

^{*}Doutor em teologia em Teologia Sacramental, pelo Pontifício Ateneu Santo Anselmo de Roma. Professor do Instituto São Boaventura. <http://lattes.cnpq.br/1255092570492953>

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
13.06.2021

Aprovado em
06.01.2021

Ano XXX - Especial
Dom Paulo Evaristo Arns
Jan - 2022



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

modernity. The result of this movement is an inevitable ecclesiological and ministerial crisis. Therefore, it is necessary to review the fundamental theology of the ordained ministry knowing how to remedy unilateral thoughts and distorted words. This revision must be an essential part of a reform of the Church, since a new paradigm needs fundamental reflections.

Keywords: Ministerial Form; Reform; Mission; Crisis; Pastors

Introdução

Com a estabilidade Tridentina, entre o final do século XIX e início do século XX, muitos movimentos suscitavam intuições e lançavam questões a nível de renovação da vida litúrgica, sacramental, bíblica, histórica, laical e ministerial. Quanto ao sacramento da ordem, a linguagem e a forma tridentina eram oficialmente acolhidas nos textos magisteriais, na teologia e na espiritualidade. Os dados emergentes destes textos foi a dimensão cristológica do sacerdócio. O ponto central estava na noção de caráter que consagrava e configurava a Cristo. Por conseguinte, fortaleceu-se uma dinâmica por demais ontologizada, indicada como participação ao sacerdócio de Cristo, expressa em fórmulas como *agere in persona Christi, nomine Christi*.

Nessa perspectiva, a forma cultural permaneceu e a pessoa do ministro continuou a ser vista sacralizada, *sacerdos alter Christus*, indicando a sua função de mediação. A principal missão do sacerdote era o exercício do poder sacrificial-sacramental, ou seja, do poder que servia para consagrar a Eucaristia e para perdoar pecados. Com efeito, a união das categorias e das expressões encontradas fortaleciam a visão funcional do sacerdócio como *repraesentatio Christi*, mesmo que essa formulação não se encontrasse nos documentos (cf. CASTELLUCCI, 2012, p. 187-195). Temos uma teologia do ministério sem eclesiologia, com uma autoridade forçada e baseada na *sacra potestas* que o sacerdote possuía pessoalmente e que, numa forma ministerial imbricada, detinha um consolidado quadro jurídico (cf. SCHILLEBEECKX, 1992, p. 100-101).

Essas formulações e formas não correspondiam à mudança de época. Então,

surge o desejo de uma nova reforma. Era preciso elaborar respostas mais significativas e que favorecessem o crescimento da vida cristã, a adaptação das instituições eclesiais às realidades dos tempos, a promoção da unidade dos cristãos e o reforço do ardor missionário da Igreja. Surgia a inspiração e a necessidade de um novo Concílio. O memorável discurso de abertura, *Gaudet mater ecclesia*, do papa João XXIII, apresentou-se como um texto inspirado e profético que orientou novo desenvolvimento, intuição de uma nova forma e categoria, nova visão da Igreja e novo método de dar respostas. De fato, o papa, mesmo formado, instituído e eleito dentro de determinada cultura, realizou gestos e formulou expressões que, além das suas intenções, representou, de modo objetivo, um fator de descontinuidade. Um novo paradigma estava implícito nas suas intuições. O papa Roncali tinha clareza de que o *punctum saliens* do Vaticano II não estava na discussão de um ou mais artigos da doutrina da Igreja, mas numa renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensinamento da Igreja (cf. GALAVOTTI, 2018, p. 451-467).

Depois de quase 60 anos da perspectiva conciliar, dado a complexidade e a velocidade das mudanças, é chegado o tempo de revisar novamente a forma do ministério ordenado e desbloquear algumas concepções equivocadas da ação ministerial na Igreja de hoje. As mudanças atuais são radicais e é preciso colher com maior seriedade para ler adequadamente a estrutura do serviço na Igreja. Uma das maiores dificuldades que enfrenta o ministro de hoje é a de ser formado para uma sociedade que não existe mais e, quiçá, para uma Igreja que também está deixando de existir. A visão da religião e do crer é profundamente diferente respeito as formas históricas assumidas no passado. Hoje o modelo fundamental da vida espiritual, por vezes, mais recorrente no âmbito externo da Igreja, é a unidade, a integridade, a harmonia, a integração, a aceitação e o equilíbrio. Essas são as palavras chaves da nova forma ministerial que devem substituir o léxico do homem religioso pré-moderno: sacrifício, renúncia, mortificação, combate, obediência e preceito. Por isso, estamos diante de uma passagem fundamental para repensar o ministério na sociedade contemporânea. Enquanto a vida cristã ministerial não for pensada com categorias do dom, da graça, da misericórdia, da alegria e da relação não será possível experimentar toda a sua verdade.

1. A perspectiva e o interesse conciliar

O Concílio Vaticano II não se exauriu na reiteração de um solene magistério expresso, mas dedicou-se a encontrar instrumentos e linguagens adaptadas ao seu tempo para que a Igreja prosseguisse o seu caminho de evangelização, adaptando-se melhor às necessidades do tempo as instituições susceptíveis de mudança e promovendo tudo o que podia ajudar à união de todos em Cristo. Nesse sentido, o movimento conciliar ficou codificado com três palavras próprias do tempo: *aggiornamento*, modernização com profundas implicações; desenvolvimento, equivalência ao progresso e à evolução; *ressourcement*, retorno *ad fontes*. Entretanto, conscientes de que o processo iniciado não terminou, a Igreja como instituição humana e terrena continua sendo chamado, por Cristo, para uma reforma constante e perene (cf. FRANCISCO, 2013, n. 26). Podemos dizer que tivemos uma primeira fase de recensão do Concílio, caracterizada pela discussão da qualidade teórico-teológica dos textos e por uma certa efervescência sem regras e ingênua de governo a nível vital. Depois, temos uma segunda, caracterizada por um debate sobre a hermenêutica da continuidade ou por ruptura do plano teórico e da tentativa de uma eclesiologia de comunhão e de nova evangelização. Agora talvez, é possível que estejamos diante de uma terceira fase de recensão. Não se tratando de uma periodização simplesmente acadêmica, estamos diante de uma fratura instauradora, próprio da dinâmica da tradição cristã que, atravessando biografias e conceitos, procura ainda e sempre o Corpo de Cristo vivente na história (cf. MORRA, 2017, p. 60).

O Vaticano II propôs mudanças. Entretanto, em relação ao ministério ordenado, algumas expressões continuam iguais aos séculos precedentes. De um lado, a prospectiva seguia uma linha de abertura ao homem moderno, caracterizada pelos critérios de atenção aos sinais dos tempos; por outro, apresentava perspectivas de atualização da doutrina baseada em alguns princípios e valores da modernidade. O horizonte paradigmático era paradoxal. A atualização pensada para conduzir o homem contemporâneo à Igreja acabou por determinar o seu decisivo distanciamento e o modelo de presbíteros acabou favorecendo crises profundas, quase irreversíveis, e estranhas associações estão fazendo com que próprio presbítero de hoje pague preços altíssimos. De forma geral, podemos

dizer que temos um modelo que quase foi repensado. Ou ainda, embora alguns aspectos da teologia do ministério e o modo com que os aspirantes ao ministério fossem formados e selecionados tenha mudado com os anos sucessivos, temos ainda um modelo que encontra numa crise profunda e, provavelmente, irrecuperável, devendo ser reconstruído a partir de novas categorias e formas, aceitando uma verdadeira mudança de critérios e mentalidades. Dito de outro modo, não é novidade que os ministérios na Igreja precisam ser revistos e reestruturados. A coisa fundamental, entretanto, é fazer de modo justo, por motivos justos, com atitudes justas, em conformidade com o dom de Deus e com a nossa identidade evangélica, carismática e eclesial.

Valendo-se das Escrituras e da Tradição, o Concílio colocou bases para uma correta relação entre a dimensão cristológica e eclesiológica do ministério ordenado, enquanto a teologia precedente encerrava o sacerdócio somente na dimensão cristológica. Como segundo elemento, desejou tirar o ministério do seu isolamento individualístico, dando valor ao sacerdócio comum, ao presbitério e ao colegiado episcopal. Dessa forma, releu em chave missionária toda a teologia da Ordem, tratando a relação entre culto e apostolado. Foi evidenciada a descontinuidade da relação entre sacerdócio pagão-veterotestamentário e sacerdócio neotestamentário e o modo novo de apresentar a relação ministro-mundo. Em consequência, nascia a necessidade de sistematizar a identidade do presbítero, sobretudo, recuperando o primado da Palavra no ministério.

Com efeito, *Presbyterorum ordinis*, decreto conciliar que refletia sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, procurou compensar os limites da visão tridentina e considerou a necessidade de tratar os presbíteros com mais amplitude e profundidade para que no meio das situações pastorais e humanas, o ministério se mantenha com mais eficácia. Quanto a espiritualidade do sacerdote, o decreto procurou libertá-la da moldura monástica. Recentemente, Erio Castellucci caracterizou algumas passagens fundamentais desse decreto. Da perspectiva da consagração para a perspectiva da missão eclesial. Trento partiu de uma perspectiva sacramental, da Eucaristia à ordem, o Vaticano II coloca a doutrina em um contexto mais amplo, como forma de cumprir a missão eclesial. Da singularidade do ministério cultural à integração dos ministérios profético e pastoral. De

uma visão sacerdotal individualista para uma visão presbiteral da comunidade, na qual este ministério também é caracterizado como participação no ministério episcopal. Optou-se pelo vocabulário presbiteral em relação ao sacerdotal, por sua maior proximidade com a linguagem do Novo Testamento e por enfatizar mais sua especificidade, não poderia ser subestimada. Do padre *alter Christus* e mediador, expressões deliberadamente excluídas, ao padre que trabalha em nome de Cristo. Da santidade como alimento do ministério ao ministério como elemento da própria santidade (CASTELLUCCI, 2017, p. 317-326).

Por conseguinte, o esquema do *triplex munus* ou *tria munera* teve enorme sucesso no Vaticano II e foi aplicado à Igreja, aos bispos, aos sacerdotes e aos leigos. Um sistema que trouxe diversas vantagens e, ao mesmo tempo, oferecia perigos e grandes riscos a verdade da própria Igreja, pois é um modelo que apresenta uma longa e controversa história. A perspectiva originária desse modelo não é eclesiológica, mas cristológica. O escopo principal é a capacidade de unificar a missão de Cristo com a pluralidade de dimensões: profética, sacerdotal e real. A intenção verdadeira é a tentativa canonista de colocar, em primeiro lugar, o magistério doutrinal em função do sacramental e do disciplinar: *magisterium*, *ministerium* e *regimen*. Esses aspectos influenciam, com força, o agir pastoral da Igreja e a própria teologia pastoral. Com isso, no pós-concílio abriram-se novas e intermináveis reflexões sobre o mesmo aspecto. Em modo quase mecânico e funcionalista, a estrutura da Igreja com seus instrumentos pastorais se adequou em torno dos *tria munera*, tornando-se, a tentação mais imediata e autorreferencial (cf. BRAMBILLA, 2011, p. 389-407). Entretanto, tendo a necessidade de voltar nesse tema, devemos ser conscientes de que é diferente a *auctoritas* de quem governa respeito a quem anuncia e celebra (cf. GRILLO, 2008, p. 266).

Nossa última consideração está na formulação *in persona Christi*. Por sinal, somente 9 vezes empregada no Vaticano II. Ela significa a atribuição a Cristo de certos atos postos pelo padre ao título de seu ministério e que devem ser situados no contexto de invocação do Espírito. Entretanto, mal interpretada, essa fórmula favorece um isolamento funcional da ação dos padres em relação à da Igreja e sugere que há padres em si e para si, situados acima da Igreja, provocando vários e constantes problemas. Por vezes, a metafísica ontológica, a partir do *in*

persona Christi, atribui uma função “reapresentativa” e não “re-presentativa”. O ministro como aquele que substitui a Cristo e não como aquele que o torna memorialmente presente *una cum* o povo de Deus reunido. Dizer memorialmente não significa diminuir a força da presença, mas categoriza pontualmente aquela que é e permanece uma função, de modo absoluto, necessária e importante (cf. MILITELLO, 2019, p. 90).

Se os sinais de renovação foram evidentes e persuasivos são também evidentes que os métodos pastorais posteriores sofreram à causa de reducionismos, de retornos, de dispositivos de bloqueio e de elementos incompreendidos. Depois dos primeiros anos de implementação das reformas, em especial, a partir da década de 1980, algumas vozes surgiram questionando os métodos, bloqueando a própria perspectiva conciliar e defendendo o retorno à equivocada “tradição de sempre”, isto é, ao método da cristandade tardo-medieval.

2. A tentativa de repensamento após o Concílio

O Concílio foi uma chance de reforma significativa para o ministério ordenado, pois muitas questões que hoje se abrem, tiveram a oportunidade de serem respondidas naquele momento. Embora o decreto conciliar tenha sido dogmático, ele não conseguiu responder, de maneira específica, a inquietação relativa ao cuidado dos fiéis e do ministério presbiteral. No entanto, positivamente, não repetiu uma imagem falsificada do sacerdote desconsiderando sua realidade humana. Diante disso, o Vaticano II mostrou-se incompleto e não soube entregar, junto com a sua visão eclesiológica renovada, um fundamento dinâmico e adequado para a reforma ministerial.

Assim sendo, no período pós-conciliar encontramos uma crescente bibliografia que, na sua grande maioria, tratava da problemática sacerdotal no ministério. A partir do ano de 1967, torna-se corrente a expressão crise sacerdotal. Neste ambiente de crise, o Sínodo dos Bispos de 1971 abordou o tema do sacerdócio ministerial centrando sua reflexão sobre a identidade do presbítero, procurando respostas para o difícil momento vivido pelos padres da época e que hoje permanecem com novas dolorosas situações e com impensadas perguntas. O documento sinodal intitulou-se *Ultimis Temporibus* e apresentou a figura do sacerdote

num mundo em mudança.

Em 1991, um segundo sínodo, seguido pela Exortação apostólica *Pastores Dabo Vobis*, tratava da formação do sacerdote nas circunstâncias atuais. Contudo, as indicações de *Pastores dabo vobis*, talvez o documento pós-conciliar mais importante sobre o ministério, não conduziu a um repensamento estrutural. Nesse afirma-se que o discernimento vocacional se deve confrontar com quatro dimensões fundamentais: humana, espiritual, intelectual e pastoral. A esfera pastoral é colocada em último lugar, evidenciando o paradoxo de um documento que deliberadamente escolhia intitular-se utilizando o termo pastores. A formação pastoral não está fora, acima ou abaixo das outras dimensões, mas se impõe como o fim específico. Por formação pastoral, de fato, não se entende a capacidade de aprender técnicas ou metodologias particulares, mas educar a si mesmo a um estilo e a uma *mens* que oriente toda a personalidade (cf. BRANCOZZI, 2021, p. 128-133).

Em seguida, em 1994, trinta anos após *Presbyterorum Ordinis*, a Congregação para o Clero publicou o “Diretório sobre o ministério e a vida dos presbíteros”. Em 2001 foi realizado o sínodo com o tema “O bispo, servo do Evangelho de Jesus Cristo para a esperança do mundo”, junto ao qual seguiu a exortação apostólica *Pastores Gregis* (2003). Em 2009, celebrando os 150 anos da morte do Santo Cura D’Ars, foi convocado um ano sacerdotal, cuja intuição e teologia apresentava concepções diversas da teologia ministerial do Vaticano II e gerava completas dissonâncias da vocação ministerial tentando salvar a crise sacerdotal com estranhas elaborações ao tempo e com justificativas distantes das grandes problemáticas do clero. Em 2016 foi lançada a última edição da *Ratio fundamentalis institutionalis sacerdotalis*, onde encontramos um texto prudente, não tocando uma reforma necessária sobre os lugares e os tempos da formação, mas com numerosos aspectos que manifestam uma nova forma de olhar. Podemos dizer que o texto possui três palavras-chaves: humanidade, espiritualidade e discernimento. Nisso, em alguns elementos, essa última versão inspira-se no interesse missionário de Papa Francisco e recoloca a formação ministerial dentro da dinamicidade batismal e eclesial.

Observando esta grande movimentação pós-conciliar nos perguntamos: qual é o ponto crítico da questão? Todas as tentativas parecem buscar o sentido, a identidade e a forma adequada para o ministério ordenado. Dessa maneira, encontramos um tipo de pensamento mais preocupado com a instituição, a partir de uma intelectual proteção de um passado teórico, do que uma preocupação de ação inteligente e de interesse pelo novo apresentado aos nossos olhos. A tentativa é prevenir as inseguranças, as crises e outros problemas. Os particularismos e as discussões são temidos, enquanto se cai nos nominalismos. Retém-se o significante para ignorar os significados. O resultado disso é o crescimento de uma perspectiva conservadora, tradicionalista e sacerdotalizante, que tende a desvalorizar a presença do fiel batizado. Nesse sentido, toda essa movimentação “exortativa” e pouco “performativa” tem sido muito pouca. O problema é muito maior e trata-se daquela *mediocritas* que é a perversão e a morte da vocação batismal (cf. CENCINI, 2015, p. 48).

Temos uma mediocridade que ameaça a todos, seja os que estão na formação inicial seja aqueles que vivem na formação permanente. Essa mediocridade pode ser observada na falta de motivações qualificadas, de aspirações sérias, na ausência de visão epocal e na carência de perspectiva eclesial. Na origem da mediocridade está a incapacidade de aceitar a constante rediscussão de si mesmo, que a vida obriga constantemente e que o medíocre ignora, pois acredita que tudo já temos. A mediocridade é confortável. É uma espécie de anestesia, uma droga psicotrópica. É a escolha de um único modo de ser. Uma revolução anestesiante ocorreu silenciosamente diante de nossos olhos, mas mal a percebemos: a mediocracia nos oprimiu. Qualquer formador de seminário ou qualquer professor nas nossas faculdades de teologia podem observar tal sentimento com facilidade. O interesse por visões criativas, por novas perspectivas e livres visões é ausente ou inexistente. Por isso, a mediocracia deve ser temida porque causa sofrimento e é a antecâmara do autoritarismo. O autoritarismo é psicótico e a mediocracia é perversa. Psicótico porque o autoritarismo não tem dúvidas sobre quem deve decidir. A mediocracia é perversa porque tenta dissolver a autoridade nas pessoas, fazendo-as internalizá-la e se comportar como se fosse sua própria vontade. De fato, temos que temer a mediocracia porque ela deriva de sistemas decadentes de

poder. O poder consolidado teme o confronto com a inteligência e teme de ser abatido nas suas ideias de base. No trabalho, no amor, na amizade, na saúde, na Igreja e no ministério, por vezes, são preferidas as soluções medíocres, justamente porque não são prejudiciais ao sistema. Resistir para sair da mediocridade certamente não é fácil. Mas talvez seja importante tentar. Somos chamados a ser testemunhas da inquietação, da incompletude e da imaginação (cf. MORRONE, 2021).

Cientes da amplitude do ministério e das suas consequentes configurações, somos convictos da fracassada reforma. A reforma das mentalidades e das estruturas clericais continuam sendo uma tarefa complexa e profunda a ser realizada. Em seu cerne exige a renovação do modelo teológico-cultural milenar herdado pela Igreja, segundo o devir eclesial e as necessidades emergentes a fim de manter a apostolicidade e a catolicidade ao largo da história. Se de um lado já podemos encontrar a riqueza de repensar o ministério em uma perspectiva missionária, por outro devemos reconhecer que a estrutura das nossas comunidades cristãs permanece aquela da cristandade. Por isso, não podemos nos abandonar aos velhos esquemas e comportamentos. Não podemos nos habituar a indiferença e a neutralidade. As atitudes do Senhor estão totalmente ao polo oposto.

3. Por uma diagnose mais realista: transformação sociocultural e os novos sinais

Marcados novamente por uma profunda transformação sociocultural somos convictos de que muitas vezes se convergem para pedir que a Igreja reflita sobre alguns dos seus aspectos. São vozes que, ao menos nos últimos 100 anos, estão unidas para evocarem a transformação de alguns mecanismos que estão bloqueados e chegaram ao fim. Nesse sentido, temos necessidade de uma reforma que toque o corpo eclesial a fim de torná-lo idôneo e significativo para o nosso contexto atual; e de uma reforma que, não sendo somente espiritual, seja estrutural. De forma definitiva, precisamos de coragem e *parrhesia* para abandonar os modelos tridentinos e pós-tridentinos de organização eclesial que tem acompanhado quase cinco séculos de experiência católica-sacramental, plasmando ideias, espiritualidades, modelos e formas.

Não é necessário ser esperto e especialista de leitura conjectural e socio-

lógica para saber que a situação na vida da Igreja e, em particular, na vida do clero, é grave. A nossa atual situação não é nada confortável. Isso é alarmante e deprimente. Muitos usam sua **posição na Igreja** ou sua **autoridade espiritual** para satisfazer suas próprias necessidades autorreferenciais e seus desejos auto-centrados. Uma pergunta fundamental poderia ser: qual o núcleo gerador dessas situações por demais dramáticas? É a sacerdotalização do ministério, resultado de uma estruturação sistemática, ligada à uma forma de Igreja transmitida pela reforma gregoriana, que, sacralizando a exterioridade, exigiu um temor reverente e autorreferencial, uma perigosa concepção do poder (*sacra potestas*), lógica essa que continua a produzir causadores e vítimas (cf. MARQUES, 2021, p. 196-197).

O nó do problema é sistemático, ou seja, está na própria estrutura da Igreja. Temos alguns mecanismos que contribuem sistematicamente à indiferença, ao autoritarismo e à toda forma de abuso. Temos que aceitar que a crise seja institucional e que o melhor modo de intervir é colocar-se também nesse nível. Quando o Papa Francisco insiste que “dizer não aos abusos, é dizer não, em modo categórico, a qualquer forma de clericalismo” (FRANCISCO, 2018, p. 1284), é claramente consciente de que o tipo de autoridade e de poder reconhecido ao clero na Igreja deve ser reformado. É difícil negar que, no curso da história, os efeitos da ordenação foram sobrestimados, descaracterizando todos os ministérios sempre mais do seu aporte carismático e mudando o modo de entender a *cura animarum*. O sacerdote é descrito como “outro Cristo”, “mediador entre Deus e os homens”, “sacerdote para sempre”, “superior aos anjos”. Algumas espiritualidades chegaram a descrevê-lo como fonte fecunda e inexaurível da graça. O Vaticano II certamente reequilibrou esta espiritualidade sacerdotal, mas continuou tomando para si, expressões técnicas suscetíveis a ambiguidades, como *in persona Christi*. Na realidade essa espécie de idealização abstrata é a origem e não a solução do problema (cf. LEGRAND, 2020, p. 555-558).

Desse modo, para que a Igreja encontre nova credibilidade deve ser sincera consigo mesma e coerente na sua real e salutar capacidade autocrítica. Para não saltarmos da gravidade ao desespero, dependemos de medidas que colham os sinais equivocados e os erros. Somos forçados a abraçar um verdadeiro e urgente

caminho de conversão. Uma mudança paradigmática. O desafio é de entrar num intenso processo de conversão do coração e da mente. Uma conversão que não pode ser simplesmente uma reação às denúncias que veem de fora, mas fruto do desejo autêntico de uma vida evangélica. Faz-se necessário não somente indignação, mas conversão permanente. A tarefa não é fácil e nem de curto prazo. Não podemos permitir que uma esclerose institucional impeça à Igreja de responder aos novos desafios. Se desejarmos uma forma nova de Igreja que não escorregue numa fácil retórica, devemos rever as dinâmicas de serviço, mediação e autoridade, sem cair na tentação de impedir um repensamento em nome da fidelidade à tradição. Aliás, quanto ao não desejo de reforma em nome da fidelidade à tradição é preciso recordar e sublinhar que por baixo da repetição e da perpetuação de modelos e formas passadas esconde-se, na realidade, uma rejeição à História da Salvação no seu dinamismo de crescimento e de necessária mudança (cf. SEMERARO, 2018, p. 14-16).

Nesses aspectos estão o futuro do cristianismo no Ocidente. Em outras palavras, o nosso futuro depende da estrada que tomaremos depois do pontificado de Francisco, que soube interpretar de modo evidente a hermenêutica que foi iniciada pelo Concílio. Por vezes, temos a impressão de que, quanto mais a história vai adiante, alguns aspectos que tocam a estrutura da Igreja parecem tendencialmente voltar-se para trás ou justificarem-se com abstrações por demais objetivas e obsoletas.

Uma das categorias bases para a elaboração da ideia conciliar, sobretudo, para que a Igreja continuasse sua missão no mundo era a leitura dos “sinais dos tempos”, ou seja, a leitura dos fenômenos que, pela sua generalidade ou pela sua grande frequência, caracterizam épocas e de onde através deles são definidas necessidades e aspirações. Por conseguinte, “sinais dos tempos” é aquela complexidade de eventos, experiências de vida, união de valores que, tendo atingido a consciência crítica na linguagem adotada por uma determinada cultura histórica, provoca a necessidade de repensar e reformular a sua linguagem à luz da fé, sobretudo, no testemunho de vida para maior fidelidade ao Evangelho e eficácia na comunicação. Em vista disso, chamamos “sinais dos tempos” tudo aquilo que na história, ajuda, estimula e provoca a Igreja desenvolver de melhor modo sua

missão em sintonia não somente com um evento do Jesus histórico, mas com a ação do Espírito do Ressuscitado na história humana. Com efeito, esse foi o caminho endereçado pelo Concílio, quando convidou a teologia e todo o povo de Deus a prestar particular atenção aos “sinais dos tempos” em função de uma renovação da Igreja – conversão ou autorreforma – a fim de melhor realizar a sua missão salvífico-evangelizadora dentro da história humana (cf. FERRETI, 2017, p. 105-108).

Neste contexto, observamos que são muitos os “sinais dos tempos” em referência ao sacramento da ordem. As problemáticas marcam o ambiente eclesial em que vivemos exigindo que novas decisões sejam objeto de discernimento da comunidade eclesial, da própria teologia e da fé. Dessa forma, são urgentes esclarecimentos elementares e fundamentais, a partir de movimentos que trazem desconexões e reconexões. Dessa forma, muitos são os sinais que nos convidam a acolher e a discernir com simplicidade o desejo de sermos autênticos discípulos e atores qualificados para a missão salvífica. A tarefa é árdua, dada a ambiguidade dos fenômenos históricos. Ao mesmo tempo, os sinais mostram que o tempo vivido pela Igreja é propício, que a mudança de época é visível e que velhas perguntas podem ser novamente refeitas, exigindo respostas novas e não repetidas, através da inteligência evangélica e do discernimento, para sem medo conseguir retornar ao essencial do próprio Evangelho, renunciando aos formalismos oficiais e aos sentimentalismos individuais.

Naturalmente, por exemplo, o cuidado pastoral deve ter uma função grandiosa e, ao mesmo tempo, simples, colocando a Palavra e os gestos cristãos dentro do alfabeto da vida humana para suscitar novos discursos e formas de vida. Somente uma libertação das imagens equivocadas dos espaços e da experiência sacramental do povo de Deus abrirá a estrada para uma efetiva e criativa participação do batizado, tornando-se presença fecunda da Igreja na história. Hoje o coração da *cura animarum* não é somente a salvação das almas, mas a edificação da Igreja como sinfonia no caminho do povo de Deus em direção ao Reino (cf. BRAMBILLA, 2018, p. 54). Isso requer passagens importantes e um ministério adequado ao tempo. As experiências são em ato, os sinais são encorajantes, os êxitos incertos.

Foi a perda da instância evangélica de serviço que colocou sobre as costas do ministério dois problemas: a imagem de um ministério sacral e o modelo de um ministério jurídico-institucional. Conforme C. Militello, ter introjetado uma sacralidade estranha a qualidade constitutiva, ter constituído a partir disso um próprio léxico e uma forma foi o mais gritante mal-entendido. No melhor dos casos, isso produziu compreensões quase esquizofrênicas do poder sacro, permitindo que a teologia caísse em concepções redutivas e distorcidas, apresentando os resultados que hoje nos convidam a fazer sérias autocríticas (cf. MILITELLO, 2019, p. 86-88). Não havia entendimento correto da sacralidade, mas centralização do poder; não existia validade por fidelidade a um programa ritual, mas o exercício sacralizado de autoridades prudentes. Nesse panorama, não podemos continuar tratando a autoridade como um poder sacral, nem muito menos como um poder que seja diverso daquele de servir. Por isso, o imperativo categórico de hoje é restituir ao ministério a sua significação imediata, a *diakonia*.

4. O prognóstico evidente: pastores com cheiro de ovelhas

Sempre existiu uma correspondência entre a imagem concreta de Igreja e a figura histórica de ministério. Sem dúvidas, o bom exercício do ministério deve interrogar-se sobre a imagem da Igreja que deseja edificar. Em contrapartida, a Igreja deve interrogar-se sobre qual imagem deseja ser reconhecida e de onde está tirando a sua razão de ser. Em outras palavras, o ministério é bom se dá a possibilidade à Igreja de realizar-se como comunidade evangélica e missionária (cf. BRAMBILLA, 2018, p. 68).

Papa Francisco, até o momento, não dedicou de forma específica qualquer documento destinado ao ministério ou à formação presbiteral. Nem mesmo *Evangelii Gaudium* contém particulares atenções, salvo algumas passagens esporádicas que são destinadas a toda a Igreja. A única parte específica é o amplo momento dedicado à preparação da homilia. No entanto, Francisco toca no problema do ministério de padres e bispos em diversas circunstâncias, oficiais e não, onde mostra o seu pensamento, as vezes de modo muito duro e crítico. Para o papa, os ministros são chamados a ser homens de misericórdia, a viver uma sincera sobriedade pessoal, uma distância dos bens, a fuga do carreirismo e a

radicalidade evangélica. A imagem mais evocativa desse estilo é a do pastor que partilha a sua vida com as próprias ovelhas, não conhecendo somente o nome, mas assumindo também o cheiro (cf. BRANCOZZI, 2021, p. 145-147).

Neste panorama, precisamos reconhecer a passagem fundamental: do culto à missão. A missão não é um ornamento, um apêndice, uma parte da vida ministerial, é algo que não pode ser arrancado do ser do ministro (FRANCISCO, 2013, n. 273). Em breve não teremos mais necessidade de uma simples presença cultural ligada aos sacramentos ou limitada a gerenciar as etapas existências de uma comunidade paroquial, mas será necessária uma figura missionária, evangelizadora, capaz de anunciar a amizade com o Senhor. A nova evangelização exige conversão pastoral e transformação estrutural da Igreja: “ninguém põe vinho novo em odres velhos, senão, o vinho arrebenta os odres, e perdem-se o vinho e os odres, mas vinho novo em odres novos!” (Mc 2,22). De fato, o Evangelho arrebenta uma Igreja cristalizada no “cômodo critério pastoral: ‘fez-se sempre assim’” (FRANCISCO, 2013, n. 33) e uma Igreja enrijecida em formas medievais e adaptações mercadológicas (cf. SUESS, 2018, p. 28). No entanto, se por um lado, é certamente uma grande riqueza repensar o ministério em uma perspectiva missionária; por outro, devemos reconhecer que a estrutura das nossas comunidades cristãs permanece aquela da cristandade.

Ao mesmo tempo, temos de ser conscientes de que os ministros não são enviados para correr atrás de almas perdidas e nem mesmo para defender regras e códigos distantes do Evangelho, mas para salvar, para atrair vidas pela beleza convidativa da fé experimentada no mundo e na história, para “dizer palavras de incentivo, que reconfortam, consolam, fortalecem, estimulam ao invés de palavras que humilham, angustiam, irritam, desprezam” (FRANCISCO, 2020, n. 223). Esse desafio não é simples, mas muito mais delicado. Se trata de passar de uma presença espacial a uma presença fecunda. Esses aspectos nos permitem compreender a metáfora da Igreja como “hospital de campanha”.

O sacerdote é chamado a aprender isto, a ter um coração que se comove. Os presbíteros — permiti que use esta palavra — «ascetas», aqueles «de laboratório», completamente limpos e bonitos, não ajudam a Igreja. Hoje podemos pensar a Igreja

como um «hospital de campo». Isto, perdoai-me se repito, porque o vejo assim, porque o sinto assim: um «hospital de campo». É necessário curar as feridas, e elas são numerosas. Há tantas chagas! Existem muitas pessoas feridas por problemas materiais, por escândalos, até na Igreja... Pessoas feridas pelas ilusões do mundo... Nós, sacerdotes, devemos estar ali, próximos destas pessoas. Misericórdia significa, antes de tudo, curar as feridas. Quando alguém está ferido, tem necessidade imediata disto, não de análises, como os valores do colesterol, da glicemia... Mas quando há uma ferida, curemo-la e depois vejamos as análises. Em seguida, façam-se os tratamentos com um especialista, mas antes é necessário curar as chagas abertas (FRANCISCO, 2014, p. 184).

Contudo, essas metáforas correm o risco de tornarem-se apenas *slogan* diminuindo a profundidade da proposta de Francisco. O dever da Igreja de inclinar-se nas feridas da humanidade não deriva do seu serviço filantrópico, mas da própria exigência do Evangelho da misericórdia: “a Igreja ‘em saída’ é a comunidade de discípulos missionários que ‘primeireiam’, se envolvem, acompanham, frutificam e festejam” (FRANCISCO, 2013, n. 24). Dessa forma, aos ministros habituados com as normas, Papa Francisco convoca a corresponsabilidade processual; aos ministros limitados na aplicação das normas e na defesa dos valores inegociáveis, o papa invoca a fadiga e a liberdade da reflexão; aos ministros, defensores do poder e do autoritarismo, o bispo de Roma evoca o dever da criatividade. Destarte, para não dar razões aos “nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam e definem, mas não empenham [...], é preciso passar do nominalismo formal à objetividade harmoniosa” (FRANCISCO, 2013, n. 232).

Conclusão

A maior dificuldade do clero hoje é a de ser formado para um mundo que está deixando de existir. Evidentemente, esta situação pede novas mudanças. Não tem sentido ser preparado para uma sociedade que na realidade está em decadência ou não existe mais. Por isso, a formação do clero parece ser uma das questões fundamentais nas discussões relativas aos problemas e impasses que a Igreja católica atravessa em nossa época. É preciso continuar a questionar o modelo que está embutido no processo formativo e que é transmitido aos candidatos. O seminário, por exemplo, é um lugar importante e necessário, porém

é um lugar que reforça os que são bons, mas não é capaz de ajudar os doentes, inclusive, tornando-os mais doentes.

Hoje precisamos de homens que sejam verdadeiros mediadores entre os componentes objetivos e os componentes subjetivos do aspecto sacramental. Embora a superação dessa dicotomia resulte evidente, não é. A humanidade do ministro deve ser a normal mediação da obra de salvação contribuindo para o sentido do sacramento da penitência, ou seja, é o seu testemunho humano e vivencial que permitirá a mediação, não o seu conhecimento teórico e literário. Todavia, esta capacidade não se improvisa e nem se investiga com algumas perguntas retóricas, dialéticas e canônicas e nem mesmo com uma formação *in vitro*. Ela é fruto de itinerários iniciáticos, das experiências da vida, dos contatos com a história pessoal, de uma *mens* eclesiológica saudável, da performance ritual e da sacramentalidade do ministério.

O objetivismo forte da mentalidade clássica e tardo-moderna deve ser corrigido a partir da recuperação simbólica-ritual a fim de ajudar toda a objetivação jurídica-dogmática e sentimental-espiritual. Ademais, é preciso descobrir que o que fundamenta um serviço qualificado não é a estrutura metafísica-ontológica, mas a dinâmica histórica-relacional; não a firmeza do conceito, mas a visibilidade de uma imagem com sua qualidade espiritual e carismática; não o poder recebido, mas a autoridade vivenciada (cf. LAFONT, 1998, p. 75). Na perspectiva metafísica-ontológica temos sempre o risco de favorecer o pensamento mágico-automático, que cancela totalmente a visão cristã centrada no dom e na liberdade, sendo fortemente rejeitada pela sociedade, pois é continuamente vista como medo e insegurança por muitos. É tempo de abraçar nitidamente a abordagem relacional como única possibilidade de compreender o humano e de poder intuir sobre a estrutura existencial e social mediante gestos (sacramentos) que sejam lugar de encontro (com o divino) e então da construção da vida entre os homens (cf. MARANESI, 2016, p. 13).

Estruturalmente, a reflexão (formação) é a personalização da passagem do ato ao sujeito acontecida por meio da experiência e da vivência. Nesse sentido, é a partir dessa dinâmica que articularemos melhor experiência e *auctoritas*, no

plano verbal e não-verbal, interior e exterior e a clássica expressão *agire in persone Christi* assumirá um sentido mais vasto do que em precedência. A necessidade que temos de apontar caminhos plausíveis de compreensão do fundamento teológico do ministério, não é somente uma questão logística ou uma espécie de solução técnica para a resolução de problemas, mas é uma questão teológica de ampla pertinência que deve nos ajude a renunciar as incompreensões de idoneidade e as improvisações. As possíveis reformas deverão ser acompanhadas de aprofundamentos teológicos necessários, de modo particular no campo da sexualidade, na teologia dos ministérios, na espiritualidade sacerdotal e, mais globalmente, na eclesiologia (cf. LEGRAND, 2020, p. 560).

Nesse sentido, não nos bastam formações no plano das ideias, nem elaborações de novos conceitos, nem mesmo exortações pastorais sobre a dimensão ministerial. Muitas vezes, esse caminho comporta uma preocupação ascética-moral, canônica-jurídica e, conseqüentemente, acabada por heroísmos individuais, devocionais e pelo primado da potência. Portanto, as passagens que precisamos tocam a metamorfose teológica-ministerial e a mediação que estrutura a vida eclesial-sacramental mostrando-se possíveis graças aos novos sinais dos tempos e à mudança de época. Precisamos ir mais além. O nosso desafio atual é entrar num processo de conversão permanente com o intuito de elaborar projetos autênticos e evangélicos. Se esse processo não for o princípio, podemos ter a certeza de que nada ou pouco, além das aparências, será transformado. Esse processo de conversão não deve se reduzir a formas exteriores ou a vagos propósitos. Não bastam exortações, documentos, formações teorizadas e objetivadas. Algumas prescrições nos servem para adequação de procedimentos e sanções, mas não conseguem pôr fim à algumas dinâmicas.

Referências

BRAMBILLA, Franco. *Liber pastoralis*. Brescia: Queriniana, 2017.

BRAMBILLA, Franco. La pastorale della Chiesa in Italia. Dai *tria munera* ai cinque ambiti?. *Rivista del Clero Italiano*, vol. 92, p. 389-407, 2011.

- BRANCOZZI, Enrico. *Rifare i preti. Come ripensare i seminari*. Bologna: Dehoniane, 2021.
- CASTELUCCI, Erio. *Il ministero ordinato*. Brescia: Queriniana, 2012.
- CASTELLUCCI, Erio. *Presbyterorum ordinis*. Introduzione e commento, in *Commentario ai documenti del Vaticano II. 4. Christus Dominus. Op-tatam totius. Presbyterorum ordinis*, edd. E. Castellucci-M. Faggioli-S. Noceti-S. Panizzolo. Bologna: Dehoniana, 2017, p. 317-326.
- CENCINI, Amadeo. *È cambiato qualcosa? La Chiesa dopo gli scandali sessuali*. Bologna: Dehoniane: 2015.
- MORRONE, Domenico. *La minaccia della mediocrità*. Disponível em: <http://www.settimananews.it/cultura/la-minaccia-della-mediocrita/>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: CNBB, 2013.
- FRANCISCO. Discurso aos párocos da Diocese de Roma. *Acta Apostolicae Se-dis*, Vaticano, p. 182-189, 2014.
- FRANCISCO. Carta ao Povo de Deus. *Acta Apostolicae Sedis*, Vaticano, vol. 110, p. 1284-1288, 2018.
- FRANCISCO. *Enciclica Fratelli Tutti*. Brasília: CNBB, 2020.
- FERRETI, Giovanni. *Il criterio misericordia. Sfide per la teologia e la prassi della Chiesa*. Brescia: Queriniana, 2017.
- GALAVOTTI, Enrico. Giovanni XXXIII e l'età della misericordia. *Path*, vol. 17, p. 451-467, 2018.
- GRILLO, Andrea. *Grazia visibile, grazia vivibile. Teologia dei sacramenti in genere ritus*. Padova: Mesaggero, 2008.
- LAFONT, Ghislain. *Immaginare la Chiesa cattolica. Linee e approfondimenti per un nuovo dire e un nuovo fare della comunità cristiana*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 1998.
- LEGRAND, Herve. Clericalismo e abuso sexual - por que tamanha inércia?. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 317, p. 546-563, 2020.
- MARANESI, Pietro. *Il contato che ci salva. Introduzione alla teologia sacra-mentaria*. Assis: Cittadella, 2016.
- MARQUES, Luis Felipe. A desordem da ordem no Sacramento da Penitência. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, vol. 36, p. 191-214, 2021.
- MILITELLO, Cettina. *Ripensare il ministero. Necessità e sfida per la Chiesa*. Firenze: Nerbini, 2019.
- MORRA, Stella. La misericordia, (ri-)forma della chiesa. Una prospettiva strut-turale. *Concilium*, vol. 53, p. 56-66, 2017.

SCHILLEBEECKX, Edward. *Il ministero nella chiesa. Servizio di presidenza nella comunità di Gesù Cristo*. Brescia: Queriniana, 1992.

SEMERARO, MichaelDavide. *Prete senza battesimo. Una provocazione, non un giudizio*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2018.

SUESS, Paulo. A teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. *Cadernos de Teologia Publica*, vol. 135, p. 3-31, 2018.